

Luzia Maria Cavalcante de Melo

**Mobilidade sócio-ocupacional e
mobilidade espacial: diferenciações entre
hierarquias urbanas para o mercado de
trabalho formal, Brasil, 2000-2009**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2012

Luzia Maria Cavalcante de Melo

**Mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade
espacial: diferenciações entre hierarquias urbanas
para o mercado de trabalho formal, Brasil, 2000-
2009**

Tese apresentada ao curso de doutorado em economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de doutor em economia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Simões

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2012

Folha de Aprovação

Para Victor.

AGRADECIMENTOS

“Tornaste o meu pranto em folgado; desataste o meu pano de saco, e me cingiste de alegria, para que a minha glória a ti cante louvores, e não se cale. Senhor, meu Deus, eu te louvarei para sempre”. Salmos 30: 11-12.

A Luiz de Melo Bastos Júnior, Pai e luz, pelo exemplo de perseverança e força diante das adversidades, e por todas as oportunidades que me proporcionou.

À minha Mãe, Divani, e aos meus irmãos, Gabriela e Rafael, pelo suporte e amor a mim dedicados.

À minha voinha Diva Cavalcante, fonte inesgotável de amor incondicional que resiste às transformações da vida.

Ao meu marido, Victor, por ter tornado os dias dedicados à tese mais leves e mais felizes e por pela ajuda fundamental com a base de dados.

Aos meus tios e tias, por todo amor, confiança e estímulo; em especial a minha tia Divaci, pelo apoio, por ter sido uma segunda mãe e pelos investimentos em minha educação; e a minha tia Gina, por ter “segurado na minha mão” no primeiro passo dessa caminhada e por ter sido sempre fonte de apoio em todos os momentos.

À minha filha de coração, Maria Clara, que ela possa se orgulhar da madrinha Lu. Aos meus orientadores, Rodrigo Simões e Ana Hermeto, pela dedicação, profissionalismo, competência e paciência com que orientaram este trabalho, e por todo conhecimento a mim transmitido.

Ao meu eterno professor e querido amigo, Cícero Péricles Oliveira de Carvalho, meu maior incentivador.

Ao professor Raul Silveira Neto, por sempre ter sido minha referência do “que eu quero ser quando eu crescer”.

A todos os professores com quem tive contato durante o curso, por todo conhecimento a mim transmitido.

Aos amigos de curso – em especial Bernardo Miranda, Fernanda Faria, Julio Shimizu, Leonardo Rondon, Keynis Cândido e Kilvia Cardoso – pela companhia e apoio.

Às minhas amigas, Dr^a Priscila Michele e Dr^a Michela Camboim. Lembram meninas, de todas às vezes, há mais de dez anos, quando nós ficávamos juntas pelos corredores da Ufal sonhando com dia que faríamos o nosso doutorado? Vocês foram companheiras durante toda a caminhada, da graduação até aqui. Essa tese é nossa!

A todos os meus amigos e amigas (o nome de todos não caberia nesta página), que durante esse período se fizeram presentes; fontes de apoio, força, palavras de incentivo e amor durante todos os meus momentos difíceis e alegres.

Ao CNPq e a CAPES, pelo apoio financeiro.

E a todos que acreditaram em mim, e aos que não acreditaram também; pelo estímulo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Rais-Migra – Relação Anual das Informações Sociais - Migração

Regic – Regiões de Influência das Cidades

CBO – Classificação Brasileira das Ocupações

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ACP-SP – Áreas de Concentração da População – São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E DIFERENÇAS ECONÔMICAS LOCACIONAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	22
2.1 Introdução	22
2.2 O significado de mobilidade sócio-ocupacional.....	23
2.3 O significado de mobilidade espacial	35
2.4 As diferenças econômicas locais.....	46
2.5 Mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais: a inter-relação entre as três dimensões	53
3 MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E DIFERENÇAS ECONÔMICAS LOCACIONAIS: UM BREVE HISTÓRICO PARA O BRASIL E ALGUMAS EVIDÊNCIAS INTERNACIONAIS	59
3.1 Introdução	59
3.2 Mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais no Brasil	60
3.3 Evidências Internacionais.....	77
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	82
4.1 Introdução	82
4.2 Base de dados	82
4.3 Escala de Hierarquias Urbanas.....	86
4.4 Classificação das ocupações	90
4.5 Escala socioeconômica ocupacional e hierarquia dos estratos ocupacionais	91
4.6 Variáveis e aplicação de modelos Logit Multinomial	97

5 CHANCES DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E HIERARQUIA URBANA: APONTAMENTOS PARA UMA INTERAÇÃO	106
5.1 Introdução	106
5.2 Perfil da mobilidade espacial e sócio-ocupacional no Brasil	106
5.3 Mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial: diferenciais de chances de acordo a diferenciação das hierarquias urbanas de origem e destino.....	120
5.4 Probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente: diferenças por nível de escolaridade, sexo e hierarquias de origem e destino	140
6 CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	163

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES DE ACORDO COM A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO POR GRANDE REGIÃO, BRASIL, 2009	866
GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR FORMAL POR HIERARQUIA URBANA, BRASIL, 2000-2009	107
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE MIGRANTES POR HIERARQUIA URBANA, BRASIL, 2000-2009	108
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR FORMAL POR ESTRATO SÓCIO-OCUPACIONAL, BRASIL, 2000-2009.....	109
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE MIGRANTES POR ESTRATOS SÓCIO-OCUPACIONAIS, BRASIL, 2000-2009.....	109
TABELA 2 - MOBILIDADE ESPACIAL ENTRE HIERARQUIAS URBANAS, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1111
TABELA 3 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1133
TABELA 4 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL POR HIERARQUIA URBANA DE DESTINO - BRASIL - 2000-2009 (EM %)	1144
TABELA 5 - MOBILIDADE ESPACIAL POR GÊNERO, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1155
TABELA 6 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL POR GÊNERO, BRASIL, 2000-2009 (%).....	1155
TABELA 7 - MOBILIDADE ESPACIAL POR FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1166
TABELA 8 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL POR FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1166
TABELA 9 - MOBILIDADE ESPACIAL POR TEMPO DE EMPREGO NO VÍNCULO, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	11717

TABELA 10 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL POR TEMPO DE EMPREGO NO VÍNCULO, BRASIL, 2000-2009 (EM %).....	11717
TABELA 11 - MOBILIDADE ESPACIAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	11919
TABELA 12 - MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	11919
TABELA 13 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MIGRANTES, POR HIERARQUIA URBANA DE DESTINO, BRASIL, 2000-2009 (EM %)	1200
TABELA 14 – RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SOCIO-OCUPACIONAL, DE ACORDO COM STATUS MIGRATÓRIO, BRASIL, 2000-2009.....	1211
TABELA 15 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'ACP-SP', BRASIL, 2000-2009.....	12727
TABELA 16 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'METRÓPOLE', BRASIL, 2000-2009.....	12929
TABELA 17 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'CAPITAL REGIONAL', BRASIL, 2000-2009	1322
TABELA 18 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'CENTRO SUB-REGIONAL', BRASIL, 2000-2009	1344
TABELA 19 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'CENTRO DE ZONA', BRASIL, 2000-2009	1366
TABELA 20 - RAZÃO DE RISCOS RELATIVOS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, HIERARQUIA DE ORIGEM 'CENTRO LOCAL', BRASIL, 2000-2009	13838

GRÁFICO 5: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'ACP-SP', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	142
GRÁFICO 6: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'ACP-SP', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	143
GRÁFICO 7: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'METRÓPOLE', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	143
GRÁFICO 8: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'METRÓPOLE', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	144
GRÁFICO 9: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CAPITAL REGIONAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	145
GRÁFICO 10: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CAPITAL REGIONAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	145
GRÁFICO 11: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO SUB-REGIONAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	146
GRÁFICO 12: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO SUB-REGIONAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	146
GRÁFICO 14: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO DE ZONA', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	147
GRÁFICO 15: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO DE ZONA', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	147

GRÁFICO 16: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO LOCAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, HOMENS, BRASIL, 2000-2009.....	148
GRÁFICO 17: PROBABILIDADE DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL ASCENDENTE, NO DESTINO 'CENTRO LOCAL', POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES, BRASIL, 2000-2009	148
ANEXO A: SUB-GRUPOS OCUPACIONAIS DA CBO 2002 E RESPECTIVOS SCORES SOCIOECONÔMICOS	163

RESUMO

Evidências teóricas e empíricas sugerem que indivíduos que migram para regiões que possuem vantagens locacionais, em relação à região de origem, possuem maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente. Considerando que diferentes hierarquias urbanas refletem, entre outras coisas, diferenças econômicas locais, indivíduos que migram de uma hierarquia inferior para outra de uma posição superior na escala urbana aumentariam suas chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente. No Brasil, o intenso movimento migratório do período 1950-1970 ocorreu paralelamente ao fenômeno do aumento da desigualdade entre as Grandes Regiões – mais especificamente entre o Nordeste e o Sudeste – e da grande elevação das taxas de mobilidade social, especialmente entre os migrantes em seus locais de destino. Esta tese tem por objetivo analisar a relação existente entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locacionais, no Brasil, representadas através de diferentes hierarquias urbanas, no período 2000-2009. Para isto, foram utilizados os microdados da Rais-Migra no período 2000-2009, de modo que esta análise aborda a mobilidade sócio-ocupacional de indivíduos empregados no mercado de trabalho formal. Foi utilizada a classificação de três dígitos da CBO-2002 para calcular os *scores* sócio-ocupacionais utilizados para estabelecer os estratos entre os quais foi observada a mobilidade sócio-ocupacional. A mobilidade espacial foi observada a partir dos deslocamentos dos indivíduos entre as hierarquias urbanas estabelecidas no Regic, tendo como hipótese que estas hierarquias refletem diferentes condições econômicas locacionais. Para estimar a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locacionais foi utilizado um modelo logit multinomial. Os resultados mostram que as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente daqueles que realizam mobilidade espacial entre as hierarquias urbanas, *vis-à-vis* as chances de mobilidade sócio-ocupacional descendente, é maior do que para aqueles que permanecem no seu local de origem. No que diz respeito às diferenças entre as hierarquias, os resultados mostram uma mudança no padrão locacional das oportunidades ocupacionais para os migrantes, o que reflete também uma mudança na localização das

atividades econômicas. Segundo os resultados encontrados, ao contrário de décadas passadas, a 'ACP-SP' parece não representar mais o melhor destino para aqueles que buscam melhores condições sócio-ocupacionais, especialmente na medida em que as hierarquias de origem se distanciam da 'ACP-SP'. Evidência disto é o fato de que, com exceção dos migrantes com origem na 'Metrópole', para os trabalhadores que possuem origem nas demais regiões, migrar para 'ACP-SP' não representa nenhuma diferença significativa nas suas chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente. As hierarquias 'Metrópole' e 'Capital Regional' merecem destaque por serem as únicas que apresentaram chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente positivas e estatisticamente significativas, para migrantes de todas as hierarquias de origem (exceto 'ACP-SP'). Estes resultados confirmam que a dinâmica econômica está se expandindo e ganhando novos espaços, o que significa que, aqueles que deixam suas localidades de origem possuem, atualmente, locais alternativos na busca por maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional. Isto representa também modificação na distribuição espacial da força de trabalho, pois com novos espaços ganhando maior dinamismo econômico, a tendência é que os fluxos migratórios não mais se concentrem em São Paulo – como em períodos anteriores – mas que haja uma melhor distribuição, com parte considerável deste fluxo se destinando a centros de posição intermediária na hierarquia urbana.

Palavras-chave: Mobilidade sócio-ocupacional. Mobilidade espacial. Escala urbana. Hierarquia.

ABSTRACT

Theoretical and empirical evidence suggest that individuals who migrate to regions that have more locational advantages, relative to region of origin, have greater chances of upward social and occupational mobility. Whereas different urban hierarchies reflect, among other things, local economic differences, individuals who move from a lesser hierarchy to a higher one in the urban scale would increase their chances of upward social and occupational mobility. In Brazil, the intense migratory movement of the 1950-1970 period was parallel to the phenomenon of increasing inequality between the major regions - specifically between the Northeast and Southeast - and the great increase in the rates of social mobility, especially among migrants in their destination. This thesis aims to analyze the relationship between socio-occupational mobility, spatial mobility and locational economic differences in Brazil, represented by different urban hierarchies in the period 2000-2009. For this, we used data from the Rais-Migra through the period 2000-2009, so that this analysis addresses the socio-occupational mobility of individuals employed in the formal labor market. We used a three-digit classification of the CBO-2002 to calculate socio-occupational scores to establish the strata in which socio-occupational mobility was observed. The spatial mobility was observed from the displacement of individuals between urban hierarchies established in Regic, under the hypothesis that these hierarchies reflect different economic locational conditions. To estimate the relationship between socio-occupational mobility, spatial mobility and locational differences, we used a multinomial logit model. The results show that the relative chances of upward social and occupational mobility of those who perform spatial mobility between the urban hierarchies, vis-à-vis the chances of downward social and occupational mobility is higher than for those who remain in their place of origin. With regard to differences between the hierarchies, the results show a change in the locational pattern of occupational opportunities for migrants, which also reflects a change in location of economic activities. According to the results, unlike previous decades, the ACP 'Sao Paulo' seems to represent no more the best destination for those seeking better social and occupational conditions, especially those that originate in regions lagging behind. Evidence of this is the fact that with

the exception of migrants originating from the 'Metropolis', for workers who have origins in other regions, to migrate to 'Sao Paulo' represents no significant difference in their relative chances of upward occupational mobility social. Hierarchies 'Metropolis' and 'Regional Capital' noteworthy for being the only ones that showed positive relative chances of upward social and occupational mobility statistically significant for migrants from all regions of origin (except 'São Paulo'). These results confirm that the economic dynamics is expanding and gaining new spaces, which means that those who leave their home regions have, currently, alternative sites in the search for higher chances of socio and occupational mobility. This also represents change in the spatial distribution of the workforce, with new spaces presenting greater economic dynamism, the trend is that migration flows no longer concentrate in São Paulo - as in previous years - but there is a better distribution, with considerable migrant flow to centers intended as a middle position in the urban hierarchy.

Keywords: Socio-occupational mobility. Spatial mobility. Urban scale. Hierarchy.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica econômica regional é conduzida por fatores que levam a uma desigual distribuição das atividades econômicas no espaço (Myrdal, 1972; Hirschmann, 1961). Fujita *et al.* (2002) destacam que a tensão entre forças centrífugas e centrípetas, que atuam sobre a concentração e dispersão da atividade econômica, é responsável pelo surgimento espontâneo de hierarquias urbanas, caracterizadas pela existência de grandes centros concentradores de atividade econômica, cercados por outras regiões de menor concentração. Dado este desequilíbrio econômico espacial, regiões nas posições mais altas da hierarquia, ou em processo de expansão, geram fatores de atração que, associados aos fatores de expulsão das regiões mais estagnadas, impulsionam os movimentos dos fatores de produção (capital e trabalho) destas últimas em direção as primeiras. Tais movimentos são os canais através dos quais se desenvolve o processo de causação circular e acumulativa (Myrdal, 1972), que reforça o desequilíbrio econômico espacial, a depender da atuação dos efeitos “regressivos” e “propulsores” e das medidas do setor público para atenuar as forças de concentração.

Um dos principais fundamentos da análise da migração está no fato de que os indivíduos se movem no espaço em busca de melhores condições socioeconômicas (Ravenstein, 1885; Singer, 1976; Borjas, 2000). Os indivíduos se movem no espaço porque esperam ter, no local de destino, uma condição de vida melhor que a que tinham em seu local de origem. Com o espaço segmentado entre áreas centrais e dinâmicas e outras periféricas e mais estagnadas, os indivíduos se deparam com locais que oferecem diferentes chances no mercado de trabalho. E, como as chances de progressão ocupacional dependem de fatores individuais – como nível de escolaridade, experiência e habilidades – e também, fundamentalmente, do ambiente econômico no qual os indivíduos estão inseridos, estes tendem a comparar o local de origem com as opções de destino, ponderar pelos custos da migração e, se alguma opção de destino se apresentar compensadora, o indivíduo migra.

A relação entre desenvolvimento econômico e mobilidade espacial à primeira vista possui um caráter simultâneo, na medida em que a oferta de mão de obra pode contribuir para a expansão econômica. Contudo, Sjaastad (1962) e Myrdal (1972) destacam que são poucos os exemplos em que isto acontece, sendo que comumente é a mão de obra que tem que se mover para as localidades em expansão econômica, onde a demanda por trabalho é crescente. Assim, antes de quaisquer outros aspectos, a mobilidade espacial representa uma busca, por parte dos indivíduos, por locais que possam lhes proporcionar uma melhor situação de mercado, de modo que são os desequilíbrios econômicos regionais os grandes impulsionadores da mobilidade espacial. E, como as chances de melhores condições de mercado dependem do nível de desenvolvimento econômico dos locais onde os trabalhadores se encontram, tais chances também podem se diferenciar de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento existentes em uma hierarquia espacial.

No Brasil, a mobilidade espacial da mão de obra de áreas estagnadas em direção às áreas em expansão econômica e, paralelamente a isto, o registro de altas taxas de mobilidade social, é um fenômeno bastante evidente e significativo. Os fluxos migratórios ganharam caráter fundamentalmente estrutural apenas na segunda metade do século XX¹, especialmente no período de 1950-1970, sendo a origem dos fluxos concentrados na região Nordeste e nas áreas rurais e tendo como principal destino o eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Como destacam Durham (1984), Carvalho e Fernandes (1994), Brito *et al.* (2002) e Brito (2007), este padrão migratório estava relacionado às mudanças estruturais daquele período, quando a participação das atividades agrícolas na economia diminuía, enquanto que as atividades industriais, de comércio e serviços e os espaços urbanos se expandiam, sendo esta expansão concentrada no principal eixo de destino migratório.

¹ Embora em períodos anteriores tenha havido movimentos migratórios – como da Região Nordeste para a Região Norte, no ciclo da borracha; e do Nordeste para região Sul no início do século XX – foi no período entre as décadas 1950-1970 que este fenômeno ganhou caráter estrutural para modificar a distribuição populacional.

Neste mesmo período foram registradas crescentes taxas de mobilidade sócio-ocupacional, que motivaram diversos estudos na busca de identificar os fatores aos quais tal mobilidade estava associada. Segundo Pastore (1979), Hasenbalg e Valle Silva (1988), Scalon (1999) e Ribeiro (2007b), o surgimento da industrialização trouxe consigo mudanças na divisão do trabalho que criaram novas oportunidades de mobilidade social. Tal mudança de uma economia predominantemente agrícola para outra industrial, e com crescente surgimento de atividades urbanas, fez surgir novas ocupações, anteriormente inexistentes. Com isto, não só aumentaram as chances de mudanças ocupacionais, como também as mudanças na localização da população, na medida em que o surgimento de novos postos de trabalho concentrados nas áreas urbanas impulsionava a saída das áreas rurais e economicamente estagnadas. Isto aponta para hipótese de que diferenças econômicas locais, mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial consistem fenômenos interligados.

A partir da década de 1980, contudo, tanto os fluxos migratórios quanto os altos registros de mobilidade sócio-ocupacional ascendentes diminuíram. Ainda assim, registros da Rais-Migra mostram que, no período de 2000 a 2009, o volume dos movimentos espaciais entre os trabalhadores do setor formal chegou a 41,21%. Isto mostra que, a despeito da redução dos fluxos migratórios em relação às décadas anteriores, os movimentos espaciais ainda continuam sendo um fenômeno importante na distribuição da força de trabalho. Sendo assim, considera-se pertinente levantar a questão sobre a relação entre a mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e as diferenças econômicas locais e, com isto, analisar os padrões atuais e as mudanças ocorridas em relação às décadas passadas.

Grande parte dos estudos sobre mobilidade sócio-ocupacional no Brasil possui enfoque sociológico, abordando a mobilidade social dentro de uma estrutura de classes. Na literatura econômica existe o predomínio de estudos empíricos com foco na relação entre a mobilidade de ganhos salariais e o *status* migratório². Comparativamente a esta literatura, os estudos que investigam a relação entre

² Siqueira *et al.* (2008), Freguglia (2007), Santos Júnior (2002) e Santos Júnior *et al.* (2003).

mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais urbanas são relativamente escassos. Nesse contexto, esta tese tem como objetivo fazer uma análise da relação entre as chances de mobilidade sócio-ocupacional e o *status* de mobilidade espacial, dentro de uma perspectiva econômica. Especificamente, nesta tese busca-se analisar os diferenciais nas chances de mobilidade sócio-ocupacional, no âmbito do mercado de trabalho formal, de acordo com o *status* migratório, comparando estes diferenciais entre recortes territoriais estabelecidos e diferenciados pelos níveis de hierarquia urbana estabelecidos no Regic (IBGE, 2008). A hipótese que justifica esta escolha é que as localidades (municípios e Áreas de Concentração da População – ACP) de maior hierarquia oferecem melhores condições urbanas, maior diversificação dos serviços ofertados e, portanto, maior demanda por trabalho e mais oportunidades ocupacionais, o que faz com que estas localidades possuam maior dinamismo e maior poder de atratividade da mão de obra.

Assim, de uma perspectiva geral, esta tese está ancorada nas seguintes hipóteses: i) a mobilidade espacial é vista pelos indivíduos como uma escolha que pode levar a melhores condições de vida (mobilidade sócio-ocupacional); ii) como os migrantes compõem um conjunto formado por uma amostra seletiva da população³, estes possuem mais chances de realizar mobilidade sócio-ocupacional ascendente que os não-migrantes; iii) a mobilidade sócio-ocupacional depende não só das características pessoais, mas também das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da estrutura econômica dos locais de origem e destino; iv) sendo assim, os indivíduos escolhem como destino locais economicamente mais estruturados e diversificados que seus locais de origem; e, v) as chances de mobilidade sócio-ocupacional diferem de acordo com as diferenciações locais das origens e destinos e com características pessoais e *status* de mobilidade espacial dos indivíduos.

³ Santos Júnior (2002) e Santos Júnior *et al.* (2003) mostram que os migrantes no Brasil compõem uma amostra seletiva da população, sendo, portanto, um grupo que possui características não observáveis, como: motivação, habilidades, etc., que, conseqüentemente fazem com que estes, em média, sejam mais bem-sucedidos no mercado de trabalho (em termos de salários) que os que permanecem em seus locais de origem.

Esta tese está organizada em mais 06 capítulos, além desta introdução. O próximo capítulo traz uma revisão da literatura sobre estratificação social, mobilidade social, migração, e dinâmica e desigualdade regional. Com isto, busca-se estabelecer os significados de mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômica locais, bem como analisa a relação entre estas três dimensões. Com isto, este capítulo fornece a base conceitual que orienta toda a análise proposta. O capítulo 3 traz uma breve discussão do processo migratório no Brasil, paralelamente ao processo de modificação da estrutura econômica e ocupacional, destacando sua relação com a mobilidade sócio-ocupacional e com as desigualdades regionais. Traz também evidências empíricas da relação entre mobilidade espacial e mobilidade ocupacional em outros países. O capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na análise. Aqui são descritos como foram utilizadas a base de dados e as demais fontes de informações. Descreve também como foram estabelecidos os estratos sócio-ocupacionais através dos quais são observados a mobilidade sócio-ocupacional, bem como são descritos os procedimentos econométricos utilizados para estimar a relação entre as mobilidades sócio-ocupacional e espacial.

O capítulo 5 apresenta e analisa os resultados encontrados a partir dos dados, informações e métodos descritos no capítulo 4. Este capítulo está dividido em cinco sub-seções. Na primeira é feita uma breve introdução. Na segunda seção é feita uma análise descritiva dos dados, através da qual já é possível observar alguns comportamentos que apontam para confirmação das hipóteses levantadas. A terceira sub-seção apresenta e discute os resultados econométricos para a relação entre mobilidade sócio-ocupacional e espacial, para cada uma das hierarquias urbanas de origem, tendo como variáveis de interesse as hierarquias urbanas de destino. A quarta subseção analisa as probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional nos destinos, de acordo com as origens e o nível de escolaridade dos indivíduos. Esta análise permite uma melhor observação de como se dá o comportamento da mobilidade sócio-ocupacional nas diferentes hierarquias urbanas e para indivíduos com diferentes níveis de escolaridade. Por fim, o capítulo 6 apresenta as conclusões obtidas a partir dos resultados encontrados.

2 MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E DIFERENÇAS ECONÔMICAS LOCACIONAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1 Introdução

Este capítulo busca construir e discutir conceitualmente os principais termos desta tese, a saber, mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenciações econômicas locacionais. Em outras palavras, busca-se estabelecer o significado de mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenciações econômicas locacionais dentro do contexto da tese. Para isto, é feita uma revisão da literatura sobre estratificação social, mobilidade social, migração, e dinâmica e desigualdade regional, com a finalidade de orientar a abordagem e a especificação para aquelas três dimensões.

Além disto, através da revisão da literatura busca-se mostrar como mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locacionais estão relacionadas; sendo este o seu principal objetivo. Este capítulo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A próxima seção apresenta uma revisão da literatura sobre estratificação e mobilidade social, que dá base para a definição do que nesta tese é denominado mobilidade sócio-ocupacional. A seção 1.3 apresenta uma revisão da literatura sobre migração e estabelece o significado do termo mobilidade espacial. A seção 1.4 faz uma revisão da literatura sobre dinâmica de distribuição econômica regional, destacando como esta dinâmica estimula os processos de mobilidade espacial e sócio-ocupacional. A última seção destaca os elementos teóricos através dos quais se dá a relação entre as diferenças locacionais na distribuição da atividade econômica, mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional.

2.2 O significado de mobilidade sócio-ocupacional

O ponto de partida para o estudo da mobilidade social é o entendimento dos elementos-chave que determinam o sistema de estratificação da sociedade analisada. As teorias da estratificação buscam entender porque os homens são socialmente diferentes, descrever os contornos dos estratos sociais e identificar os elementos que os diferenciam e hierarquizam. A definição de um esquema de estratificação tem importância fundamental para construção de uma teoria sobre os padrões de mobilidade, pois informa sobre os processos de formação dos estratos, seus fluxos e barreiras. Assim, embora o objetivo desta subseção seja a mobilidade sócio-ocupacional, uma vez que esta mobilidade será observada através do movimento de indivíduos entre estratos sócio-ocupacionais, torna-se necessário fazer uma abordagem sobre a teoria de estratificação que orienta a definição destes estratos.

Diversas formas de estratificação já existiram em vários momentos da história, em diferentes sociedades⁴. No caso da sociedade capitalista, os tipos e a importância das posições assumidas pelos indivíduos variaram ao longo do tempo, de acordo com o grau de desenvolvimento desta sociedade⁵. Assim, diante da variação nas formas de organização e estratificação das sociedades, um sistema particular de estratificação pode ser entendido como um produto das condições históricas, econômicas, políticas e sociais específicas do momento em que a sociedade é analisada.

A análise aqui realizada foca sobre a sociedade capitalista moderna. Sendo assim, o ponto de partida que orienta a noção de estratificação no contexto desta tese é a teoria Weberiana. De acordo com Weber (1958), na medida em que o

⁴ Por exemplo, Weber (1958) chama atenção para a existência de sociedade onde a estratificação é determinada com base em critérios étnicos, como os sistemas de castas, na Índia e, Weber (1968) destaca as diferenças nas formas de divisão social existentes na sociedade na Idade Média em relação às formas de estratificação na sociedade capitalista.

⁵ Smith (1983), Ricardo (1982) e Marx (1964) fazem uma discussão profunda sobre os elementos que determinam a divisão do trabalho e as classes sociais na sociedade capitalista. Contudo, o foco destes autores são as classes sociais, enquanto que o foco desta tese são estratos sócio-ocupacionais na sociedade capitalista moderna. Sendo assim, embora bastante importante para o entendimento da evolução das formas de estratificação, uma revisão dessa complexa literatura fugiria do foco central da discussão proposta nesta tese.

sistema capitalista foi se desenvolvendo, a divisão do trabalho foi se tornando mais complexa⁶. Estratos, tais como proprietários (empregadores) e trabalhadores (empregados), tornaram-se cada vez mais diferenciados internamente, o que deu origem a uma grande variedade de posições que podem ser alcançadas pelos indivíduos dentro da estrutura de divisão do trabalho. De maneira geral, o autor defende que a diferença entre os indivíduos está relacionada ao seu poder, *status* e honra social. A maneira como a honra social é distribuída entre os indivíduos de uma sociedade, compondo grupos diferenciados, é denominada ordem social. A ordem social, por sua vez, é condicionada pela ordem econômica. E esta pode ser entendida como a maneira pela qual bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados (Weber, 1958).

Para Weber, os estratos sociais representam (1) um número de pessoas que têm em comum um componente específico causal de suas oportunidades de vida, na medida em que, (2) este componente é representado exclusivamente por interesses econômicos, posse de bens e oportunidades de renda, e (3) representado nas condições de mercadoria ou mercados de trabalho (WEBER, 1958). Assim, na análise de uma sociedade capitalista moderna, de acordo com esta descrição de Weber, pode-se considerar que os estratos sociais podem ser representados por estratos ocupacionais. Pois, nessas sociedades, a ocupação possui um papel fundamental na determinação das oportunidades de vida, representando bem as condições econômicas, as oportunidades de apropriação da renda e as condições dos indivíduos no mercado de trabalho.

Na concepção de Weber, diferentes estratos sociais expressam a oportunidade, ou a falta desta, para dispor de bens ou habilidades que permitam auferir renda

⁶Na teoria da divisão social do trabalho de Marx (1964), a sociedade é estratificada em, basicamente, duas classes sociais: a classe de capitalistas, detentora do capital; e a classe de trabalhadores, detentora apenas da força de trabalho. Para Marx (1964), o fator que diferenciava os indivíduos na sociedade capitalista era a posse, ou não, dos meios de produção. A teoria de estratificação de Weber (1958) foi desenvolvida em um estágio mais avançado do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde a diferenciação entre os indivíduos já não se dá apenas pela posse dos meios de produção, mas sim por diversas características destes indivíduos no mercado de trabalho. Nesse estágio mais recente do desenvolvimento da sociedade capitalista, Weber (1958, 1968) e Giddens (1973) chamam atenção para existência de uma subdivisão das classes de capitalistas e trabalhadores, que dá origem a uma gradiente de classes, delimitadas por características de mercado dos indivíduos, como, suas qualificações, habilidades, ocupações e renda.

em uma dada ordem econômica. Assim, estratos sociais referem-se a quaisquer grupos de pessoas que compartilham das mesmas oportunidades de vida ou, em outras palavras, consistem num grupo de pessoas que possuem a mesma situação de mercado (Weber, 1958 e 1975). Por situação de mercado, entendem-se os atributos de mercado que caracterizam os indivíduos, ou seja, seus bens, patrimônio, nível educacional, qualificações, experiências e habilidades profissionais, o que, por sua vez, são refletidos em suas posições ocupacionais.

De acordo com Weber (1958), os indivíduos possuem habilidades vendáveis diferenciadas, o que os posicionam de diferentes maneiras no mercado de trabalho. Para o autor, a colocação de um indivíduo em um determinado estrato vai além da posse ou não de propriedade. As qualificações profissionais são consideradas propriedades que possuem valor e são comercializadas no mercado de trabalho, fazendo com que trabalhadores de diferentes níveis de qualificação pertençam a diferentes níveis ocupacionais. Dessa forma, pode-se notar que, embora a análise de Weber seja focada na determinação de classes, fica claro que, para o autor, estas são diferenciadas de acordo com a situação de mercado, ou seja, com a situação ocupacional dos indivíduos. Desta forma, a situação ocupacional é considerada como o elemento que delimita os contornos dos estratos sociais.

Contudo, embora a teoria de Weber (1958, 1968, 1975) represente um grande avanço para as formas de estratificação social – ao reconhecer a diversidade de relações existentes no mercado capitalista moderno e suas implicações sobre as posições sociais dos indivíduos – a mesma não faz uma identificação estruturada dos estratos sociais. Estudos sobre esquemas de estratificação social, seguindo a orientação da teoria weberiana, foram desenvolvidos por autores da escola pós-weberiana. Segundo a definição de Erickson e Goldthorpe (1992), a estratificação social deve ser estabelecida de acordo com as condições de emprego e mercado em que os trabalhadores se encontram. Em sociedades modernas, a capacidade de mercado mais expressiva, entre aqueles que não são detentores dos meios de produção, são suas habilidades e qualificações que, em última instância, são determinantes da ocupação e nível de renda dos indivíduos. Dessa forma, de acordo com estes autores, habilidades, qualificações e renda são bons

representantes da situação de mercado dos indivíduos, o que por sua vez é representado por suas ocupações. Sendo assim, esta tese compartilha dessa visão pós-weberiana de estratificação social, de modo a considerar a situação de ocupação dos indivíduos como elemento delimitador dos estratos sociais⁷.

De acordo com Grusky (2003), as componentes chaves de um sistema de estratificação são: 1) os processos institucionais que atribuem valor a determinados bens, tornando-os desejáveis, 2) as regras de alocação que distribuem esses bens entre várias posições e ocupações na divisão do trabalho, e 3) os mecanismos de mobilidade que ligam indivíduos às ocupações, e assim geram um controle desigual sobre os recursos. A desigualdade é assim gerada por dois tipos de processos interligados, a saber, as desiguais recompensas para os diferentes papéis sócio-ocupacionais, e o fato dos diversos membros da sociedade serem alocados aos cargos assim definidos e recompensados. Isto porque em toda sociedade, embora exista um fluxo ocupacional constante – trabalhadores recém-chegados entram na força de trabalho, substituem trabalhadores que morreram ou que se aposentaram, e assim em diante – as recompensas para os postos mudam apenas gradualmente (Grusky, 2003).

Segundo Davis e Moore (1945) a estratificação é necessária em qualquer sociedade como um mecanismo que induz os indivíduos a terem performances que os levem às melhores posições dentro da estrutura social. Em outras palavras, a estratificação de uma sociedade funciona como um meio de dinamismo social, na medida em que, havendo vários estratos, com graus de prestígio social diferentes, indivíduos pertencentes aos estratos inferiores se sentiriam estimulados a alcançarem os estratos mais altos. A forma como os indivíduos buscarão os estratos mais altos depende dos elementos de estratificação. Nas sociedades industriais modernas, a estratificação social é decorrente da complexa estrutura de divisão do trabalho. Nesse sentido, o pertencimento a um determinado estrato está relacionado a fatores econômicos como renda e riqueza que, por sua vez – a despeito da influência de outros

⁷ Dentre as várias situações de ocupação dos indivíduos estão incluídos não só os empregados, mas também indivíduos que trabalham por conta-própria e empregadores. Mais detalhes sobre a definição das ocupações, e sua distribuição entre os estratos, encontram-se no capítulo 3.

fatores como prestígio familiar, etc. – estão relacionados à qualificação e à posição do indivíduo no mercado de trabalho.

De fato, as modificações nos modos de produção ao longo do tempo, resultando no atual modo de produção capitalista, tornaram a sociedade mais meritocrata em suas formas de alocação dos indivíduos para posições sociais funcionalmente distintas em seus graus de importância. As posições sociais diferem em relação à sua importância porque algumas delas requerem mais habilidades e talentos, e a quantidade de indivíduos com capacidades para executá-las é escassa. Além disso, a conversão de talentos em habilidades envolve um período de treinamento durante o qual os indivíduos submetidos a esse treinamento arcam com algum custo de oportunidade. Assim, a fim de induzi-los a adquirirem qualificação, sua posição futura deve ser diferenciada, ou seja, devem auferir recompensas maiores. Essas recompensas levam a uma diferenciação também no nível de sustento e conforto do indivíduo, seu humor, seu auto-respeito e auto-estima. Dessa forma, a sociedade, independentemente de outros critérios, é estratificada de acordo com as diferentes funções e posições ocupadas na sociedade e suas respectivas recompensas. (Davis e Moore, 1945).

Ainda segundo Davis e Moore (1945), a importância socioeconômica das posições ocupacionais pode variar entre sociedades de acordo com seu grau de desenvolvimento. Qualquer sistema particular de estratificação pode, então, ser entendido como um produto das condições específicas que geram recompensas diferenciadas. Daí, uma vez que a mobilidade sócio-ocupacional é determinada a partir de um determinado sistema de estratificação e, uma vez que este depende do nível de desenvolvimento, pode-se considerar que, em última instância, a mobilidade sócio-ocupacional também depende do nível de desenvolvimento.

Em crítica à visão de Davis e Moore, Tumin (1953) defende que existe diferença entre distribuição de recompensas sociais e distribuição de oportunidades para assegurar essas recompensas; e é esta última distribuição que legitima a estratificação. Segundo Tumin, o desenvolvimento de talentos também depende do grau de desenvolvimento e distribuição de renda da sociedade, pois, por exemplo, indivíduos pertencentes a famílias pobres podem possuir talentos e habilidades, mas não ter a chance de desenvolvê-los por não terem renda para

ter acesso à boa educação. Para Tumim (1953), Davis e Moore (1945) falham ao não considerar a distribuição das oportunidades, pois quando o sistema distribui de forma desigual as oportunidades de acesso a treinamento, faz com que pessoas talentosas e habilidosas não possam exercer funções para as quais possuem capacidade. Segundo Tumin (1953), por não considerarem a distribuição das oportunidades, Davis e Moore (1945) atribuem importância funcional às posições sociais de forma meramente intuitiva.

De fato, é difícil dizer se a profissão de engenheiro, por exemplo, é mais importante que a de pedreiro. Contudo, é fato que o primeiro possui mais qualificação e treinamento, o que justifica o fato deste ter uma recompensa diferenciada. Além disso, ainda que todos tenham talentos e habilidades, nem todos se dispõem a arcar com o custo de oportunidade⁸ de se submeter ao treinamento necessário para desempenhar certas ocupações. Sendo assim – embora de fato existam desigualdades na distribuição das oportunidades⁹, e que esta desigualdade tenha forte influência sobre a distribuição dos indivíduos entre os estratos sociais – concorda-se que não se trata apenas de uma atribuição intuitiva da importância da ocupação. De forma objetiva, algumas ocupações exigem níveis mais altos de habilidade e formação para sua execução e, por isso, no mercado de trabalho estas ocupações são mais valorizadas (monetariamente) que outras.

Já prestígio social está relacionado ao estilo de vida e ao *status* que o indivíduo possui dentro da sociedade. Assim, de uma maneira geral, pode-se dizer que estratos socioeconômicos são determinados de acordo com as relações de produção e aquisição de bens, ao passo que os grupos de *status* são

⁸ Durante o período de qualificação os indivíduos auferem menores rendimentos, ou mesmo deixam de trabalhar, na expectativa de terem mais e melhores oportunidades e auferirem rendimentos ainda maiores no futuro, devido a sua maior qualificação.

⁹ Uma melhor explicação/discussão sobre o significado da expressão “desigualdade de oportunidade”, empregada nesta tese, é encontrada em Sem (2001). De maneira geral, a concepção de igualdade de oportunidade neste autor está relacionada às liberdades substantivas que as pessoas têm para conduzir suas vidas. Estas por sua vez se referem às “oportunidades reais” (ou “substantivas”) que as pessoas dispõem para fazer ou deixar de fazer escolhas ligadas ao seu bem-estar.

determinados de acordo com as formas de consumo de bens que representam estilos de vida específicos. Não obstante, prestígio e *status* dentro da sociedade estão relacionados às posses e posição no mercado, pois são estes que permitem aos indivíduos determinarem seus estilos de vida (Weber, 1958 e 1975). Dessa forma, frequentemente as diferenças entre estratos sócio-ocupacionais e grupos de *status* se sobrepõem.

Hauser e Warren (1997) defendem que existem várias razões para focar a análise da estratificação sobre aspectos ocupacionais. Segundo os autores, a ocupação é o papel social mais importante de uma pessoa adulta fora do âmbito familiar. Um indicativo da importância da ocupação como referência social é que, ao conhecer uma pessoa, em geral, a primeira coisa que se quer saber é o que a pessoa faz. Saber qual a ocupação de um indivíduo nos informa muito sobre sua vida. A ocupação reflete como o indivíduo gasta seu tempo, reflete as habilidades técnicas que levam ao mercado e informa sobre a situação econômica presente e as perspectivas futuras. Além disso, em termos práticos (pesquisa empírica), para determinação de estratos sociais, as medidas de ocupação não implicam os mesmos problemas de mudança, confiabilidade e instabilidade que medidas como renda e riqueza (Hauser e Warren, 1997).

A discussão feita até aqui teve como intuito estabelecer o elemento que diferencia e hierarquiza os indivíduos em diferentes estratos sociais, e que, por sua vez, orientará o esquema de estratificação através da qual será feita a análise de mobilidade. O esquema de estratificação social estabelecido nesta tese busca refletir diferentes grupos de indivíduos que compartilham de uma mesma situação de mercado o que, por sua vez, é representado pela situação de ocupação no mercado de trabalho. Contudo, o que se pretende nesta tese não é apenas dizer se os indivíduos se moveram dentro de uma determinada estrutura de estratificação social. Mais que isso, pretende-se identificar se essa mobilidade foi ascendente ou descendente, ou seja, se o indivíduo melhorou ou piorou sua posição sócio-ocupacional dado que migrou ou permaneceu em seu local de origem.

Mas como classificar as ocupações? Como dizer se um indivíduo mudou de uma ocupação para outra melhor ou pior? Estudos sobre hierarquia ocupacional são

orientados pela discussão entre a corrente que defende a classificação de acordo com o *status* socioeconômico das ocupações, e a corrente que defende a classificação ocupacional de acordo com o prestígio das mesmas. A forma de classificação ocupacional – se pelo *status* socioeconômico ou se por uma escala de prestígio – é de extrema importância em estudos de mobilidade sócio-ocupacional, pois diferenças nas formas de classificação podem alterar as formas de estratificação e a mobilidade observada (Hodge, 1981; Blau e Duncan, 1967).

De maneira geral, a classificação socioeconômica das ocupações é feita através da derivação de scores para um conjunto de ocupações, compostos pelos níveis de renda e educação dos trabalhadores (educação é o fator de *status* social, e renda o fator de *status* econômico). Já as escalas de prestígio ocupacional são feitas através de pesquisas nas quais pessoas são solicitadas a classificar uma seleção de ocupações em uma hierarquia de prestígio ou posição social. De acordo com Goldthorpe e Hope (1972), prestígio é entendido como uma forma particular de vantagem e poder social associados às atribuições do papel do indivíduo dentro da sociedade. Nesse sentido, vantagem e poder social são de conotação simbólica, e não de natureza econômica ou política. Em outras palavras, o prestígio estaria relacionado com a capacidade dos indivíduos em conquistar a estima dos demais, e tornar-se um membro com significado de valor dentro da sociedade, e não necessariamente com a posse de recursos materiais ou posições sociais de autoridade ou força sobre outros indivíduos.

Dessa forma, uma hierarquia de prestígio é constituída pela relação entre indivíduos e é caracterizada em termos de atitudes e relações. Os atributos dos papéis sociais, por sua vez, possuem algum significado simbólico, o que, em conjunto com valores vigentes na sociedade, constituem uma posição de superioridade ou de inferioridade social. Sendo assim, as posições de prestígio não derivam diretamente dos atributos de um papel na sociedade, mas sim da maneira como estes atributos são percebidos e avaliados de acordo com a cultura da sociedade (Goldthorpe e Hope, 1972). Assim, uma vez que esta concepção clássica de prestígio seja adotada, a classificação ocupacional deve ser entendida como as chances de respeito e aceitação associada às atribuições das ocupações. Tal prestígio pode ser relacionado aos atributos objetivos das

ocupações (como: recompensas, qualificações, etc.), mas esta relação ocorre apenas indiretamente. Ou seja, o prestígio atribuído à ocupação se dá apenas na medida em que os atributos desta ocupação carregam significados simbólicos, de maneira que tal ocupação seja susceptível de interpretação como indicativo de superioridade ou inferioridade social.

Segundo Treiman (1976), estudos de classificação de prestígio ocupacional possuem três características que os tornam confiáveis e possíveis de serem comparáveis entre países e regiões diferentes: (1) apresentam o mesmo resultado independente do termo usado para questionar os indivíduos (prestígio, posição social ou respeito em relação à ocupação); (2) em média, a percepção da hierarquia de prestígio é a mesma entre pessoas com alto e baixo nível educacional, ricos e pobres, residentes em áreas rurais ou urbanas, jovens ou idosos¹⁰; e (3) embora a distribuição da força de trabalho varie de lugar para lugar, os mesmo tipos de ocupação tendem a ser invariantes no tempo e no espaço. O autor ressalta também que, além desses três pontos, esses estudos também mostram que a organização do trabalho em postos específicos é bastante uniforme entre as sociedades. Consequentemente, a avaliação do prestígio é também invariante. A análise de Treiman (1976) sobre as pesquisas de classificação de prestígio ocupacional sugere que alto prestígio é atribuído àquelas ocupações que requerem alto grau de qualificação ou que implicam autoridade sobre outros indivíduos ou controle sobre o capital.

Qualificação, autoridade, e controle econômico são apontados como os recursos básicos que diferenciam as ocupações porque estes são os aspectos fundamentais do poder. Contudo, Treiman (1976) ressalta que mesmo nas posições de maior prestígio, o mais importante é que as tarefas sejam bem executadas. Consequentemente, quanto maior o prestígio (poder), maior o incentivo para atrair pessoas competentes. E uma vez que o mecanismo básico para induzir pessoas a realizar bem as tarefas é recompensá-las, as posições de maior prestígio são também as que oferecem as recompensas mais altas. Assim,

¹⁰ Isso é considerado importante uma vez que permite fazer uso de amostras não muito grandes ou limitadas em relação à variedade de características da população.

uma vez que as ocupações são diferenciadas com respeito ao poder, elas são diferenciadas também com respeito à recompensa e prestígio (Treiman, 1976). Os estudos do autor mostram que nível educacional, nível de renda e de prestígio da ocupação são altamente correlacionados em vários países.

De fato, é plausível considerar que o prestígio de um indivíduo – ou seja, suas vantagens e poder social associados a seu papel na sociedade – seja refletido pelo nível de qualificação e renda associadas à sua ocupação. Em sociedades pré-capitalistas, quando os grandes centros urbanos ainda não possuíam a dimensão dos centros atuais e as pessoas viviam em comunidades menores, o papel do simbolismo era mais forte na determinação do prestígio social que as pessoas possuíam (embora fatores econômicos, como posse de terras por exemplo, sempre tenham tido forte influência na determinação do prestígio e poder social). Atualmente – com a maioria das pessoas vivendo em grandes centros urbanos e sendo regida pelas regras de concorrência do capitalismo – o *status* socioeconômico das ocupações é cada vez mais um indicador apropriado para determinar a linha divisória dos estratos sócio-ocupacionais. Isto porque a ocupação reflete, entre outras coisas, duas das características mais visadas e valorizadas na sociedade moderna: educação e renda.

Em estudos para EUA e Austrália, Feartherman and Hauser (1976) concluem que movimentos inter e intrageracionais dos indivíduos entre categorias ocupacionais e educacionais são mais determinados pela distância socioeconômica entre os grupos de ocupação que pela distância de prestígio. As evidências para essa conclusão foram obtidas dos resultados de estimativas de modelos de obtenção de *status*, nas quais as estimativas usando a escala socioeconômica de ocupação de Duncan (1961) fornecem resultados muito mais significativos que as estimativas baseadas na escala de prestígio das ocupações de Treiman (1977). A interpretação desses resultados sugere que scores socioeconômicos são indicadores mais robustos das dimensões pertinentes à mobilidade ocupacional nas sociedades industriais e do processo de obtenção de *status*, que os scores de prestígio (Feartherman and Hauser 1976). Desta forma,

“[...] nos casos de mobilidade ocupacional e processos relacionados de alocação de *status*, as dimensões socioeconômicas e os *scores* socioeconômicos para ocupações

são as mais centrais e, portanto, são preferíveis aos scores de prestígio¹¹ (Feartherman and Hauser, 1976, p. 203-204).

Embora a discussão sobre as formas de hierarquia ocupacional seja extensa e aprofundada, não existe um consenso quanto à forma correta de conceituar e medir estratos sócio-ocupacionais. Contudo, considerando que cada vez mais os aspectos econômicos caracterizam esses estratos, os scores socioeconômicos das ocupações parecem ser uma medida mais apropriada para a determinação da hierarquia ocupacional. Além disso, para fins de análise empírica, escalas socioeconômicas são analiticamente mais claras para observar a mobilidade sócio-ocupacional, uma vez que possuem um caráter mais objetivo que o sentido de prestígio¹² e, por isso mesmo, permite fazer cortes mais objetivos entre grupos de ocupações (Hodge, 1981). Assim, para fins desta tese, a estratificação sócio-ocupacional é feita de acordo com características socioeconômicas das ocupações e a mobilidade é medida em termos dos movimentos entre estes estratos.

Uma vez definido o *status* socioeconômico das ocupações como o indicador através do qual será analisada a mobilidade sócio-ocupacional, torna-se necessário definir a unidade de análise para o estudo. Existe a tradição, na literatura de análise de mobilidade social, de considerar a família, representada pela figura do chefe, como unidade de análise. Goldthorpe (1983) defende que as mulheres não podem constituir uma classe por si mesmas, pois sua participação no mercado de trabalho é limitada devido a outros compromissos sociais como, por exemplo, os cuidados com a família. Já Abbott (1987) defende a visão individualista, onde o indivíduo é a unidade de análise, e a mulher é considerada independente do *status* ocupacional do marido. Para Abbott (1987), atualmente as mulheres possuem características profissionais próprias, com destaque para os

¹¹ *"In instances of occupational mobility and related processes of status allocation, socioeconomic dimensions and socioeconomic scores for occupations are the more central, and therefore are preferable over prestige scores"* (Feartherman and Hauser, 1976, p. 203-204).

¹² Embora muitas pesquisas sobre escala de prestígio ocupacional mostrem as mesmas invariantes em vários aspectos, considera-se que a idéia de prestígio carrega consigo certa relatividade, enquanto que a qualificação necessária para realizar algumas atividades e suas recompensas possui um caráter mais objetivo.

níveis educacionais, o que as colocariam em condições de serem classificadas socialmente de forma independente da posição ocupacional de seus maridos.

Uma vez que esta tese, como já mencionado, analisa a mobilidade sócio-ocupacional, considera-se o indivíduo como unidade de análise, independentemente de gênero, pois se entende que a posição do indivíduo no mercado de trabalho independe de sua condição na família, ainda que o *status* econômico da mesma possa ter alguma influência na carreira profissional, principalmente para as mulheres¹³. Ainda, segundo Dale *et al.* (1985), os grupos para análise de mobilidade social devem ser compostos tanto por homens quanto por mulheres, pois

“[...] embora muitas mulheres possam enfrentar constrangimentos a sua participação no mercado de trabalho, todas as que estão em empregos pagos têm uma relação direta com o mercado de trabalho que pode ser usada para determinar a classe com base na ocupação” (Dale *et al.*, 1985, p. 391).

Assim, excluir as mulheres da análise de mobilidade seria mostrar a realidade da segmentação do mercado de trabalho de forma incompleta.

Posto isso, pode-se dizer que mobilidade sócio-ocupacional nesta tese significa o movimento de indivíduos (homens e mulheres) dentro de um esquema hierarquizado de estratos sócio-ocupacionais, diferenciados de acordo com a situação de mercado dos indivíduos que, por sua vez, é representada por aspectos socioeconômicos de suas ocupações. Em outras palavras, a análise de mobilidade sócio-ocupacional realizada nesta tese implica a observação do movimento de indivíduos entre grupos ocupacionais diferenciados e hierarquizados de acordo com características educacionais e de renda ocupacional.

¹³ Ver Ribeiro (2007a).

2.3 O significado de mobilidade espacial

Mudar de ocupação, e se mover dentro da estrutura social, depende tanto das características atribuídas (*background* familiar, cor etc.) e adquiridas (educação, habilidades, experiência etc.) dos indivíduos, como do surgimento de oportunidades no mercado de trabalho na região onde vivem (Pastore, 1979). Em sociedades nas quais o estágio de desenvolvimento é avançado pode ocorrer da expansão do mercado de trabalho ser mais lenta e, portanto, as oportunidades de mobilidade decorrerem, em grande parte, das trocas de posição no mercado de trabalho por morte, aposentadoria, doença, etc. Neste caso, as características atribuídas e adquiridas dos indivíduos são os principais determinantes para mobilidade sócio-ocupacional. Já nas sociedades em desenvolvimento, a dinâmica de trocas ocupacionais se dá, principalmente, por meio das oportunidades econômicas que surgem com o processo de desenvolvimento. Durante o processo de desenvolvimento econômico o mercado de trabalho se expande, surgindo novas oportunidades para que os trabalhadores mudem sua posição nesse mercado.

Contudo, ocorre que nem sempre todas as pessoas encontram, em seus locais de origem¹⁴, as oportunidades necessárias para mudar sua posição sócio-ocupacional. Isto leva muitas pessoas a buscarem tais oportunidades em outros lugares, realizando o que nesta tese é chamado de mobilidade espacial. Mobilidade espacial tem um sentido mais amplo que o de migração. Segundo Lee (1966), migração pode ser definida, de maneira geral,

“[...] como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna” (Lee, 1966, p. 99).

¹⁴ O termo local de origem é usado no sentido de indicar o ponto do qual partiram os indivíduos no seu último deslocamento, e não no sentido de ser seu local de nascimento. Analogamente, local de destino se refere ao local ao qual se destina o indivíduo ao sair de seu local de origem.

Isso quer dizer que, do ponto de vista conceitual, considera-se que tanto um deslocamento de uma rua para outra, como uma mudança de um país para outro é um ato migratório, embora o início e as conseqüências desses dois deslocamentos venham apresentar significativas diferenças (Lee, 1966).

Ainda de acordo com Lee (1966), “não se incluem nesta definição todas as classes de mobilidade espacial”. Quer dizer, não estão incluídos, nesta definição de migração, os movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios, ou seja, não se incluem nesta definição aqueles que não estabelecem residência durante período prolongado nem os deslocamentos temporários; movimentos esses que se incluem no conceito de mobilidade espacial. Contudo, ao considerar que indivíduos se movem no espaço em busca de locais onde possam ter melhores oportunidades de inserção sócio-ocupacional, movimentos entre locais dinamicamente semelhantes e/ou de curta distância podem não possuir implicações no que diz respeito ao efeito da mobilidade espacial sobre a mobilidade de ocupação. Dessa forma, mudanças na hierarquia ocupacional, observadas através de movimentos no esquema de estratificação, podem estar relacionadas com mudanças na hierarquia de dinâmica regional.

Na definição de Borjas (2000), migração é um movimento de uma área geográfica a outra. Uma vez que esses movimentos, como já dito, podem ser de curta ou longa distância, o autor define três tipos de migração: migração residencial, que ocorre quando uma família ou uma pessoa muda de residência de uma vizinhança para outra dentro da mesma área; migração interna, que ocorre quando uma família ou uma pessoa se move entre distintas áreas geográficas, como municípios e Estados, mas permanecem dentro do mesmo país; e migração internacional que ocorre quando famílias ou pessoas se movem cruzando fronteiras nacionais (Borjas, 2000). Nesta análise não serão incluídos nem os migrantes internacionais, pois o objetivo é analisar as diferenças de chances de mobilidade sócio-ocupacional em espaços com diferentes dinâmicas no Brasil, nem os migrantes residenciais, por considerar que movimentos de distância muito curta tendem não representar mudanças em termos de dinâmica e chances de colocação no mercado de trabalho.

Sendo assim, os movimentos populacionais, no espaço geográfico, de interesse desta tese são aqueles nos quais os indivíduos mudam de município de residência, principalmente aqueles em que percorrerem distâncias suficientes para chegarem à locais diferenciados de seus locais de origem. Pois, sendo a mobilidade sócio-ocupacional influenciada pela mobilidade espacial e pelas diferenciações locacionais, as mudanças na hierarquia ocupacional podem estar relacionadas também com mudanças na hierarquia urbana do local onde o indivíduo está inserido. Nesse caso, mudanças de distância muito curta – como de uma rua para outra, ou de um bairro para outro –, ou mudanças por curtos períodos de tempo, podem não ter influência sobre as chances e oportunidades de mobilidade sócio-ocupacional para os indivíduos.

Em outras palavras, o termo mobilidade espacial empregado nesta tese¹⁵ significa movimentos migratórios nos quais os indivíduos ultrapassam linhas delimitadoras de territórios, com foco naqueles que possuem tanto diferentes níveis de dinamismo, como diferentes posições na rede urbana, mas permanecem dentro das fronteiras do país, ou seja, o que Borjas (2000) denomina migração interna.

Outra característica da mobilidade espacial que precisa ser definida é a direção dos fluxos. O avanço do setor industrial e os avanços tecnológicos no Brasil provocaram não só mudanças na divisão do trabalho, mas também na divisão inter-regional dos trabalhadores. Até a década de 1950, a população brasileira vivia predominantemente em áreas rurais. A partir de então teve início um forte movimento de migração das áreas rurais para as áreas urbanas. Migrar para a área urbana representava, para a população rural, a chance de se inserir em melhores ocupações, ter acesso a serviços urbanos e, dessa forma, almejar melhores condições de vida. Em decorrência disso, alguns dos grandes centros urbanos tornaram-se congestionados, o que teve como consequência, entre outras coisas, um processo de desconcentração das atividades econômicas em direção a áreas periféricas. Com a maior parte da população vivendo em áreas

¹⁵ Embora no Brasil existam outros fenômenos migratórios, como: migração pendular, e movimentos migratórios em que o chefe da família migra primeiro, e a família migra depois; ou o chefe migra com o objetivo de enviar remessas em dinheiro para a família que permanece no local de origem, e retornar após conquistar meios de melhorar as condições de vida da família.

urbanas e com a atividade econômica ganhando novos espaços, os fluxos migratórios no sentido rural-urbano se reduziram, dando lugar à predominância das trocas populacionais interurbanas. Deste modo, a análise realizada nesta tese se concentra nos fluxos interurbanos, pois esta é a direção predominante dos fluxos migratórios no país nos últimos anos¹⁶ (Rigotti, 2006).

Em um dos primeiros trabalhos da literatura sobre migração, Ravenstein (1885) ressalta que existem várias razões que levam um indivíduo a migrar, mas a principal delas é o motivo econômico. Segundo o autor, nenhuma razão é comparável a que resulta do desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material (Ravenstein, 1885). As pessoas migram porque esperam ter, no local de destino, uma condição de vida melhor que a tinham em seu local de origem. Nesse sentido, a decisão de migrar não é aleatória, e sim um processo seletivo que depende de várias características, tanto dos locais de origem e destino, quanto de características pessoais dos indivíduos. O ato de migrar envolve uma análise de comparação entre o local de origem e as opções de locais de destino no que diz respeito a vários aspectos e, caso uma das opções de destino se apresente mais compensadora que o local de origem, o indivíduo migra. Em geral, quando decidem migrar, as pessoas se destinam a regiões que julgam ser mais atraentes que a região onde se encontram e, mas que isso, a mais atraente dentre as opções de destino.

O argumento de Ravenstein (1885), juntamente com os argumentos posteriormente colocados por Lee (1966) originou o modelo de análise migratória de Atração-Repulsão, ou modelos “*Pull-Push*”. Nesse modelo, dois grupos de fatores regionais atuam de forma conjunta na determinação dos fluxos migratórios. Os fatores de “repulsão” estão relacionados à baixa qualidade de vida nos locais de origem. São caracterizados, basicamente, pelas baixas oportunidades de bons empregos, salários e educação em relação a outros locais e, portanto, funcionam como fatores de expulsão dos indivíduos para locais de destino que ofereçam melhores oportunidades. Já os fatores de “atração” estão

¹⁶ O surgimento e as transformações dos processos migratórios no Brasil, paralelamente às mudanças na dinâmica econômica regional, serão retomados no capítulo 3.

relacionados aos aspectos positivos dos locais de destino, principalmente os que se referem às oportunidades econômicas e de qualidade de vida. Grandes centros, onde há diversificação de oportunidades de emprego, melhores salários, oportunidades de obtenção de educação de qualidade, entre outras dimensões, são lugares que possuem forte combinação de fatores de “atração”, que tornam estes lugares mais atrativos para aqueles que possuem predisposição para mudar de localização. Assim, a combinação de fatores de “atração” e “repulsão” nos locais de origem e destino constitui importante elemento na determinação da mobilidade espacial.

Contudo, também pode acontecer da decisão de migrar estar associada à condição do indivíduo no local de origem. Mesmo em centros bastante dinâmicos economicamente, e que possuam diversos fatores de “atração”, podem existir indivíduos em condições socioeconômicas precárias. Neste caso, para estes indivíduos, este local de origem, embora dinâmico e desenvolvido, apresenta fatores de “repulsão”. Em locais dinâmicos, isso em geral acontece com indivíduos na base da pirâmide social, que apresentam baixo nível de qualificação e, conseqüentemente, poucas chances de inserção no mercado de trabalho e baixos salários.

Por outro lado, pessoas com nível de vida elevado, mesmo estando em locais com níveis mais baixos de desenvolvimento econômico, tendem a permanecer em seu local de origem, a menos que as vantagens existentes no local de destino ofereçam a eles a possibilidade de uma condição de vida muito melhor do que a que já possuem. Nesse caso, os indivíduos seriam atraídos para o local de destino não pela baixa qualidade de vida em seus locais de origem, mas sim pelas altas vantagens adquiridas ao migrar. Isso em geral acontece com pessoas na parte alta da pirâmide social, que possuem boa qualidade de vida onde se encontram, e só se disponibilizariam a sair de seu local de origem se o local de destino oferecer vantagens maiores. Isto possui relação com outro fator determinante da mobilidade espacial: o custo da mobilidade.

Além da atuação dos fatores de “repulsão” e “atração”, em geral os indivíduos também avaliam os custos e benefícios de permanecerem em seus locais de origem ou migrarem. Como já mencionado, os benefícios em migrar estão

associados a melhores condições de vida em termos sociais, profissionais e econômicos. Já os custos estão associados a fatores diversos. Os custos da migração, os quais Lee (1966) chama de “obstáculos intervenientes”, podem ser leves em alguns casos, como é o caso de pessoas com condições de vida confortáveis, ou que possuem boa rede social no local de destino; e insuperáveis em outros casos, como para pessoas que vivem em condições muito precárias, a ponto de não poderem arcar sequer com o custo do transporte para o local de destino.

Ao falar em custos se pensa, a princípio, em aspectos de ordem material. E de fato, mudar de local de residência requer gastos monetários com o transporte pessoal e com o transporte dos bens. E este não é único custo monetário inerente ao processo de migração. Ao chegar a um novo local, o indivíduo precisa se informar e encontrar um local adequado para morar e, quando o motivo da migração não é a colocação em um novo emprego, ainda tem também que procurar se inserir no mercado de trabalho, e isso custa tempo e dinheiro. Além disso, há também o custo de oportunidade de migrar, pois durante o processo de migração e durante o tempo em que está procurando uma nova colocação no mercado de trabalho, ou aprendendo um novo ofício, o indivíduo deixa de ganhar o salário que receberia por seu trabalho em seu local de origem – caso este estivesse empregado no seu local de origem (Sjaastad, 1962).

Além de tudo isso, mudar de local de residência também implica custos emocionais. Ao sair do local de origem, deixa-se para trás os laços afetivos construídos ao longo de toda uma vida com a família e amigos, os lugares e coisas que lhes são familiares, seus costumes e as coisas que se gosta de fazer; e passa-se a ter que construir uma nova vida, estabelecer vínculos com novas pessoas e adaptar-se a novos lugares e costumes. Estes custos podem ser minimizados pela existência de uma rede social no local de destino. Ter alguém para ajudar no processo de mudança, para dar informações e acolher no local de destino torna esses custos menores do que para aqueles que chegam a um novo lugar sozinhos.

Assim como os fatores de “repulsão” e “atração” possuem efeitos diferenciados para indivíduos com rendas distintas, os custos da migração também são

diferenciados de acordo com a renda e com a rede social que o indivíduo possui. Em geral, indivíduos com rendas mais altas possuem qualidade de vida satisfatória em seus locais de origem e, portanto, tendem a migrar menos, e quando migram tendem a sentir menos os custos relacionados à migração. Já para outros, os custos de migrar podem ser altos o suficientes, a ponto de tornar a migração inviável. Assim, segundo Lee (1966), ao considerar todos os migrantes em conjunto, a seleção tende a ser bi-modal, pois em relação a qualquer local de origem alguns emigrantes responderão principalmente a fatores positivos do local de destino, formando uma seleção positiva, enquanto que outros responderão principalmente aos fatores negativos do local de origem, formando uma seleção negativa. Ainda segundo Lee (1966), quanto maiores forem os obstáculos intervenientes, maior será o grau de seleção positiva dos migrantes. Além da renda, em diversos outros aspectos, os migrantes, em geral, diferem das pessoas que permanecem em seus locais de origem. Dessa forma, mesmo diante de circunstâncias semelhantes, alguns indivíduos possuem maior propensão a migrar que outros – o que dá à migração um caráter seletivo.

Assim, diferenças nos locais de origem e diferenças nas origens ocupacionais podem estar associadas a diferenças em níveis educacionais e de habilidades e, portanto, diferentes probabilidades de migrar, o que possui influência sobre a seletividade da migração. Dessa forma, é importante analisar a mobilidade de modo a captar a influência dos locais de origem e destino e das origens ocupacionais, pois indivíduos com origens ocupacionais semelhantes, porém localizados em regiões diferentes, podem possuir propensão diferenciada tanto em relação à mobilidade sócio-ocupacional, quanto à mobilidade espacial. Analogamente, indivíduos localizados na mesma região, porém com origens ocupacionais diferentes, também podem possuir diferentes propensões à mobilidade sócio-ocupacional e à migração.

Segundo Borjas (2000), a migração é mais comum entre trabalhadores com níveis de renda e escolaridade mais altos¹⁷. Isto está relacionado à atuação dos fatores

¹⁷ Contudo, este não foi o padrão predominantemente observado no Brasil entre as décadas de 1950-1980.

de “repulsão” e “atração” e aos custos da migração. O que ocorre é que, embora pessoas com condições de vida precárias em seus locais de origem se sintam mais propensas a migrar, pois vêem no local de destino a possibilidade de uma vida melhor, por outro lado os custos da migração são em geral mais altos para estas pessoas. Já para pessoas com renda e escolaridade mais altas, embora tenham uma boa condição de vida em seu local de origem, mesmo quando este local não possui tantos fatores de “atração”, elas se sentem estimuladas a migrar, pois possuem melhores condições de absorver oportunidades em mercados de trabalho mais dinâmicos, além de se depararem com custos de migração relativamente menores.

Dessa forma, pode-se pensar que, até certo ponto, um indivíduo com alta renda e escolaridade vai preferir permanecer no seu local de origem, pois possui ali uma qualidade de vida satisfatória; a partir de certo ponto, de acordo com a atuação principalmente dos fatores de “atração”, esses indivíduos estarão mais propensos a migrar. Por outro lado, indivíduos com baixa renda e escolaridade podem não se sentirem estimulados a migrar, pois os custos da migração seriam muito altos para eles, além de que, em seu local de origem, eles possuem alguma rede de proteção social. Porém, a partir de certo ponto, as potenciais oportunidades nos locais de destino se apresentam mais fortes que os custos da migração, e então os indivíduos se sentem estimulados a migrar.

De acordo com Singer (1976), em grande parte dos estudos sobre movimentos migratórios a unidade de análise é o indivíduo, contudo a decisão de migrar nem sempre é uma decisão individual, mas sim coletiva. Entre os determinantes individuais da decisão de migrar estão: idade – os mais jovens possuem maiores chances de migrar; estado civil – solteiros são mais propensos a migrar; e pessoas que não possuem filhos também possuem maiores chances de migrar. Segundo Borjas (2000), a idéia por trás da idade como determinante para a migração é que trabalhadores mais velhos possuem menos tempo no mercado de trabalho e, portanto, menos tempo para obter o retorno do investimento na migração.

Borjas (2000) também desenvolve uma explicação para a tomada de decisão de migração pela família. Seu modelo supõe uma família composta por marido e

esposa, onde, o termo ΔPV_A é a variação presente nos ganhos do cônjuge A se ele se move geograficamente da região i para a região j (líquido dos custos da migração). E o termo ΔPV_B é a variação presente nos ganhos do cônjuge B caso seja ele quem migra (também líquido dos custos da migração). Se o cônjuge A fosse solteiro, ele migraria caso essa variação fosse positiva. O mesmo ocorreria com o cônjuge B. Contudo, como eles formam uma família, só migrarão se o ganho líquido para a família for positivo, ou seja, se $\Delta PV_A + \Delta PV_B > 0$. Por exemplo, se o cônjuge B migra, ele terá uma variação positiva na sua renda, contudo a perda do cônjuge A ao acompanhá-lo será maior que o ganho obtido pelo cônjuge B e, dessa forma, $\Delta PV_A + \Delta PV_B < 0$. Nesse caso, a família não migra e denomina-se o cônjuge B de *tied stayer*, pois ele perde uma melhor oportunidade de emprego (de obter um maior ganho individualmente) em outro lugar para não reduzir os ganhos da família. Por outro lado, por exemplo, se ocorrer de o cônjuge A ao migrar obter uma variação na renda superior a perda do cônjuge B, de forma que, embora o ganho do cônjuge B se reduza ($\Delta PV_B < 0$), os ganhos da família aumentem ($\Delta PV_A + \Delta PV_B > 0$), a família migra. E, nesse caso, denomina-se o cônjuge A de *tied mover*, pois embora o ganho do cônjuge B se reduza, ele é “forçado” a migrar devido ao fato do ganho do cônjuge A ser superior a sua perda, tornando o ganho da família maior.

Já os determinantes estruturais da decisão de migrar estão relacionados às condições econômicas dos locais de origem e destino. Singer (1976) também defende que indivíduos estão sempre em busca de melhores condições de vida e, portanto, quando não encontram chances de mudar sua condição no seu local de origem, se direcionam a outros locais que possam lhes proporcionar maiores oportunidades de trabalho e melhores salários. Assim, o desenvolvimento econômico e a expansão do mercado de trabalho constituem o principal fator de atração da mão de obra e o principal determinante da mobilidade espacial. Ou seja,

“[...] os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por trabalho [...] De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração

na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém” (Singer, 1976, p. 226).

Para Borjas (2000), as diferenças nas vantagens econômicas, principalmente diferenças nos salários, são as principais causas estruturais da migração. Segundo o autor, trabalhadores calculam o valor das oportunidades disponíveis em cada mercado de trabalho alternativo, descontam os custos da migração, e escolhem qual opção maximiza o valor presente líquido da sua renda. Harris e Todaro (1970) consideram que a decisão de migrar é motivada não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas, também, por diferenças nas taxas de emprego. Segundo os autores, para que o movimento migratório ocorra, é necessário haver uma destas diferenças (salário e/ou taxa de emprego) entre as regiões. Dessa forma, as migrações ocorrem até o ponto em que forem equalizadas as expectativas de salários e/ou inserção no mercado de trabalho.

Dentre outros fatores determinantes da migração, Borjas (2000) também destaca a distância do deslocamento. Segundo o autor, maiores distâncias desestimulam a migração, pois tornam os custos mais elevados. Destaca também que trabalhadores que migram são propensos a voltar para seu local de origem, e ainda mais propensos a seguirem migrando para outros lugares. O retorno ou repetição da migração estão relacionados ao fato do trabalhador chegar à conclusão de que a decisão sobre o local de destino inicial foi errada. Nesses casos, ele considera a possibilidade de migrar novamente, ponderando as possibilidades disponíveis e as incertezas quanto às condições econômicas nas novas regiões de destino.

A migração de retorno ou a repetição da migração também é vista como um caminho que maximiza o valor presente da profissão¹⁸ e pode gerar melhores oportunidades no futuro. Assim, muitos trabalhadores consideram uma experiência em outra cidade, ainda que breve, como um “trampolim” para melhores oportunidades de emprego no futuro. Dessa forma, muitos deles

¹⁸ Nesse contexto, maximizar o valor presente da profissão implica se inserir em mercados que pagam os melhores salários.

encaram estadas temporárias em outras cidades como um degrau para sua carreira, e não como o *locus* de construção de suas vidas profissionais.

Naturalmente, nem todos os casos de mobilidade espacial implicam alcançar sucesso profissional. Como visto, existem vários fatores que motivam a migração, contudo também existem obstáculos que se interpõem entre o migrante e a oportunidade econômica. Nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias, exigidas pelo mercado de trabalho do local de destino. Além disso, muitas vezes a insuficiência de recursos impede determinado número de migrantes de alcançar êxito na competição dentro do mercado de trabalho. É comum, por exemplo, que migrantes cheguem endividados aos locais de destino, sendo obrigados a trabalhar, durante certo período, por baixos salários para pagar os custos da viagem (Singer, 1980). Além disso, os fluxos migratórios também podem gerar uma oferta de trabalho maior que sua demanda, pois – ao contrário do que defendem Harris e Todaro (1970) – a economia não possui mecanismos de controle para atrair um número de migrantes compatível com a oferta de trabalho local nem de criar uma oferta de trabalho que seja proporcional ao fluxo.

Segundo Singer (1976), o mercado de trabalho tem meios de equilibrar demanda e oferta de força de trabalho mediante a variação de seu preço, isto é, do nível de salários: havendo um excesso de oferta em relação à procura de força de trabalho, os salários baixariam, reduzindo o custo do fator trabalho em relação ao custo do fator capital, o que induzira as empresas a tornarem-se intensivas em mão de obra, gerando uma elevação da demanda de força de trabalho e igualando à oferta. Este tipo de solução, no entanto, é limitado devido a uma série de obstáculos, como: questões institucionais (salário mínimo, indenização aos despedidos, etc.), composição da produção, e à resistência dos trabalhadores organizados (Singer, 1980). Em países subdesenvolvidos os problemas causados pelos desequilíbrios dos fluxos migratórios são mais acentuados, pois grande parte destes fluxos se origina de fatores de estagnação, o que compromete a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, além de gerar populações marginalizadas, gerando externalidades negativas nas áreas de destino.

Do exposto aqui, nota-se que os principais fatores na determinação da migração são de ordem econômica. Fatores como diferenças locais nas oportunidades

de mercado de trabalho e nos níveis salariais entre locais de origem e destino estão entre os principais determinantes da migração. Mesmo os fatores determinantes de caráter individual são de ordem econômica. Dessa forma, se a principal motivação para a mobilidade espacial é a busca por melhores oportunidades de mercado e, considerando que mobilidade sócio-ocupacional significa mudar a condição de mercado, representada pela condição de ocupação, então mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional possuem um ponto determinante em comum: as diferenças econômicas locais e as oportunidades no mercado de trabalho nos locais de origem e destino.

2.4 As diferenças econômicas locais

A dinâmica econômica regional é conduzida por fatores que levam a uma desigual distribuição das atividades econômicas no espaço (Myrdal, 1972; Hirschmann, 1961). A localização destas atividades no espaço geográfico é determinada, de maneira geral, pelo surgimento de economias externas, que atuam como forças centrípeta de aglomeração. Segundo Marshall (1946), existe três grandes vantagens para os produtores de um mesmo setor se localizarem próximos uns dos outros: primeiro, a concentração atrairia fornecedores de insumos especializados; segundo, com a concentração das empresas de uma mesma especialidade, os trabalhadores teriam menos chance de ficarem desempregados e estas empresas teriam mais facilidade em contratar, uma vez que a força de trabalho especializada estivesse também ali concentrada; e terceiro, a concentração facilitaria a dispersão e troca de informações.

Por outro lado, fatores como a imobilidade de recursos – por exemplo: terra, e em alguns casos mão de obra – atuam como força centrífuga de dispersão da atividade econômica. A tensão entre essas forças de concentração e dispersão moldam a evolução da estrutura espacial da economia (Fujita *et al.*, 2002). Como reflexo desta tensão tem-se o surgimento espontâneo de hierarquias urbanas, caracterizadas pela existência de grandes centros concentradores de atividade econômica, cercados por outras regiões de menor concentração. Juntas, essas regiões formam um gradiente de desenvolvimento econômico regional que vai do

Lugar Central¹⁹ até os lugares mais longínquos e menos desenvolvidos, refletindo uma dinâmica de desigualdade na distribuição espacial da atividade econômica.

Em seu modelo ‘centro-periferia’, Fujita *et al.* (2002) explicam como as economias de aglomeração podem surgir e se modificar a partir das interações entre os retornos crescentes de escala no nível da empresa individual, custos de transporte e mobilidade de fatores. Os autores assumem por hipótese que a distribuição geográfica dos recursos é em parte exógena, e em parte endógena. Cada região é dotada de uma fração exógena dos recursos fixos (imóveis) – terras, fontes de matérias primas –, enquanto que a dotação de recursos móveis – trabalhadores e capital – muda ao longo do tempo e é determinada de forma endógena. O custo de transporte é zero para produtos agrícolas, e positivo para produtos industriais. Como os produtos agrícolas, por hipótese, podem ser transportados gratuitamente, e como estes produtos são produzidos com retornos constantes, os trabalhadores agrícolas recebem o mesmo salário em todas as regiões. Os salários dos trabalhadores industriais, porém, podem diferir em termos nominais e reais em função da localização da indústria e do custo de vida na região. O salário real é dado pela subtração do salário nominal pelo índice de custo de vida. E este, por sua vez, é bastante influenciado pelo custo de transporte para a região.

O modelo ‘centro-periferia’ é um caso especial em que existem apenas duas regiões e a agricultura é uniformemente dividida entre as duas, enquanto que a fração de distribuição da indústria depende do diferencial de salário real entre as duas regiões e do custo de transporte. As interações e modificações entre essas variáveis irão moldar a economia em duas regiões onde a indústria será dividida de maneira igual, ou em duas regiões onde uma será um ‘centro’ industrial e a outra uma ‘periferia’ agrícola. Fujita *et al.* (2002) analisam a determinação da estrutura regional ‘centro-periferia’ em três casos: com custos de transporte altos, custos de transporte baixos, e custos de transporte intermediários. No caso de

¹⁹ Lugar Central é a expressão utilizada por Christaller (1966) para denominar grandes centros urbanos, caracterizados pela alta concentração de atividades econômicas, oferta de serviços especializados, e poder de decisão política e empresarial. Os lugares centrais constituem centros urbanos diferenciados de seu entorno e possuem o papel de atender à demanda do mesmo.

altos custos de transporte, o diferencial de salário real entre as duas regiões será positivo se a fração de indústria for menor que $\frac{1}{2}$, e negativa se a fração da indústria for maior que $\frac{1}{2}$. Dessa forma, se uma região possui mais da metade da força de trabalho industrial, ela será menos atraente aos trabalhadores do que a outra região. Neste caso, mais trabalhadores e mais indústrias se direcionarão para a área de menor concentração industrial, levando a economia, no longo prazo, para um equilíbrio simétrico, onde o setor industrial será dividido igualmente entre as duas regiões (Fujita *et al.*, 2002).

Já no caso de baixos custos de transporte, quanto maior for a fração de indústria em uma região, maior será o diferencial de salário real desta em relação à outra região e, portanto, mais atraente esta se torna para os trabalhadores. Além disso, num mercado com maior variedade de produtos produzidos, o índice de preços é menor; ao passo que, na outra região, o índice de preço é maior, pois esta precisa importar todos os produtos industrializados e a um custo de transporte maior do que o custo de transporte no sentido inverso. Esses dois fatos são, respectivamente, exemplos de conexões para trás e conexões para frente, que levam à aglomeração da atividade econômica e a um padrão de ‘centro-periferia’, com toda indústria concentrada em apenas uma única região (Fujita *et al.*, 2002).

Por fim, no caso em que os custos de transporte são intermediários, é possível existir um equilíbrio simétrico de distribuição da indústria entre as duas regiões. Contudo, para um valor inicial suficientemente alto ou suficientemente baixo da fração da indústria em uma das duas regiões, a economia irá convergir para um padrão ‘centro-periferia’. Em outras palavras, um padrão ‘centro-periferia’ é um equilíbrio sustentável quando, sendo a indústria totalmente concentrada em uma região, a mudança de um pequeno grupo de trabalhadores desta região para a outra (para ‘periferia’) não faz com que estes trabalhadores recebam salários reais mais altos do que os trabalhadores que ficaram no ‘centro’. Caso, ao mudar para ‘periferia’, os trabalhadores recebam salários reais mais altos, o padrão ‘centro-periferia’ não é um equilíbrio estável, pois a tendência ao longo do tempo é da indústria migrar para a ‘periferia’ (Fujita *et al.*, 2002).

Uma vez existindo um desequilíbrio econômico regional, uma situação de equilíbrio não se dá automaticamente, pois as forças naturais do capitalismo tendem a reforçar a concentração da atividade econômica, através do que Myrdal (1972) denominou como processo de causação circular e acumulativa. A causação circular e acumulativa se dá da seguinte maneira: suponha, por exemplo, que, por algum motivo, em determinado local, uma fábrica, de onde grande parte da população tira seu sustento, fecha as portas. Com isso, os trabalhadores perdem os seus empregos, o que resulta numa imediata redução da renda e da demanda. A diminuição da demanda reduzirá as rendas e os empregos em todos os demais setores, desencadeando um processo circular acumulativo negativo na localidade. Na ausência de demais mudanças exógenas, a região exercerá menos atração sobre os negócios e os trabalhadores que teriam intenção de se mover para lá, o que acentua ainda mais os efeitos negativos (Myrdal, 1972).

Contudo, o processo acumulativo também funciona no caso de mudanças positivas. Por exemplo, se ao invés do fechamento, houver a instalação de uma fábrica, isso vai impulsionar o aumento de rendas e empregos, o que aumenta a demanda não só pelos produtos da fábrica instalada, mas também pelos produtos de outros negócios. Isso, por sua vez, atrai capital e mão de obra de outros locais. Os lucros se elevam e junto com eles aumentam as poupanças e, mais uma vez, a demanda e o nível de lucros. Esse processo de expansão cria economias externas que promovem sua própria continuidade (Myrdal, 1972).

A expansão em uma localidade produz “efeitos regressivos” (*back-wash effects*) em outras. Esses efeitos são provocados pela mobilidade de mão de obra, capital, bens e serviços, que tendem a buscar os melhores mercados. Dessa forma, quando as forças de mercado não são controladas por políticas intervencionistas, as atividades econômicas (e também as atividades ligadas à arte, cultura, ciência, e educação) se concentram nas localidades em expansão, onde podem obter remuneração maior que a média, e abandonem as localidades estagnadas.

Em oposição aos “efeitos regressivos” existem os “efeitos propulsores” (*spread effects*) que se propagam do centro de expansão para outras regiões. Essas regiões, que recebem os impulsos propulsores da região em expansão e logram

bons resultados, tornam-se novos centros de expansão econômica. Contudo, isso só ocorre se o movimento expansionista for bastante forte a ponto de superar os “efeitos regressivos” e, se as localidades vizinhas, ou mesmo mais distantes, da região em expansão possuírem complementaridade com esta, de modo que tenham mecanismos para absorver os spillovers espaciais de crescimento. Em países ricos, os efeitos propulsores são mais fortes, e a tendência à desigualdade locacional é menor. O contrário ocorre em países pobres; os efeitos propulsores são mais fracos e, choques exógenos positivos em determinada região tendem a ampliar a desigualdade (Myrdal, 1972).

A busca dos recursos móveis por mercados que proporcionem melhores rendimentos, somada à geração das economias externas e internas produzidas em locais em expansão, são responsáveis pelo aumento do fosso entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou seja, reforçam a desigualdade econômica locacional. Segundo Myrdal (1972),

“[...] a migração, o movimento de capital e o comércio são, antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve – para cima, nas regiões muito afortunadas, e para baixo, nas desafortunadas. Em geral, seus efeitos são positivos nas primeiras e negativos nas últimas. As localidades e regiões, onde a atividade econômica está se expandindo, atrairão imigração em massa de outras partes do país. Como a migração é sempre seletiva, [...] esse movimento por si mesmo tenderá a favorecer as comunidades de crescimento rápido e a prejudicar as outras” (Myrdal, 1972, p. 53).

Contudo, embora a migração tenha um efeito positivo sobre o desenvolvimento local, o que normalmente ocorre é que primeiro uma determinada localidade entra em processo de expansão – o que impulsiona a migração em direção a esta – e daí então a migração reforça o processo de causação circular e acumulativa provocada pela mudança exógena positiva. Dessa forma, embora exista uma relação de simultaneidade entre migração e expansão econômica – na medida em que localidades economicamente dinâmicas atraem migrantes e estes, por sua vez, impulsionam a expansão econômica, principalmente quando é positivamente selecionada – é o processo de expansão econômica que primeiro precisa ocorrer, para que então os movimentos migratórios surjam e exerçam seu papel neste mesmo processo de expansão. Caso contrário, em localidades estagnadas e sem processo de expansão econômica ocorrendo, a migração não

poderá impulsionar um processo de desenvolvimento, pois a mão de obra não será atraída para essas localidades.

De acordo com Myrdal (1972),

“Os poucos exemplos em que a oferta de mão de obra foi eficaz em levar a indústria para as regiões atrasadas [...] são, a bem dizer, exceção a uma regra geral. Há de fato forças que operam na direção oposta, entre as quais as economias externas nos centros já estabelecidos de expansão econômica. Comumente, é a mão de obra que se tem de mover para as localidades de demanda crescente e ali empreender o difícil esforço de ajustamento aos métodos e valores diferentes de uma sociedade em expansão” (Myrdal, 1972, p. 58).

Também segundo Sjaastad (1962), o impacto dos fluxos migratórios sobre a redução das desigualdades econômicas regionais parece não ter muita força. Essas desigualdades persistem mesmo após a ocorrência de fortes fluxos. O autor observa esse fenômeno nos Estados Unidos, e o mesmo pode ser observado no Brasil que, mesmo depois de intensos fluxos migratórios – como a migração rural-urbana, entre as décadas de 1950 e 1970, e das fortes trocas regionais de população, como, por exemplo, o fluxo migratório da região Nordeste para a região Sudeste – permanece com alta desigualdade econômica regional. Isso pode ser considerado um indicativo de que o desempenho econômico locacional possui mais influência sobre os fluxos migratórios que o contrário. De acordo com o autor, o efeito da migração sobre o desenvolvimento econômico de uma região está relacionado às características dos migrantes. A migração de pessoas altamente qualificadas contribui mais para elevar a renda *per capita* do que um fluxo migratório intenso, porém de pessoas menos seletivas (Sjaastad, 1962).

Hirschman (1961) reforça os argumentos de Myrdal (1972) em relação ao processo de desigualdade regional e o papel das migrações neste processo. Segundo Hirschman (1961), uma vez que o processo de desenvolvimento se firma em uma parte do território, certas forças se põem em movimento de forma a atuar sobre a parte do território que permaneceu em atraso. Algumas dessas forças serão favoráveis; as quais o autor chama de “efeitos de fluência”; e outras serão desfavoráveis; as quais o autor denomina “efeitos de polarização”.

De acordo com Hirschman (1961), dentre os “efeitos de fluência” mais importantes está a absorção de alguns desempregados da localidade em atraso²⁰, e a intensificação dos investimentos que a localidade em desenvolvimento pode fazer na que está em atraso. Contudo, esta intensificação de investimentos só é possível se as economias das duas localidades se complementarem. Já dentre os “efeitos de polarização”, tem-se a depreciação das atividades econômicas – fabris e de exportação – da localidade em atraso, em consequência da concorrência da que está em desenvolvimento. Outro sério “efeito de polarização” é a migração, pois o progresso de uma localidade pode privar as demais em atraso de sua mão de obra mais qualificada.

A localidade em expansão cria novos empregos e, por isso, precisa de pessoal principalmente em áreas especializadas; enquanto que na área estagnada a mão de obra é mal remunerada e poucas são as oportunidades criadas no mercado de trabalho. Assim, não só a mão de obra sem qualificação, mas principalmente aquela que é especializada, tende a deixar a área em atraso em direção à área em desenvolvimento em busca de melhores posições sócio-ocupacionais. Para Hirschman (1961) os “efeitos de fluência” venceriam os “efeitos de polarização” se o local em desenvolvimento dependesse, em grande escala, dos produtos produzidos no local em atraso para sua expansão. Contudo, o mais provável é que a elasticidade da oferta em curto prazo seja baixa nas regiões em atraso, o que induz todas as atividades econômicas a se voltarem para a região em expansão, estabelecendo um quadro de desigualdade regional (Hirschman, 1961).

Segundo Hirschman (1961), uma maneira de equilibrar os “efeitos de fluência” e os “efeitos de polarização” é através de políticas econômicas de desenvolvimento. Segundo o autor, embora a distribuição regional dos recursos de investimento público possa acentuar o fosso entre região em expansão e região estagnada – pois a princípio a região em expansão pode atrair mais investimentos –, é a política de investimentos públicos que pode contrabalançar os dois efeitos gerados pela desigualdade regional.

²⁰ O que pode elevar a produtividade marginal do trabalho e o nível de consumo nesta região.

“De fato, o governo deseja dedicar o máximo de sua capacidade à tentativa de impedir, em partes, os efeitos de polarização resultantes da ação das forças do mercado. Para contrabalançar a evasão para o Norte [região em expansão] do capital e dos valores intelectuais, influxo, maior até, será criado na direção oposta; para compensar as vantagens locais do Norte, o governo pode conceder vantagens especiais de tributação, ou criar economias exteriores similares no Sul [região estagnada], através dos investimentos públicos” (Hirschman, 1961, p. 291).

Myrdal (1961) também defende que uma maneira de evitar que o processo de causação circular e acumulativa acentue a desigualdade regional é através da implementação de políticas estatais que visem à integração nacional e a redução da desigualdade regional. Através de investimentos públicos nas áreas atrasadas, as forças de mercado que reforçam os efeitos regressivos serão amenizadas e os efeitos propulsores serão reforçados.

Embora as teorias apresentadas aqui tratem separadamente dos determinantes e demais questões relacionadas à mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais, percebe-se que estas três dimensões possuem pontos em comum. A teoria da migração afirma que indivíduos migram em busca de melhores condições de vida, o que pode ser entendido com uma busca por mobilidade sócio-ocupacional. Enquanto que a teoria regional afirma que a desigualdade locacional estimula a migração, na medida em que indivíduos tendem a sair de locais estagnados em direção a locais em expansão. Sendo assim, a próxima seção busca estabelecer as interrelações existentes entre estas três dimensões.

2.5 Mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais: a inter-relação entre as três dimensões

As seções anteriores apresentaram revisão da literatura com o intuito de discutir o significado de mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais no contexto desta tese. Contudo, embora cada uma dessas dimensões seja definida separadamente, e com base em teorias diferentes, percebe-se que em cada teoria, relacionada a cada dimensão específica, há referência às outras dimensões, o que leva à hipótese de que existe uma interrelação entre estas. A identificação desta relação, bem como a

busca por evidências empíricas que mostrem a mesma consiste no foco de estudo e na principal contribuição deste trabalho.

Primeiramente, há uma relação entre mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial na medida em que ambas possuem um mesmo fator determinante, a saber, o fator econômico. Como colocado na seção 1.2, de acordo com Weber (1958), os indivíduos são diferenciados de acordo com suas condições econômicas (representadas por oportunidades de renda e inserção no mercado de trabalho). Ao mesmo tempo, segundo teorias da migração (Ravenstein, 1885; Borjas, 2000; Harris e Todaro, 1970), os indivíduos migram em busca de melhores condições econômicas. Assim, a mobilidade espacial estaria associada à mobilidade sócio-ocupacional uma vez que, ao migrar, o indivíduo está em busca de melhores condições econômicas o que, por sua vez, faz com que este possa se diferenciar dentro de um esquema de estratificação sócio-ocupacional.

O fator de ordem econômica é também o que relaciona a mobilidade sócio-ocupacional e a mobilidade espacial às diferenças locais. De acordo com os modelos e teorias regionais abordados na seção anterior, pode-se considerar que as desigualdades econômicas locais funcionam como um motor da mobilidade espacial (Singer, 1976); que, por sua vez, representa uma busca pela mobilidade sócio-ocupacional. O modelo 'centro-periferia' aponta a conexão existente entre mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e desigualdade na distribuição espacial da atividade econômica.

De acordo com esse modelo, o que determina o movimento dos trabalhadores entre as regiões são as diferenças regionais de salário real: trabalhadores se movem para regiões que oferecem salários reais altos, e se afastam de regiões que oferecem salários reais abaixo da média. Os salários regionais, por sua vez, serão determinados pela distribuição da indústria. Assim, trabalhadores tendem a se mover para regiões onde a indústria se concentra e onde os salários são mais altos. Além disso, a maior facilidade que as indústrias têm em contratar trabalhadores ao se localizarem de forma concentrada (Marshall, 1946), também representa uma vantagem para os trabalhadores, pois estes terão maiores chances de serem empregados se estiverem em uma localidade concentradora de atividade econômica. Ou seja, a desigualdade na distribuição espacial da

atividade econômica influencia não só a direção dos fluxos migratórios, como também as chances de ocupação dos trabalhadores.

Outra relação se dá entre os fatores de ‘repulsão’ e ‘atração’ e as forças centrípetas e centrífugas de aglomeração e dispersão da atividade econômica no espaço. Segundo o modelo ‘*Pull-Push*’ da teoria da migração (Raventein (1985); Lee (1966)), os fluxos migratórios são determinados por dois conjuntos de fatores regionais: os fatores ‘*push*’ (fatores de repulsão), que estão relacionados à baixa qualidade de vida nas regiões de origem e funcionam como fatores de expulsão dos indivíduos destas regiões; e os fatores ‘*pull*’ (fatores de atração), que estão associados aos fatores positivos das regiões de destino, e funcionam como fatores de atração dos indivíduos para estas regiões. Já de acordo com a teoria regional (Fujita *et al.*, 2002; Myrdal, 1972; Hirschman, 1961), o processo de expansão em uma determinada região gera forças centrípetas de aglomeração da atividade econômica para esta região, enquanto por outro lado forças centrífugas atuam de forma a dispersar a atividade econômica no espaço.

A relação entre os fatores de ‘atração’ e ‘repulsão’, que determinam a migração, e as forças centrífugas e centrípetas de aglomeração, que determinam a dinâmica de distribuição espacial da atividade econômica, está no fato de que ambos surgem de forma paralela. Na medida em que as forças de aglomeração atuam de forma a reforçar o processo de expansão econômica de uma região, paralelamente surgem os fatores de ‘atração’, que irão atrair para a região em expansão os indivíduos com origem em regiões estagnadas; e os fatores de ‘repulsão’, uma vez que tornará a região em expansão relativamente mais atraente que a região estagnada de origem. Por sua vez, na medida em que forças centrífugas agem de forma a dispersar as atividades econômicas, as regiões que absorvem os efeitos da dispersão passam a apresentar fatores de atração, ao mesmo tempo em que outras regiões irão expulsar indivíduos, uma vez que ficarão relativamente menos atraentes que as regiões sob efeito das forças centrípetas.

Os fatores de ‘repulsão’ e ‘atração’ também podem ser relacionados aos “efeitos regressivos” de Myrdal (1972) e os “efeitos de polarização” de Hirschman (1961). Na medida em que os “efeitos regressivos” (ou “efeitos de polarização”)

contribuem para concentrar as atividades econômicas na região em expansão, esta região passa apresentar fatores de atração para indivíduos em regiões estagnadas. Por outro lado, paralelamente à concentração da atividade econômica em uma região, aumenta a estagnação em outras regiões que, por sua vez, reforçam seus efeitos *'push'*.

O lado inverso dos “efeitos regressivos” e de “polarização”, ou seja, os “efeitos propulsores” ou “efeitos de fluência” também se relacionam aos efeitos de ‘atração’ e ‘repulsão’. Isto pois, na medida em que estes efeitos contribuem para propagar o crescimento da região em expansão para outras regiões, as regiões que absorvem os efeitos propulsores se tornam atraentes para alguns indivíduos, o que, paralelamente irá gerar uma expulsão de indivíduos em outras regiões. Em outras palavras, na medida em que as forças de aglomeração e dispersão da atividade econômica moldam a distribuição econômica locacional, alguns locais vão se tornando mais atraentes, caso aglomerem atividade econômica ou absorvam efeitos de locais em expansão; enquanto outros locais se tornam estagnados e expulsam os trabalhadores.

Assim, partindo de uma situação onde existem diferenças econômicas locacionais, ou seja, existem localidades em processo de expansão e localidades estagnadas, esta desigualdade impulsionará um movimento migratório de trabalhadores dos locais estagnados em direção aos que estão em processo de expansão econômica. Isto ocorre porque o principal motivo para a migração está relacionado à questão econômica, ou seja, está relacionado às maiores chances de melhores salários e oportunidades de inserção ocupacional que os trabalhadores podem adquirir ao migra.

Portanto, um processo de expansão econômica em determinada localidade consiste não só na mudança de técnicas de produção e numa maior diversificação de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Inúmeras atividades deixam de existir, enquanto outras surgem, de forma mais especializada²¹. O surgimento de outras ocupações possui

²¹ Embora Treiman (1976) destaque que os mesmos tipos de ocupação são invariantes no tempo e, portanto as classificações de prestígio também, as formas de ocupação mudam com a evolução

implicações não só sobre o dinamismo econômico local, mas também sobre a estrutura social. Na medida em que novas ocupações passam a existir enquanto outras se extinguem, a estratificação sócio-ocupacional se transforma. Com isso aumenta-se a diferenciação ocupacional, o que leva ao aumento de oportunidades para os indivíduos mudarem sua posição de ocupação, ou seja, seu papel e posição na sociedade.

Contudo, estimular um processo de mobilidade sócio-ocupacional depende não só de mudanças estruturais, mas também de mudanças individuais. Se pelo lado das mudanças estruturais é necessário o aumento do dinamismo econômico, pelo lado individual, destacam-se os avanços nos níveis de escolaridade, experiência e habilidades individuais. O peso de cada um deles na determinação desse fenômeno irá variar de acordo com o estágio e o ritmo de desenvolvimento econômico da cada localidade.

Assim, tem-se a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais: uma vez que exista diferenças locais, de modo que se estabeleça uma escala de hierarquia, isto implica a existência de territórios que oferecem condições diferenciadas de mercado aos indivíduos. Como, o principal motivo para a mobilidade espacial é o motivo econômico, ou seja, os trabalhadores migram em busca de locais que ofereçam melhores condições sócio-ocupacionais, tais diferenças econômicas locais impulsionam a mobilidade espacial dos trabalhadores. Uma vez que, em geral, os indivíduos se movem das áreas mais estagnadas para as áreas em expansão, isto, por sua vez, afetará suas chances de mobilidade sócio-ocupacional.

Em outras palavras, a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais se dá na medida em que: a existência de localidades em expansão e localidades estagnadas (ou a existência de uma escala de hierarquia entre localidades) induz a mobilidade espacial – pois existindo localidades estagnadas e em expansão, os trabalhadores se sentirão

do sistema econômico. O que pode ocorrer é que, na medida em que as ocupações vão se transformando, a classificação de prestígio das mesmas acompanha essa transformação. Com isso, a classificação seria invariante, mesmo havendo transformações nas ocupações.

estimulados a se moverem para estas últimas. Uma vez migrando de locais estagnados para outros em expansão, os indivíduos aumentam suas chances de mobilidade sócio-ocupacional.

Desta forma, diante da existência de uma escala de hierarquia da rede urbana no Brasil, considera-se, por hipótese, que esta hierarquia por ser formada por localidades (municípios e Áreas de Concentração da População – ACP) que se diferenciam no que diz respeito aos fatores de atração (fundamentalmente pela qualidade e diversificação dos serviços ofertados e das oportunidades mediante a demanda por trabalho), tem influência sobre a mobilidade espacial. Por sua vez, tanto as diferenças entre as localidades que compõem as hierarquias urbanas (posição na hierarquia), quanto à mobilidade espacial entre estas hierarquias, podem diferenciar as chances de mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos. Sendo assim, esta tese investiga, dentro desse contexto de diferenças econômicas locais no Brasil, a relação entre mobilidade espacial e as chances de mobilidade sócio-ocupacional. Além disso, analisa também se há diferenças nos padrões de mobilidade, dadas as diferentes posições das localidades na escala de hierarquia urbana e das características pessoais.

O próximo capítulo traz uma discussão sobre as desigualdades locais no Brasil, seus reflexos sobre os padrões migratórios nas últimas décadas, e a relação entre esta desigualdade, a mobilidade espacial e a mobilidade sócio-ocupacional. Além disso, traz também evidências internacionais desta relação.

3 MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E DIFERENÇAS ECONÔMICAS LOCACIONAIS: UM BREVE HISTÓRICO PARA O BRASIL E ALGUMAS EVIDÊNCIAS INTERNACIONAIS

3.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo traçar um breve histórico das interações entre desigualdades econômicas locais, mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional no Brasil. Certamente que um profundo entendimento do processo de desenvolvimento dessas três dimensões, bem como de suas interações, envolve uma infinidade de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que remete desde as origens da sociedade brasileira até os tempos atuais. Contudo, sem negar a existência de todos esses aspectos que permeiam toda história do desenvolvimento socioeconômico do país, propõe-se uma simplificação ao iniciar a análise a partir da segunda metade do século XX, enfatizando as transformações estruturais na distribuição da população, nas atividades econômicas e na divisão do trabalho ocorridas desde então. Além das evidências para o Brasil, este capítulo traz também uma breve revisão da literatura internacional, buscando mostrar evidências das inter-relações entre desigualdades locais, mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional também em outros países.

Com isto, busca-se situar o problema analisado nesta tese dentro do contexto social, econômico e histórico das últimas décadas no Brasil; evidenciando os padrões e processos através dos quais as migrações internas, a mobilidade social e a dinâmica da distribuição das atividades econômicas se desenvolveram. Esta discussão é feita com o intuito de fornecer mais elementos que contribuam para o entendimento contemporâneo da dinâmica de interação dessas dimensões. Ou seja, pretende-se fornecer elementos que contribuam para fundamentação das hipóteses e para interpretação dos resultados a serem apresentados nos próximos capítulos.

3.2 Mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais no Brasil

Esta seção tem por objetivo trazer um panorama sobre os processos migratórios e de mobilidade sócio-ocupacional no Brasil, bem como sua relação com a dinâmica da distribuição econômica locacional. Os fluxos migratórios só se tornaram um fenômeno de caráter fundamentalmente estrutural no Brasil a partir de meados do século XX, com destaque para o período de 1950-1970. Tais fluxos não consistiram um fenômeno aleatório, de modo que possuíam certa regularidade tanto em sua dimensão quanto em sua direção. A dimensão e a direção destes fluxos migratórios estão estruturalmente ligadas à dinâmica da distribuição espacial das atividades econômicas no período. Foram as necessidades da economia, e também da própria sociedade, que desenharam as trajetórias migratórias predominantes no Brasil a partir da segunda metade do século passado.

Em outras palavras, as trajetórias migratórias no Brasil foram alimentadas pelos desequilíbrios regionais, que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo e o processo de industrialização no país. E, assim como descrito no capítulo anterior, serviram como um mecanismo de transferência do excedente de trabalhadores das regiões estagnadas para regiões em expansão econômica, que ofereciam mais e melhores oportunidades de emprego e renda. Desta forma, é praticamente impossível descrever os processos e padrões das trajetórias migratórias internas no Brasil de forma dissociada da evolução na distribuição das atividades econômicas no espaço.

O processo migratório ocorrido no Brasil a partir da segunda metade do século passado teve duas principais características: a intensidade e velocidade com que ocorreu, e a concentração tanto em relação à origem quanto ao destino. Até o início da segunda metade do século passado, o Brasil era um país predominantemente agrícola. De acordo com Brito (2006), em 1920 havia apenas 74 cidades com mais de 20 mil habitantes, nas quais viviam 17% do total da população, de modo que tanto as atividades econômicas, quanto a população, estavam concentradas em áreas rurais. Contudo, na década de 1960 a população urbana já superava a população rural. Esse rápido crescimento foi bastante

influenciado pelas altas taxas de fecundidade da época, mas o principal fator determinante foi o intenso fluxo migratório rural-urbano.

Entre as décadas de 1950 e 1970, as mudanças econômicas estruturais ocorridas no Brasil geraram uma nova configuração econômica regional, que impulsionou o movimento da população residente na área rural em direção à área urbana. De acordo com Carvalho e Fernandes (1994), entre as décadas de 1960 e 1980, a migração rural-urbano foi responsável por 53% do crescimento da população urbana. Contabilizado o efeito indireto desse padrão migratório – ou seja, os filhos tidos pelos imigrantes rurais nas áreas urbanas – esse percentual cresce para 65%. Segundo Brito *et al.* (2002), a taxa de urbanização evoluiu de cerca de 31% no período 1930/40 para cerca 55% na década de 1960 e, atualmente mais de 80% da população vive em áreas urbanas.

No que diz respeito à concentração, observa-se um padrão tanto em relação às origens, quanto aos destinos. Na década de 1960, 71% da variação total da imigração teve como destino os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e a região de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste. Isso fez com que a expansão da urbanização se desse de maneira concentrada, de forma que, em 1970, cerca de 50% da população urbana vivia nas grandes aglomerações de São Paulo e Rio de Janeiro (Brito, 2007). Já em relação à variação total da emigração, no mesmo período, 70% tinham origem na região Nordeste e no Estado de Minas Gerais. Essa concentração aumenta se for observado apenas o Estado de São Paulo. Entre as décadas de 1940 e 1960, dentre os imigrantes deste Estado, 90% tinham origem na região Nordeste ou no Estado de Minas Gerais. Embora neste período pudessem ser verificadas outras trajetórias migratórias importantes – como do extremo sul e do Estado de São Paulo para o Paraná, e de nordestinos para região Norte – as trajetórias dominantes foram as de origem no Nordeste e em Minas Gerais em direção a São Paulo e Rio de Janeiro (Brito, 2007).

Esse acelerado e concentrado processo de migração e urbanização ocorreu paralelamente, e como um reflexo, do momento de profundas transformações estruturais pela qual passava a economia e a sociedade. A partir da década de 1930, houve um forte avanço do processo de industrialização no país, sendo o

período de maior destaque entre os anos de 1967 e 1973, período conhecido como 'Milagre Econômico'. Tal desenvolvimento da economia brasileira, especialmente do setor industrial, foi espacialmente bastante concentrado. Segundo Cano (1998), entre 1960 e 1970, apenas São Paulo e Rio de Janeiro eram responsáveis por 72% da produção industrial do país. Esse nível de aglomeração da atividade econômica industrial sugere que o processo de desenvolvimento e industrialização no Brasil foi bastante afetado pelos fatores condicionantes da localização e concentração das atividades econômicas no espaço: custos de transporte de bens e serviços e economias externas, geradas pela proximidade de trabalhadores e firmas.

Com a atividade econômica aglomerada em determinado espaço, o fator de produção trabalho também tende a se aglomerar, de modo que este foi considerado um dos principais determinantes da concentração dos fluxos migratórios em direção às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a atração dos trabalhadores rurais pelas 'luzes da cidade' não se deve apenas aos fatores atrativos da área urbana, mas também aos fatores de expulsão existentes nas áreas rurais. A política de modernização agrícola, vigente naquele período, aumentou a mecanização e a produtividade do setor nas regiões mais beneficiadas, a saber, as regiões de expansão da fronteira agrícola no Paraná e no Centro-Oeste e, conseqüentemente, reduziu a demanda por mão de obra. Ao mesmo tempo, o setor agrícola na região Nordeste e em Minas Gerais passava por um processo de estagnação. A modernização agrícola e a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, juntamente com o avanço do processo de industrialização e das demais atividades urbanas, foram decisivas para impulsionar a migração rural-urbana.

Assim, as atividades urbanas tornaram a vida nas cidades mais atraentes que a vida no campo, e a migração da área rural para a área urbana passou a representar um caminho para a sobrevivência e uma busca por melhores condições de vida. Migrar para área urbana representava maiores chances de acesso à educação, saúde, qualificação e oportunidades de trabalho em setores de maior prestígio social. Ou seja, além de uma necessidade advinda das

transformações econômicas, a migração do rural para o urbano era também considerada uma forma de realizar mobilidade social. Segundo Brito (2007):

“[...] o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade, estimulada pela cultura e com a possibilidade de se obter algum êxito na melhoria de vida” (Brito, 2007, p. 3).

É o que também destaca Durham (1984) ao analisar o fenômeno da migração dos trabalhadores rurais para a área urbana, especificamente para São Paulo. Segundo a autora, as tensões criadas pelas transformações econômicas e sociais tornaram a vida no campo inviável, do ponto de vista do trabalhador rural, que passou a ver a emigração como uma das poucas soluções na tentativa de melhoria da sua condição de vida. De acordo com Durham (1984), a motivação para emigração rural decorria fundamentalmente da percepção de uma condição de vida permanentemente desfavorável – basicamente traduzidas pela incerteza da produção, trabalho árduo, falta de conforto, e insuficiência ou até mesmo ausência de rendimentos. Ao passo que a quebra do isolamento rural proporcionou também a percepção de que a vida urbana oferecia expectativas de melhores condições de trabalho e remuneração.

De fato, toda a tradição da migração no Brasil, principalmente no período de 1950 a 1980, esteve associada à possibilidade de mobilidade social. Ainda de acordo com Durham (1984), a migração era uma tradição na sociedade brasileira naquela época, e decorria da rigidez da estratificação social. Segundo a autora, a estratificação social no Brasil apresentava tamanha rigidez que, para boa parte da população, se mover entre os estratos sociais estaria associado à mobilidade espacial. Assim, apesar de todas as incertezas e riscos relacionados à migração, a tradição e a cultura migratória se sustentou durante todas aquelas décadas, apoiadas na expectativa de que, juntamente com a mudança de local de residência, viessem as mudanças na condição socioeconômica. Ou seja, a cultura migratória trazia consigo uma idéia de que a mobilidade social viria junto com a mobilidade espacial (Durham, 1984).

Com efeito, os movimentos migratórios não só foram fundamentais para construir um país predominantemente urbano, como também representaram uma modificação na estrutura social. Muitos migrantes conseguiram ascender socialmente, principalmente entre aqueles que saíram de regiões estagnadas em direção às regiões em expansão, entre as décadas de 1950 a 1970. Trabalhos clássicos sobre mobilidade social no Brasil, como Pastore (1979), Hasenbalg e Valle Silva (1988), Scalón (1999), Jannuzzi (2000) e Ribeiro (2007b), apresentam e analisam evidências da forte mobilidade sócio-ocupacional, intra e intergeracional, ocorrida durante o período de intensa migração e urbanização.

Por exemplo, Pastore (1979), utilizando dados sobre mobilidade social da PNAD 1973, e Jannuzzi (2000) mostraram que o desenvolvimento e a consolidação da urbanização e industrialização no Brasil foram acompanhados de intenso processo de mobilidade social ascendente, tanto intergeracional como intrageracional. Isso se refletiu na modificação da base da pirâmide social, com a diminuição da parcela de chefes de família inseridos em ocupações rurais e manuais e o aumento da parcela de chefes inseridos em ocupações dos setores de comércio, serviços não manuais e técnicos. Grande parte dessa mobilidade ascendente – especialmente dentre aqueles que realizaram migração rural-urbana – se deve às mudanças na oferta ocupacional, decorrentes das modificações do setor produtivo, da divisão do trabalho, e do aumento da oferta educacional no período.

Segundo Jannuzzi (2000), a mobilidade ascendente foi forte entre as décadas de 1950 e 1970, especialmente em São Paulo, foco principal das migrações e do processo de industrialização e urbanização. As ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo século XX. Tais ocupações simplesmente inexistiam no início do século, de modo que a mobilidade social se devia a transição da estrutura ocupacional de base agrícola para um perfil setorial mais diversificado e urbano (Jannuzzi, 2000). Assim, migrar representava um veículo de mobilidade sócio-ocupacional. Ainda segundo Jannuzzi (2000), cerca de 80% dos migrantes nordestinos subiram na escala sócio-ocupacional em relação a seus pais, e entre os não-migrantes apenas 32% apresentaram mobilidade ascendente.

No entanto, a partir de 1970, o Rio de Janeiro passou a apresentar um decréscimo no número de imigrantes, enquanto que São Paulo apresentava um aumento expressivo. A redução da imigração para o Rio de Janeiro é considerada um reflexo da transferência da capital nacional para Brasília e do maior crescimento industrial em São Paulo. Já as regiões Centro-Oeste e Norte aumentaram o número de imigrantes, como um reflexo das políticas de ocupação do Governo Federal e do desempenho das áreas de expansão da fronteira agrícola. Em relação à emigração, a principal região continuou sendo a Nordeste, enquanto que Minas Gerais diminuiu consideravelmente o seu número de emigrantes, sendo isto um possível reflexo das políticas de industrialização no Estado. Ainda assim, nordestinos e mineiros, juntos, representavam 60% dos imigrantes em São Paulo naquela década (Brito *et al.*, 2002).

No Rio de Janeiro, embora o contingente de imigrantes tenha diminuído, sua maioria ainda continuava sendo também de nordestinos e mineiros. Outros fluxos migratórios também tiveram destaque na década 1970, como o fluxo do Paraná para São Paulo – em sua maioria migrantes de retorno, que foram ao Paraná atraídos pela expansão da fronteira agrícola e retornavam devido à expansão econômica em São Paulo e ao esgotamento do setor agrícola – e do Nordeste, do Paraná e do Centro-Oeste para o Norte. Contudo, era evidente que as migrações possuíam um caráter estrutural, sendo sua predominância da área rural para urbana, e do Nordeste para o Sudeste (Brito *et al.*, 2002).

O ponto de inflexão do ciclo de expansão da urbanização e do padrão de migração, predominantes até então, se dá a partir da década de 1980. Paralelamente, os fundamentos estruturais que determinaram as migrações internas também estavam se modificando. E, assim como as mudanças estruturais ocorridas na dinâmica de distribuição econômica regional entre as décadas de 1950 e 1970 foram fundamentais para moldar as trajetórias migratórias internas ocorridas neste período, novamente são as transformações estruturais na dinâmica econômica regional, ocorridas a partir da década de 1980, que influenciam as trajetórias migratórias daí em diante, mudando os padrões predominantes até então.

No que diz respeito às mudanças econômicas estruturais, durante a década de 1980 o país – que nas últimas décadas apresentava altas taxas de expansão do emprego e da indústria e altos níveis de investimento público – entra numa recessão que se estende até meados da década subsequente. Os efeitos dos principais planos econômicos implementados no país; como o Plano de Metas (1956-1961), o Milagre Econômico (1967-1973), e o II PND (1975-1979); já haviam se esgotado. Já no início da década, entre 1980 e 1983, o país passa por uma forte recessão, com uma leve recuperação entre os anos de 1984 e 1986, para logo em seguida entrar em um novo período de recessão que se estendeu até a primeira metade da década de 1990.

A redução da produção econômica teve forte repercussão no mercado de trabalho. A capacidade de geração de emprego formal se reduziu consideravelmente, enquanto o volume de emprego informal aumentou. Segundo Oliveira e Guimarães Neto (1997), durante toda a década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, o emprego na indústria e na agricultura cresceu apenas 1,4% e 0,8%, respectivamente. Por outro lado, no setor de serviços, setor com maior nível de informalidade, o emprego cresceu 4,8%. Tal crise pela qual o país, e principalmente o setor industrial, passou nesse período foi considerada uma crise decorrente do momento de transição da estrutura econômica. Nesse período o Brasil iniciou uma etapa de maior inserção na economia internacional, o que trouxe a necessidade de realizar diversas transformações no sentido de se adequar às exigências dos padrões internacionais (Oliveira e Guimarães Neto, 1997).

O setor produtivo passou por processo de reestruturação, tanto tecnologicamente, quanto no que diz respeito à estrutura empresarial e à flexibilização do trabalho. O novo padrão da economia brasileira passou a se caracterizar por intensa informatização e robotização da produção e menor capacidade de geração de emprego. Além dessas transformações estruturais da economia, tem-se o fato de que, ao contrário das décadas anteriores – nas quais o governo teve capacidade para fazer grandes investimentos e participar ativamente da expansão econômica –, durante a década de 1980 o governo entra numa profunda crise fiscal,

reduzindo os investimentos nas obras públicas e no setor produtivo estatal, contribuindo assim para aprofundar a crise econômica do período.

Como já colocado, os movimentos migratórios ocorridos no Brasil entre as décadas de 1950-1970 foram impulsionados pelas fortes desigualdades regionais, e funcionaram como um mecanismo de transferência espacial do “excedente de trabalhadores”, de uma região incapaz de absorvê-los, para outra região, onde a atividade econômica se desenvolvia. Contudo, tal processo migratório não só foi resultante do desequilíbrio econômico regional, como também contribuiu para reprodução desses desequilíbrios, pois outra característica importante da estrutura econômica, na década de 1980, foi o alto nível de concentração. Confirmando os argumentos teóricos do capítulo anterior, a concentração das atividades econômicas no Brasil foi estimulada pelas economias de escala que as mesmas geravam; como mostram os resultados encontrados por Silveira Neto (2005) para as décadas de 1950 a 2000. Na década de 1980, a concentração econômica atingiu seu nível mais elevado, onde apenas São Paulo concentrava 54,4% de toda produção industrial do país (CNI, 2008).

A alta concentração acentuou a desigualdade regional e gerou uma tendência ao esgotamento da capacidade de absorção de trabalhadores por parte dos grandes centros. Com isso, mais uma vez, surgia um padrão migratório estimulado pelas diferenças regionais. Contudo, desta vez, a migração não surge como uma forma de expulsar excedente de trabalhadores de uma região estagnada para uma região em expansão; e sim como uma alternativa para a população e o capital, congestionados nos grandes centros, buscarem novos espaços para se expandirem. Assim, a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de desconcentração espacial da produção econômica e da população nos grandes aglomerados, em especial em São Paulo, de modo que, no final da década de 1990, São Paulo já tinha reduzido sua participação relativa no produto industrial do país para 49,1% (CNI, 2008).

Diniz (1993) analisa o processo de reversão da polarização industrial na Área Metropolitana de São Paulo. Para o autor, os custos associados a esta área, o desenvolvimento de infra-estrutura e economias de aglomeração em outras regiões, os efeitos da fronteira agrícola e os incentivos fiscais concedidos pelas

regiões Norte e Nordeste foram fundamentais para propiciar condições locais que impulsionaram a desconcentração da indústria. Contudo, o autor mostra que o processo de desconcentração industrial foi contido dentro da região Centro-Sul, num grande polígono que compreende desde a região central de Minas Gerais até o nordeste do Rio Grande do Sul – fenômeno denominado desenvolvimento poligonal. Este fenômeno expande-se também para cidades de porte médio do interior do próprio Estado de São Paulo, sendo esta desconcentração relativamente concentrada em torno de São Paulo um reflexo da sua capacidade de aglomeração. Assim, Diniz (1993) destaca que este processo tenderia a reforçar a concentração industrial na rede de cidades médias desta área poligonal, que possuem a vantagem da proximidade dos grandes centros e de melhor infra-estrutura, sem os custos decorrentes da concentração urbana.

Em outro estudo sobre a distribuição regional das aglomerações industriais, Diniz e Crocco (1996) analisam a evolução das Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs)²² ao longo dos anos 1970, 1980 e 1991. Para esta análise as AIRs foram classificadas em quatro grupos, a saber: estagnadas, lento crescimento, rápido crescimento e crescimento acelerado. A análise confirma a tendência de desconcentração a partir da Área Metropolitana de São Paulo. Contudo, os autores chamam atenção para o fato de que grande parte das AIRs de crescimento rápido e acelerado encontra-se na região Centro-Sul, inclusive na área poligonal identificada por Diniz (1993), o que reforça as evidências dos limites do processo de desconcentração da atividade industrial.

Mais recentemente, Silva e Silveira Neto (2009) caracterizaram os níveis e o padrão espacial da concentração industrial nas microrregiões brasileiras, nos anos de 1994 e 2004, e identificaram as áreas de maior dinamismo industrial. Os autores também confirmam que, embora tenha havido alta desconcentração industrial entre os dois anos estudados, o nível de concentração industrial ainda é mais alto nas regiões Sul e Sudeste, com São Paulo respondendo por 36% do emprego formal no setor. Contudo, a desconcentração está se dando em direção a áreas fora do eixo concentrador, e varia de acordo com o setor. O setor capital

²² Para mais detalhes sobre a definição das AIRs veja Diniz e Crocco (1996).

intensivo é o mais concentrado e onde a desconcentração é mais fraca, enquanto que o setor recursos naturais intensivos é o menos concentrado e a desconcentração é mais forte.

Porém, ainda segundo Silva e Silveira Neto (2005), no setor capital intensivo e, principalmente, no trabalho intensivo, o maior deslocamento da indústria tem se dado em direção aos espaços fora do eixo concentrador, especialmente em direção às regiões Nordeste e Centro-Oeste. Os resultados também mostram que as áreas de maior dinamismo, no que diz respeito ao crescimento da participação no emprego, estão nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e no estado de Minas Gerais, caracterizando estas áreas como pólos dinâmicos de crescimento. Isto evidencia uma nova configuração espacial da indústria no Brasil, e aponta para uma nova dinâmica econômica regional (Silva e Silveira Neto, 2009).

Paralelamente à desconcentração da produção econômica observa-se também a desconcentração da população. Ferreira e Matos (2008) mostram como esse processo de reestruturação espacial da dinâmica produtiva – caracterizada por rearranjos espaciais e deslocamento do emprego industrial, com destaque para áreas como a região Sul, a região Nordeste (impulsionada pelos programas de distribuição de renda e investimentos em infra-estrutura), e a região Centro-Oeste (região de intensa produção agroindustrial) – contribuiu para o surgimento de uma nova dinâmica de distribuição da população. Além desses fatores, a partir da década de 1980, também houve declínio dos níveis de fecundidade e redução do contingente de população nas áreas rurais, o que contribuiu para reduzir o nível de migração rural-urbano observado nas décadas anteriores. Segundo Brito (2000),

“No Brasil recente, [...] encontra-se uma predominância da migração urbano-urbano, até porque não há mais estoque de população rural para repetir o volume de migrantes do período 1960/80” (Brito, 2000, p. 4).

Rigoti (2006) também destaca que, atualmente, a predominância de fluxos migratórios é no sentido urbano-urbano. Este autor coloca que a principal evidência disto é o crescimento dos municípios periféricos em relação às capitais, e os saldos migratórios negativos das grandes áreas metropolitanas, inclusive

São Paulo, indicando uma inversão nos movimentos e na distribuição espacial da população.

Stamm *et al.* (2010) destacam que o atual processo de desconcentração industrial e de descentralização das atividades produtivas ocorrem também devido ao avanço nos setores de telecomunicação e transportes e à involução metropolitana. Além disso, externalidades negativas; como aumento da violência, aumento da competitividade no mercado de trabalho e custo de vida; têm estimulado a população a buscar melhor qualidade de vida em centros menores. Com isso as cidades médias passam a apresentar uma tendência de crescimento proporcionalmente maior que as metrópoles. Uma indicação disto é o aumento na participação relativa das cidades com população entre 100 a 500 mil habitantes. As cidades médias²³ se destacam nesse novo ordenamento espacial das atividades econômicas e da expansão urbana pela sua crescente oferta de oportunidades de trabalho e por sua capacidade de receber e fixar os migrantes (Stamm *et al.*, 2010). Assim, as cidades médias se apresentam como alternativas aos migrantes e ao setor produtivo, reduzindo o movimento migratório em direção aos já saturados aglomerados metropolitanos.

Usando dados do Censo de 1991, Matos e Braga (2001) analisam a expansão da rede urbana do Brasil, e apontam tendência de redistribuição da população. Segundo os autores, todas as grandes regiões brasileiras aumentaram sua parcela de população urbana entre 1980 e 1991, e entre 1991 e 2000, em especial as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentaram taxas de crescimento da população urbana acima da média nacional. Os autores chamam atenção para importância dos movimentos migratórios para esta expansão, com destaque para os movimentos do tipo urbano-urbano, realizados por 70% dos migrantes no período analisado. Por outro lado, também ganha destaque o declínio dos movimentos rural-urbano, indicando um esgotamento deste padrão migratório e o predomínio do padrão intra-urbano – embora movimentos no sentido rural-urbano ainda sejam registrados em todo território, em especial na

²³ Segundo Stamm *et al.* (2010), não existe um consenso quanto ao conceito de cidades média, contudo o autor considerou neste texto as cidades médias como sendo aquelas cuja população residente compreende de 100 mil a 500 mil habitantes.

região Norte, sua participação relativa foi muito inferior a dos movimentos urbano-urbano (Matos e Braga, 2001).

É o que também mostra a análise da evolução da população urbana em diferentes tamanhos de cidades, feita por Brito *et al.* (2002). Segundo os autores, a partir de 1940 houve um declínio continuado nas cidades com população menor que 20 mil habitantes. Em 1940, 47% da população urbana viva nessas cidades e, em 1980 as mesmas estabilizaram sua participação relativa da população em torno de 19%. As cidades com população entre 20 e 50 mil habitantes e as com população entre 50 a 100 mil, tiveram pequeno acréscimo na participação relativa entre 1940 e 2000, e também estabilizaram suas participações relativas a partir de 1980. Por outro lado, as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes, e as cidades com mais de 500 mil, aumentam expressivamente sua participação relativa a partir da década de 1940. As cidades acima de 500 mil habitantes aumentaram continuamente sua participação até 1970, mantendo-se essa participação estável até 2000, concentrando um terço da população urbana do país (Brito *et al.*, 2002). De acordo com os autores,

“[...] o ciclo de expansão da população urbana, até 1980, caminhava na direção de uma grande concentração da população nas grandes cidades, principalmente naquelas com mais de 500 mil habitantes. Nesta época, 57,0% da população urbana já residia em cidades maiores do que 100 mil habitantes e 35,0% em cidades maiores do que 500 mil. Após 1980, o ciclo de expansão começa a assumir um novo padrão, apresentando uma desaceleração mais acentuada do crescimento da população urbana e da evolução do seu grau de urbanização, além de uma desconcentração relativa favorável a uma maior participação das cidades com uma população entre 100 e 500 mil habitantes, que continuam a crescer mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes” (Brito *et al.*, 2002, p. 6).

Silva e Rodrigues (2009) mostram as mudanças ocorridas nos espaços metropolitanos, enfatizando como os núcleos metropolitanos têm perdido

população para seu entorno²⁴. Os 14 grandes espaços urbanos analisados pelos autores estão espalhados pelas cinco grandes regiões do país. Nestes 14 espaços metropolitanos como um todo, entre 1991 e 2000, o crescimento da população nos municípios metropolitanos de periferia foi de 29,3%, enquanto que nos municípios núcleos o crescimento foi de 12,8% (aumento relativo semelhante ao dos municípios com até 10 mil habitantes). Esse mesmo padrão se repete entre 2000 e 2007, onde a taxa de crescimento populacional da periferia metropolitana novamente foi maior que o de seu núcleo, chegando, em alguns casos – como em Goiânia, Belém, Belo Horizonte, Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro – a ser o crescimento da periferia maior que o dobro do crescimento do núcleo (Silva e Rodrigues, 2009).

Os autores mostram ainda que as mudanças nos padrões migratórios (direção dos fluxos) têm tido uma importante contribuição para essas diferenças de crescimento populacional entre núcleo e periferia. Seus resultados mostram que, com exceção de Brasília, Florianópolis e Campinas, todos os demais núcleos metropolitanos apresentaram saldos migratórios negativos tanto em 1991 quanto em 2000, considerando a migração em geral. Para a migração intrametropolitana, a perda para a periferia é ainda mais expressiva. As taxas de emigração dos núcleos para os municípios do interior metropolitanos foram positivas nas 14 regiões metropolitanas em análise, com destaque para Vitória, Belo Horizonte, Goiânia e Recife, que apresentaram as maiores taxas em 2000. Do total de migrantes como um todo no Brasil, cerca de 13% são migrantes intrametropolitanos, e do total de emigrantes dos núcleos metropolitanos considerados na análise, cerca de 45% se destinam a municípios da própria região metropolitana (Silva e Rodrigues, 2009).

No que diz respeito às características dos migrantes, ainda segundo Silva e Rodrigues (2009), a escolaridade dos que saíram do núcleo para periferia e dos

²⁴ Os autores analisam o movimento migratório intrametropolitano em 14 áreas metropolitanas brasileiras (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória); focando sobre três direções de fluxo: do município central (núcleo – que compreende as capitais dos respectivos Estados e a cidade de Campinas) para periferia, da periferia para o núcleo, e da periferia para outro município da periferia. A área metropolitana de Manaus foi excluída do estudo, por ser Manaus o único município da região metropolitana.

que se movimentaram na própria periferia metropolitana está na faixa de até 7 anos de estudo, e compreende mais de 60% dos migrantes intrametropolitanos. Já entre os que estão nas faixas de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo, a maior parte se movimenta em direção ao núcleo. A maior parte dos migrantes intrametropolitanos ocupados estão na faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, e na maior faixa, 5 ou mais salários mínimos, o percentual é maior entre aqueles que foram da periferia para o núcleo. Entre os que foram do núcleo para periferia, 25% estão nesta faixa salarial; já entre os que foram da periferia para o núcleo, 33% estão nesta faixa (Silva e Rodrigues, 2009).

Estas informações revelam mudanças não só na direção do fluxo, como também no perfil do migrante. Ao contrário das décadas passadas, onde o fluxo predominante era das regiões periféricas em direção aos grandes centros, principalmente São Paulo, atualmente a tendência é em direção às periferias metropolitanas e outras localidades. Além disso, percebe-se também mudança no do perfil dos migrantes que compõem o novo padrão migratório. Como se pode perceber, os grandes centros, embora em menor proporção, continuam sendo o destino de grande parcela dos migrantes; contudo seu perfil atualmente tende a ser de indivíduos mais escolarizados e que, conseqüentemente, pertencem a faixas salariais mais altas. Enquanto que o perfil daqueles que saem dos núcleos metropolitanos em direção à periferia tende a ser de indivíduos menos escolarizados e, conseqüentemente, pertencentes às faixas mais baixas de rendimentos.

Entre os migrantes intrametropolitanos ocupados, cerca de 54% migraram do núcleo para a periferia, 11% se dirigiram da periferia para o núcleo e mais de 35% são aqueles que se movimentaram dentro da própria periferia (Silva e Rodrigues, 2009). Como a maioria dos migrantes ocupados são aqueles que fizeram movimentos do núcleo para periferia e entre municípios da periferia, isto pode ser um indicativo de que o aumento de oferta de empregos, pelo menos para aqueles que possuem níveis mais baixos de escolaridade, está nos espaços fora dos aglomerados metropolitanos. Além disso, pode estar indicando também que grande parte da composição populacional que estabelece o novo padrão

migratório continua sendo de pessoas que buscam nos espaços em desenvolvimento melhores condições socioeconômicas.

Considerando a classificação sócio-ocupacional feita pelo Observatório das Metrópoles, Silva e Rodrigues (2009) destacam ainda que a maior parte dos migrantes intrametropolitanos concentram-se nas Categorias Médias e Trabalhadores do Secundário, seguidos pelos Trabalhadores do Terciário e Trabalhadores do Terciário Não Especializado. Comparando estas categorias sócio-ocupacionais entre os tipos de fluxo, observa-se que entre os que saíram do núcleo para os municípios da periferia, a maioria está na categoria Terciário Especializado e Não Especializado. Entre os que saíram da periferia para o núcleo, a maioria se concentra nas categorias de Dirigentes, Pequenos Empregadores, Profissionais de Nível Superior e Categorias Médias. Isto mais uma vez indica que o perfil do trabalhador que migra em direção aos grandes centros é de indivíduos mais escolarizados, enquanto que o grande fluxo que se direciona às periferias é composto por pessoas menos escolarizadas que, possivelmente, estão migrando em busca das oportunidades geradas pelo aumento no dinamismo econômico nas áreas periféricas e fugindo dos elevados custos de apresentados no centro.

Outro fenômeno bastante evidente nos últimos anos, e que aponta para mudanças em relação ao padrão migratório observado nas últimas décadas e para mudança na dinâmica regional, é a migração de retorno, especialmente em direção ao Nordeste. Resultados encontrados em Oliveira e Jannuzzi (2005) e Siqueira *et al.* (2008) apontam para a frustração nas expectativas de emprego e rendimentos na região de destino como um dos principais motivos para o retorno. Contudo, o processo de desconcentração industrial, os investimentos e crescimento econômico registrados nos últimos anos na região Nordeste, os programas de transferência de renda do Governo Federal e o aumento da renda das famílias mais pobres podem ser considerados fatores importantes não só para retenção da população naquela região (ver Silveira Neto, 2008), como também fatores de atração daqueles que deixaram sua região de origem.

Juntamente com as mudanças na dinâmica econômica e no padrão migratório, também surgiram mudanças no padrão de mobilidade sócio-ocupacional. Durante

o período de crise das décadas de 1980 e 1990 as taxas de mobilidade ascendente se reduziram, e as taxas de imobilidade e mobilidade descendente aumentaram. Ou seja, a estagnação da economia foi acompanhada também pela estagnação social. Os principais determinantes da intensa mobilidade social ascendente observada entre as décadas de 1950 e 1970 – a industrialização e a migração rural-urbana – perderam sua capacidade para impulsionar a transformação social.

A queda nas taxas de crescimento do PIB – de 7% a.a. entre 1975 a 1980 para 1% nos cinco anos seguintes (Jannuzzi, 2000) – juntamente com a consequente diminuição no ritmo de crescimento dos postos de trabalho no setor formal e o aumento da rotatividade da mão de obra limitaram as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional. O baixo crescimento da indústria, combinado com o crescente emprego de técnicas que tornaram a produção cada vez menos intensiva em mão de obra, acabaram reduzindo a geração de emprego e, conseqüentemente, tornando mais difícil a inserção no mercado de trabalho e o processo de mobilidade ascendente (Jannuzzi, 2000).

De acordo com Scalón (1999), o movimento pela escala social tornou-se mais difícil em decorrência da diminuição das oportunidades no mercado de trabalho, e pela própria mobilidade ascendente do período anterior, uma vez que estando os trabalhadores num patamar mais alto, as chances de descer na escala social torna-se maior. Além disso, o esgotamento relativo do estoque de população rural propensa a migrar também deixou de contribuir para as taxas de mobilidade ascendente. Para a autora, os altos índices de mobilidade ascendente registrados nas décadas de 1960 e 1970 se devem, em boa parte, ao fato de que, neste período, a maioria dos trabalhadores se encontravam nas camadas mais baixas da escala sócio-ocupacional, com grande predomínio de trabalhadores inseridos em ocupações rurais e manuais (Scalón, 1999).

Nos períodos posteriores, décadas de 1980 e 1990, não só a crise reduziu a criação de postos de trabalho, como também muitos trabalhadores já ocupavam posições mais elevadas. As taxas de mobilidade ascendente na década de 1990, segundo Scalón (1999), foram ainda menores que as taxas na década de 1980.

Novamente, um reflexo das baixas taxas de expansão da ocupação e dos efeitos da reestruturação produtiva (terceirizações e redução de várias funções em decorrência da automação das plantas industriais), que aumentaram a produtividade registrada nos anos 1990 e reduziram a demanda por mão de obra. Para Scalón (1999), a era da mobilidade estrutural se encerrava e tinha início a era da mobilidade circular.

Assim, embora atualmente as desigualdades regionais continuem a existir, o congestionamento das grandes áreas metropolitanas, somando à dinamização da rede urbana – com melhorias significativas da infra-estrutura e expansão da produção em espaços periféricos –, parece estar induzindo uma tendência de movimentos reversos do fluxo econômico e populacional. Pois, embora os aglomerados metropolitanos mantenham sua importância, seu crescimento tem diminuído e sua participação relativa no volume de população urbana se reduzido, ao passo que se observa maior crescimento populacional nas cidades médias. Paralelamente, ao contrário da tendência à concentração das atividades econômicas, em especial a indústria, tem-se um processo de desconcentração em direção a espaços periféricos. Ou seja, o momento é de um processo de maior distribuição espacial das atividades econômicas e do fator trabalho, impulsionado pela necessidade da busca de novos espaços para se expandir, gerando assim novas centralidades.

Nota-se então, que o intenso processo migratório e de mobilidade sócio-ocupacional, ocorridos entre as décadas de 1950-1970, estavam diretamente relacionados à dinâmica regional de distribuição das atividades econômicas. Os fluxos migratórios se deram como um mecanismo de distribuição da força de trabalho de regiões estagnadas para regiões onde as atividades econômicas se desenvolviam, ao mesmo tempo em que a mobilidade sócio-ocupacional era um reflexo das mudanças estruturais dos setores produtivos. Para as últimas décadas, mesmo diante das mudanças nos processos de mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e distribuição econômica locacional, novamente as evidências apontam para a hipótese de que dentro desse novo cenário econômico-espacial existe relação entre estes três fenômenos.

O fato de novos espaços dinâmicos atraírem capital e trabalho mostra que a racionalidade econômica inerente à migração permanece, de modo que o indivíduo continua migrando para locais com potencial de crescimento, onde espera-se alcançar melhores condições socioeconômicas. Contudo, o que está mudando, no caso do Brasil, é a direção dos fluxos. Anteriormente esperava-se alcançar tais condições em grandes centros metropolitanos, em especial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Atualmente, com o congestionamento desses centros e a desconcentração das atividades econômicas, há uma tendência à predominância de fluxos em direção a centros intermediários, onde parece estar surgindo maior dinamismo econômico e, conseqüentemente, surgindo mais chances no mercado de trabalho.

A próxima seção traz uma breve revisão da literatura internacional, com o intuito de apresentar algumas evidências da relação entre mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e diferenças regionais também em outros países.

3.3 Evidências Internacionais

Esta seção busca trazer evidências internacionais da relação entre mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e diferenças regionais. O intenso processo de migração ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX se diferencia bastante dos processos migratórios ocorridos em outros países. Ribeiro (2007b) e Brito (2006 e 2007) destacam que a diferença em relação a outros países se dá especialmente no que diz respeito à velocidade com que a migração ocorreu e o grau de concentração tanto nas origens quanto nos destinos. Contudo, embora não tenha sido encontrado na literatura internacional nenhum estudo que aborde especificamente a relação entre as três dimensões analisadas nesta tese, alguns estudos mostram que em outros países, assim como no Brasil, a migração também possui relação com mudanças nas chances de mobilidade de ocupação.

Usando um conjunto de dados para 17 países, Hazelrigg e Garnier (1976) analisam a relação entre o nível de industrialização dos países (medido pelo consumo de energia elétrica) e a taxa de mobilidade ocupacional entre pais e filhos (usando uma classificação ocupacional rural, manual e não-manual). Os

autores buscam responder se o nível de mobilidade social é diferenciado de acordo com o nível de industrialização dos países analisados. Os resultados da análise indicaram que as variações na taxa de mobilidade por si só não estavam relacionadas com a medida de consumo de energia. Além disso, mostram também que as sociedades industriais analisadas não apresentaram uma uniformidade nas taxas e processos de mobilidade ocupacional. Contudo, das vezes em que se observou uma correlação entre a taxa de mobilidade e o nível de industrialização, isto estava relacionado às características históricas da estrutura de produção dos países. Por exemplo, países nos quais a composição setorial era mais intensiva na agricultura, e que passaram por processos de mudança nesta composição, também apresentaram maior mobilidade ocupacional intergeracional. Os autores destacam também que o nível educacional apresentou grande importância para mobilidade em 11 dos 17 países analisados.

Freedman e Hawley (1949) estudaram a relação entre migração e mobilidade ocupacional durante o período da depressão (1930-1935), dentro do Estado de Michigan, nos Estados Unidos. Os autores destacam que uma das principais questões relacionadas à migração é se ela resulta em uma mudança do migrante na estrutura social. Neste estudo, o termo 'migração' é usado para se referir a movimentos dos indivíduos no espaço, enquanto o termo 'mobilidade' se refere a uma mudança na posição que o indivíduo ocupa num sistema social. Especificamente, este estudo investiga a hipótese de que a migração resulta em mobilidade ocupacional. Para tal, os autores compararam a mobilidade ocupacional de um grupo de migrantes com a mobilidade ocupacional de um grupo de controle de não-migrantes, com características semelhantes, na origem e no destino da migração. Cada migrante foi 'emparelhado' (usando o método de '*matching*') com um não-migrante (controle) no seu local de origem e no seu local de destino. As características usadas para fazer o *matching* foram: idade, ocupação, histórico ocupacional antes da migração (se já havia realizado mobilidade), educação e estado civil. Os resultados mostram que os migrantes realizaram mais mobilidade ocupacional que os não-migrantes, tanto na origem quanto no destino. Contudo, os autores chamam atenção para o fato de que estes resultados não devem ser extrapolados, e sim restritos ao espaço e ao contexto histórico no qual se deu o estudo.

Scudder e Anderson (1954) testam a hipótese de que os indivíduos que deixam seus locais de origem mudam seu *status* ocupacional inicial e apresentam mobilidade em relação à ocupação dos pais. O estudo envolve a migração de indivíduos de uma pequena comunidade em direção a dois centros metropolitanos vizinhos. As ocupações são divididas em dois estratos, *white-collar* e manual, e os filhos em dois grupos: os que permaneceram na comunidade e os que migraram. Os resultados encontrados pelos autores mostram que os filhos que migraram apresentaram mais chances de alcançar ocupações de *status* mais alto na escala ocupacional, tanto para os filhos de pais *white-collar* quanto para os filhos de pais em ocupações manuais. Por exemplo, dentre aqueles que alcançaram ocupações *white-collar*, o diferencial foi muito maior entre os que não migraram do que entre os que migraram. Entre os que migraram, 80% dos filhos de pais *white-collar* alcançaram essa posição, e 40% dos filhos de pais com ocupação manual tornaram-se *white-collar*. Já entre os não-migrantes, 72% dos filhos de pais *white-collar* também alcançaram a mesma ocupação dos pais, enquanto que dentre os filhos de pais com ocupação manual, apenas 18% se tornaram *white-collar*.

Chiswick *et al.* (2002) estudam o ajustamento dos imigrantes no mercado de trabalho na Austrália. Os autores se baseiam na teoria da imigração internacional segundo a qual, os ganhos e o *status* ocupacional tendem a crescer com o tempo de migração no local de destino, devido às habilidades locais (língua, novas práticas, e certificações) que os imigrantes desenvolvem com o tempo. Usando dados da Longitudinal Survey of Immigrants to Australia (LSIA), que informa sobre o último emprego na origem, a primeira ocupação no destino e a ocupação 3 anos e meio após a imigração, autores confirmam as hipóteses estabelecidas, mostrando que a trajetória ocupacional dos imigrantes na Austrália, no período analisado, teve um formato de “U”. Isto significa que o imigrante apresenta uma queda no *status* ocupacional ao migrar, da última ocupação que tinha na origem para a primeira ocupação no destino. Contudo, com o passar do tempo no local de destino, o imigrante tende a aumentar seu *status* ocupacional em relação à primeira ocupação no local de destino. Ou seja, os resultados mostram que as chances de progressão ocupacional dos imigrantes aumentam com o tempo de migração.

Krieg (1997) usa micro dados em painel, para os EUA, para estimar os retornos financeiros gerados pela migração interna para os indivíduos ao longo do tempo. Para captar efeitos indiretos da migração sobre os rendimentos, o autor usa variáveis de interação do *status* de migração com: mudança de ocupação, mudança de emprego, e mudança de ambos. Os resultados mostram que o uso de uma simples variável *dummy* para o *status* migratório mascara os efeitos indiretos da migração sobre os rendimentos, sendo os resultados para as interações e as variáveis ocupacionais mais significativos. Em outras palavras, o estudo mostra que a migração afeta os rendimentos, contudo isto está relacionado com mudanças na carreira, principalmente quando se considera o tempo de migração. Além disso, os resultados mostram também que o grupo de migrantes tende a ter rendimentos maiores que os não-migrantes. As mudanças intermunicipais são insignificantes – indicando que essas devem estar associadas a mudanças horizontais na carreira. As mudanças interestaduais, contudo, são significantes e, maiores ainda se for considerado que a migração está acompanhada também de mudança na ocupação.

Myers e Cranford (1998) estimam as mudanças ocupacionais ao longo do tempo de trabalhadores latinos na Califórnia. Dando enfoque ao controle por vários efeitos temporais, como: *coorte* de imigração, *coorte* de nascimento, idade no ato da migração e permanência nos Estados Unidos; os resultados mostram que existe grande diferenciação temporal entre os trabalhadores latinos, mesmo após controlado pelo capital humano. Migrantes recém chegados ou chegados em idade adulta tendem a permanecer em ocupações de nível mais baixo. Por outro lado, aqueles que migram ainda crianças tendem a ocupar postos de trabalho superiores ao dos seus pais, ou seja, a idade e o tempo de duração da migração estão associados a maiores taxas de mobilidade ocupacional.

Bauer e Zimmermann (1999) estudam a mobilidade ocupacional dos migrantes diante do aumento no influxo de alemães étnicos, da Alemanha Oriental e de áreas mais afetadas da Europa Oriental, na Alemanha Ocidental após o período da Guerra Fria. Especificamente, o estudo busca identificar os determinantes da probabilidade de mudança de *status* ocupacional após a migração para Alemanha, e como essa probabilidade muda com o tempo. Os resultados

mostram uma forte diferença de gênero, sendo os homens com maior probabilidade de mudança do *status* ocupacional. A diferença também é grande em relação à escolaridade. Migrantes com níveis mais elevados de escolaridade possuem maior probabilidade de mudar o *status* ocupacional. Contudo, a redução dessa probabilidade com o tempo é mais rápida para estes do que para os menos educados. Os resultados mostram também que os imigrantes refugiados e de outras partes da Europa Oriental possuem maior probabilidade de mobilidade descendente que os imigrantes da Alemanha Oriental, sendo este mesmo padrão observado para as diferenças de gênero e escolaridade.

Esta revisão não esgota a literatura internacional sobre a relação entre mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional, contudo aponta para o fato de que, assim como no Brasil, outros países também apresentam estreita relação entre essas dimensões. Embora também nenhum destes estudos destaque especificamente a relação entre as diferenças econômicas locais e a mobilidade espacial e sócio-ocupacional, como o foco desta tese, todos mostram que a migração está relacionada com maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na construção da análise empírica da relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais. Serão apresentadas as bases de dados e discutido como estas serão utilizadas. Também serão apresentados o método de construção da hierarquia de *status* socioeconômico das ocupações, as hierarquias urbanas através das quais serão observados os fluxos migratórios, e os modelos e métodos econométricos de estimação.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Introdução

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos adotados para estimar as chances de mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos, destacando as diferenças nestas chances de acordo com as diferentes hierarquias urbanas dos municípios de origem e destino, entre os anos de 2000 e 2009 no Brasil. Na próxima seção descreve-se a base de dados utilizada. A seção 3.3 descreve os recortes regionais entre os quais será observada a mobilidade espacial dos indivíduos. A seção 3.4 descreve a classificação ocupacional adotada, a partir da qual serão definidos os estratos sócio-ocupacionais. A seção 3.5 descreve os procedimentos adotados para determinar a escala socioeconômica das ocupações, e para estabelecer a hierarquia dos estratos sócio-ocupacionais. Por fim, na seção 3.6 descrevem-se as variáveis e o modelo logit multinomial, utilizados para estimar as relações entre mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional, em diferentes hierarquias urbanas.

4.2 Base de dados

Uma das maiores dificuldades para realizar estudos sobre mobilidade sócio-ocupacional e espacial no Brasil é a indisponibilidade de bases de dados adequadas. Como já colocado, esta tese analisa a mobilidade social com base na mudança de estrato ocupacional, pois considera-se que em sociedades capitalistas modernas a ocupação reflete de forma adequada a posição socioeconômica dos indivíduos. Mais que isso, busca-se analisar os diferenciais de chances de mobilidade sócio-ocupacional entre migrantes e não-migrantes, com origens e destinos em espaços com hierarquia urbana diferenciados. Desse modo, esta tese requer uma base de dados que: i) permita acompanhar os mesmos indivíduos ao longo do tempo; ii) informe os municípios de origem e

destino; e iii) permita verificar a ocupação dos indivíduos, pelo menos, no último local de origem e em seu local atual.

As bases de dados mais recentes e completas sobre mobilidade social no Brasil são encontradas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 1973, 1982, 1988 e 1996. Estas bases trazem um suplemento sobre mobilidade social, com questões que informam sobre a primeira ocupação do indivíduo, sobre a ocupação anterior a ocupação atual, e sobre a ocupação do pai quando o indivíduo tinha 15 anos. Tais informações permitem estudos tanto sobre a mobilidade intrageracional, quanto intergeracional. Além disso, como a PNAD também traz questões sobre migração²⁵, é possível, através das bases dos referidos anos, analisar a relação entre a mobilidade sócio-ocupacional e a migração entre Unidades da Federação e Grandes Regiões do país.

Estudos tradicionais sobre mobilidade sócio-ocupacional no Brasil, como Pastore (1979), Silva e Hasenbalg (1988), Scalón (1999), Pastore e Silva (2000), Ribeiro e Scalón (2001) e Ribeiro (2007b), fazem uso dessas bases de dados. Entre os pontos de destaque desses trabalhos estão as diferenças nas chances de mobilidade entre gêneros, raças, e diferentes estágios de desenvolvimento econômico; como é o caso do período entre a década de 1970 e o início da década de 1980 – onde houve forte fluxo migratório e profundas transformações econômicas estruturais no Brasil – e o período entre meados da década de 1980 e início da década de 1990 – marcado por redução dos fluxos migratórios e recessão econômica.

De acordo com o exposto anteriormente, nota-se que todo o processo de mobilidade social, mobilidade espacial e dinâmica locacional no Brasil, ocorrido entre as décadas de 1950-1990, bem como as bases de dados acima citadas, estão bem explorados na literatura. Diante disso, o uso destas bases de dados, bem como a análise da mobilidade sócio-ocupacional e espacial no Brasil neste período, parecem consolidadas. Desse modo, a continuidade e o aprofundamento

²⁵ A partir da base do ano de 1992.

do estudo sobre os processos de mobilidade espacial e sócio-ocupacional no Brasil requerem um avanço no tempo e, portanto, bases de dados mais recentes.

Assim, nesta tese busca-se avançar na análise da relação entre mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e diferenças locacionais abordando o período entre 2000 a 2009, período recente e ainda pouco explorado na literatura devido, entre outras coisas, à indisponibilidade de dados a exemplo dos suplementos das PNADs de 1973, 1982, 1988 e 1996. Para o período 2000-2009, a única base de dados disponível, que permite observar a ocupação e a localização espacial atual e anterior dos indivíduos – de modo a permitir uma análise conjunta de mobilidade espacial e ocupacional – é a base de dados proveniente do Relatório Anual de Informações Sociais – Migração (Rais-Migra), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O banco de dados Rais-Migra é composto pelo registro anual dos trabalhadores formalmente empregados²⁶, que recebem benefícios sociais, em empresas com cinco ou mais empregados. Esta base permite fazer o acompanhamento da trajetória geográfica, setorial e ocupacional destes trabalhadores ao longo do tempo. A Rais-Migra está organizada em dois formatos: o formato "PAINEL" – que informa a posição do trabalhador ao longo do tempo e, assim, permite estudos de mobilidade do indivíduo no mercado de trabalho –; e o formato "VÍNCULO" – que informa sobre a relação de emprego formal entre um estabelecimento e um trabalhador, permitindo assim a realização de estudos de duração de emprego, desemprego e reinserção no mercado de trabalho.

Para os fins desta tese, utiliza-se o formato "PAINEL", pois através deste será possível observar, conjuntamente, a mobilidade dos indivíduos entre municípios e entre ocupações. Assim, a base utilizada neste estudo é composta pelos registros dos movimentos, dos trabalhadores empregados no setor formal, entre ocupações e municípios, ao longo do período que compreende os anos de 2000 a 2009. Com estas informações é possível analisar o volume da mobilidade espacial e sócio-

²⁶ O setor formal é composto por trabalhadores com carteira assinada, militares e estatutários.

ocupacional separada e conjuntamente, identificando as diferenciações por origens e destinos ocupacionais e geográficos, durante o período.

No entanto, uma importante limitação desta base de dados está no o fato de que esta só fornece registros de indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal. Ou seja, os movimentos ocupacionais e geográficos ocorridos no setor informal, e os movimentos daqueles que saíram do mercado formal e foram para o informal, e vice-versa, não são registrados nesta base. Assim, ao realizar uma análise com informações referentes apenas ao mercado de trabalho formal, capta-se o mercado de forma incompleta, o que pode levar a resultados viesados em relação ao mercado de trabalho como um todo. Portanto, ressalta-se aqui que toda análise feita nesta tese não aborda o mercado de trabalho como todo, e sim se restringe apenas ao que ocorre no âmbito do mercado de trabalho formal. Não obstante, diante da abrangência territorial, do nível de desagregação individual, do acompanhamento intertemporal e da ausência de outra base de dados que forneça as mesmas possibilidades de avaliar as hipóteses estabelecidas, o uso da Rais-Migra justifica-se como apropriado para os objetivos desta tese.

Além disso, ao relacionar a mobilidade ocupacional a diferenças nas hierarquias urbanas de origem e destino, o mercado de trabalho formal parece ser o segmento mais apropriado a ser analisado, pois este parece está mais relacionado ao dinamismo econômico do local do que o setor informal. Uma indicação disto é que, de acordo com a TAB. 1, o grau de formalização do mercado de trabalho difere consideravelmente entre as cinco regiões do país. Sendo o formal mais expressivo nas regiões mais desenvolvidas, ao passo que o setor informal é mais expressivo nas regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste).

Tabela 1 - Distribuição Percentual dos Trabalhadores de acordo com a Posição na Ocupação por Grande Região, Brasil, 2009

Região	Empregado com Carteira Assinada	Militar	Funcionário Público	Empregado sem Carteira Assinada	Doméstico com Carteira	Doméstico sem Carteira	Outros	Total
Norte	23,01	0,52	9,51	44,26	1,14	6,46	15,11	100,00
Nordeste	25,43	0,21	6,68	44,08	1,36	6,31	15,93	100,00
Sudeste	42,55	0,35	6,73	32,57	2,92	5,59	9,29	100,00
Sul	40,62	0,34	6,02	31,89	2,41	4,66	14,06	100,00
Centro-Oeste	34,33	0,57	9,34	35,74	2,63	6,48	10,91	100,00
Total	33,69	0,35	7,25	37,75	2,11	5,86	12,98	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD em 2009.

Além disso, outro ponto positivo no uso da Rais-Migra é a qualidade dos dados. Negri *et al.* (2001) fizeram uma análise comparativa entre os microdados da RAIS e da PNAD, utilizando os métodos Monte Carlo e Bootstrap, para investigar a robustez e a confiabilidade da RAIS como base de informações para pesquisas sobre o mercado de trabalho formal no Brasil. Em linhas gerais, os resultados encontrados pelos autores indicam que a RAIS é uma base de dados confiável, e que fornece resultados qualitativamente similares aos fornecidos pelos dados da PAND.

Assim, ainda que o uso da Rais-Migra, de certa forma, represente uma limitação ao escopo de análise do trabalho, considera-se que – diante da dimensão do mercado de trabalho formal no Brasil, da sua relação com a dinâmica econômica local e da qualidade dos dados – os resultados encontrados a partir desta base refletem de forma quantitativa e qualitativamente satisfatória a mobilidade sócio-ocupacional e espacial dos indivíduos que compõem a força de trabalho no Brasil.

4.3 Escala de Hierarquias Urbanas

Outra fonte de informações utilizada nesta tese é o Regic – Regiões de Influência das Cidades. O Regic é um estudo, realizado pelo IBGE, sobre a rede urbana no Brasil, com a finalidade de estabelecer uma hierarquia desta rede e delimitar os centros de gestão do território, bem como suas áreas de influência. Alguns centros consistem num grupo de cidades que formam grandes aglomerações urbanas, para os quais a unidade de observação é a Área de Concentração da

População (ACP). As ACPs²⁷ são grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade populacional, pelo grau de urbanização e pela coesão da área, de acordo com deslocamentos da população para trabalho ou estudo (IBGE, 2008).

A hierarquia dos centros urbanos identificados é estabelecida com base na classificação dos centros de gestão do território²⁸, na intensidade de relacionamentos e na dimensão da área de influência de cada centro. Dessa forma, cabe que destacar que, centros localizados em regiões com menor densidade populacional ou econômica, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos, podem assumir o mesmo nível de hierarquia que centros localizados em regiões de maior densidade. Isto porque a avaliação do papel dos centros se dá em relação ao seu próprio entorno. As áreas de influência dos centros, por sua vez, são determinadas de acordo com a intensidade das ligações entre as cidades.

O Regic já foi realizado quatro vezes, nos anos de 1966, 1978, 1993 e 2007. Para fins desta tese, a hierarquia de rede urbana a ser considerada é a definida pelo Regic de 2007, pois esta reflete a estrutura de rede urbana no período estudado (2000-2009, pelos dados da Rais-Migra), a despeito da ocorrência de pequenas mudanças²⁹ ao longo desse período. O Regic classifica as cidades em cinco grandes níveis que, por sua vez, são subdivididos em dois ou três subníveis. A divisão hierárquica, bem como suas subdivisões, estão definidas da seguinte maneira: 1. Metrôpoles (a. Grande Metrôpole Nacional; b. Metrôpole Nacional; c. Metrôpole); 2. Capital Regional (a. Capital Regional A; b. Capital Regional B; c.

²⁷ As 40 ACPs identificadas no Regic 2007 foram constituídas pela agregação de 336 municípios. São elas: Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Teresina, Fortaleza, Juazeiro do Norte–Crato–Barbalha, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Petrolina–Juazeiro, Maceió, Aracaju, Salvador, Feira de Santana, Ilhéus–Itabuna, Belo Horizonte, Ipatinga–Coronel Fabriciano–Timóteo, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda–Barra Mansa, São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Joinville, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas–Rio Grande, Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e Brasília (Regic, 2007).

²⁸ A função de gestão do território leva em conta níveis de centralidade dos Poderes Executivo e Judiciário no nível federal, níveis de centralidade empresarial, e presença de diferentes equipamentos e serviços.

²⁹ Embora novas cidades tenham surgido entre 2000 e 2009, estas não pertencem a hierarquias urbanas diferentes da sua posição original, ou seja, da cidade a qual pertenciam.

Capital Regional C); 3. Centro Sub-regional (a. Centro Sub-regional A; b. Centro Sub-regional B; c. Centro Sub-regional C); 4. Centro de Zona (a. Centro de Zona A; b. Centro de Zona B); 5. Centro Local.

A hierarquia 'Metrópoles' é composta pelos 12 principais centros urbanos do País. Tais centros são caracterizados por serem de grande porte e por possuírem forte relacionamento entre si, além de possuírem extensa área de influência direta. Esta está dividida em três subníveis, segundo extensão territorial e intensidade das relações: a. Grande Metrópole Nacional – corresponde à Área de Concentração Populacional de São Paulo ('ACP-SP'), o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial; b. Metrópole Nacional – corresponde aos municípios do Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente. Juntamente com São Paulo, constituem as principais regiões de influência do país; e c. Metrópole – composta pelos municípios de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 milhões (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte). São o segundo nível da gestão territorial (IBGE, 2008).

A hierarquia 'Capital Regional' é constituída por 70 centros que, assim como a 'Metrópole', se relacionam com o estrato superior da rede urbana (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Possui capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao da 'Metrópole' e área de influência de âmbito regional. Este nível também possui três subdivisões: a. Capital Regional A – constituída pelas capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas, possui mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos; b. Capital Regional B – constituída por 20 cidades, possuem mediana de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e c. Capital Regional C – constituída por 39 cidades, com mediana de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos (IBGE, 2008).

O nível de hierarquia 'Centro Sub-regional' é composto por 169 centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Sua presença é maior nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e menor nos espaços menos

povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Possuem duas subdivisões, a saber: a. Centro Sub-regional A – constituído por 85 cidades, com mediana de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e b. Centro Sub-regional B – constituído por 79 cidades, com mediana de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos (IBGE, 2008).

O nível ‘Centro de zona’ é composto por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata. Também possuem duas subdivisões, a saber: a. Centro de Zona A – composto por 192 cidades, com mediana de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos; e b. Centro de Zona B – compostos por 364 cidades, com mediana de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. Por fim, o último nível de hierarquia urbana é o ‘Centro Local’, composto pelas demais 4.473 cidades, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites de seu *hinterland* rural imediato, e servem apenas aos seus habitantes, de modo que não possuem relacionamentos relevantes. A população é predominantemente inferior a 10 mil habitantes, apresentando mediana de 8.133 habitantes (IBGE, 2008).

Como o objetivo desta tese é analisar as hipóteses de diferenças de chances de mobilidade sócio-ocupacional, entre migrantes e não-migrantes, em espaços urbanos diferenciados, considera-se que utilizar a divisão hierárquica da rede urbana, estabelecida pelo Regic, é apropriado para estes fins. Pois se considera que, ao agregar as cidades em grupos – de acordo com o tamanho de sua população, com a diversidade de produção e serviços ofertados, e com o nível de relacionamento com seu entorno – em última instância, o Regic estabelece grupos heterogêneos entre si que, internamente são homogêneos no que diz respeito à relevância socioeconômica. Dessa forma, as hierarquias estabelecidas pelo Regic serão consideradas nesta tese como as localidades de análise de modo que, ao comparar as diferenças nas chances de mobilidade em cada uma dessas localidades, está-se comparando como tais chances mudam entre espaços hierarquicamente diferenciados.

Os recortes regionais adotados neste estudo seguem as cinco grandes divisões descritas no Regic, a saber, ‘Metrópoles’, ‘Capital Regional’, ‘Centro Sub-regional’, ‘Centro de Zona’ e ‘Centro Local’. Contudo, devido a sua importância como principal centro urbano e econômico do país, e principal destino migratório

entre as décadas 1960-1980, considera-se interessante destacar a ACP de São Paulo como uma hierarquia isoladamente, de modo a comparar este com os demais recortes regionais e captar possíveis mudanças na importância desse centro no período atual em relação aos períodos anteriores. Desse modo, a divisão regional adotada nesta tese é constituída por seis hierarquias urbanas: 1. ACP de São Paulo ('ACP-SP'); 2. 'Metrópole' (corresponde aos subníveis 'Metrópole Nacional' e 'Metrópole'), 3. 'Capital Regional' (agregando as três subdivisões estabelecidas no Regic); 4. 'Centro Sub-regional' (agregando as duas subdivisões estabelecidas no Regic); 5. 'Centro de Zona' (também agregando as duas subdivisões estabelecidas no Regic); e 6. 'Centro Local'.

4.4 Classificação das ocupações

Analisar as chances de um indivíduo ascender, descender ou permanecer no mesmo nível ocupacional requer que se estabeleça uma hierarquia entre as ocupações, ou seja, requer a estratificação do conjunto de ocupações em uma escala hierárquica. No Brasil, a descrição oficial das ocupações é dada pela Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A CBO é o documento que normaliza, reconhece, nomeia, descreve e codifica os títulos ocupacionais. Segundo esta classificação, "ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas" (Portal do Trabalho e do Emprego). A nomenclatura, ou conjunto de códigos da CBO, varia de um a quatro dígitos, cuja descrição de um dígito consiste na composição mais agregada das ocupações, e a descrição de quatro dígitos consiste no nível mais desagregado. A definição dos estratos hierárquicos das ocupações, que orienta a análise de mobilidade feita nesta tese, é feita a partir da descrição ocupacional, disponível na CBO, no nível de desagregação de três dígitos, que compreendem 192 subgrupos de famílias ocupacionais.

Tal nível de desagregação está estabelecido na CBO-2002, e descreve as ocupações nas bases de dados a partir do ano de 2003. Anteriormente, a desagregação no nível 'subgrupos de famílias ocupacionais' era dada pela CBO-1994 e composta por 86 títulos ocupacionais. Como a análise feita nesta tese

compreende o período entre os anos de 2000 a 2009, fez-se uso da tábua de conversão dos índices de títulos (CBO, 2002) para compatibilizar a descrição das ocupações utilizadas entre os anos de 2000-2002 com a descrição vigente a partir de 2003.

A próxima seção descreve os procedimentos utilizados para construir a escala (*scores*) socioeconômica das ocupações descritas no nível de desagregação 'subgrupos de famílias ocupacionais' da CBO, e para estabelecer a estratificação destes *scores* em estratos sócio-ocupacionais homogêneos internamente e heterogêneos entre si.

4.5 Escala socioeconômica ocupacional e hierarquia dos estratos ocupacionais

De uma maneira geral, a classificação socioeconômica das ocupações pode ser feita através da derivação de *scores* para um conjunto de ocupações, compostos pelos níveis de renda e educação dos trabalhadores (nas quais, educação é o fator de *status* social, e renda é o fator de *status* econômico). Já as escalas de prestígio ocupacional são feitas através de pesquisas onde pessoas são solicitadas a classificar uma seleção de ocupações em uma hierarquia de prestígio ou posição social. Contudo, Treiman (1976) mostra que, empiricamente, nível educacional, nível de renda e nível de prestígio das ocupações são altamente correlacionados em vários países.

Embora a discussão sobre as formas de hierarquia ocupacional seja extensa e aprofundada não existe um consenso quanto à forma correta de conceituá-las e medi-las. Assim, embora o método de *scores* socioeconômicos das ocupações não seja recente, considera-se que esta forma de classificação atende aos propósitos aqui estabelecidos, representando uma medida apropriada para delimitar a hierarquia ocupacional. Além disso, para fins de análise empírica, escalas socioeconômicas são analiticamente mais claras para observar a mobilidade, uma vez que possuem um caráter mais objetivo que o sentido de

prestígio³⁰ e, por isso mesmo, permitem fazer cortes mais objetivos entre grupos de ocupações (Hodge, 1981).

A escala de *status* socioeconômico de cada um dos 192 títulos ocupacionais (subgrupos ocupacionais definidos na CBO 2002) é construída de acordo com as seguintes etapas:

1. Mensura-se o *status* educacional através da função escolaridade-rendimentos. Esta função estima o rendimento médio esperado (valor médio de mercado) de pessoas com determinado nível de escolaridade. Representando uma relação exponencial entre educação e rendimentos, esta função possui o seguinte formato:

$$S^{E_i} = e^{a+bE_i} \quad (4.1)$$

Na qual S^{E_i} é o *status* educacional do indivíduo i (valor de mercado do nível de escolaridade medido pelo rendimento predito)³¹; a e b são constantes; e E_i é o nível de escolaridade do indivíduo i , dado em anos completos de estudo. São utilizados os rendimentos médios de cada subgrupo ocupacional para nove níveis de escolaridade³².

2. Mensurado o *status* educacional, a próxima etapa é a construção do *status* socioeconômico. Este consiste no cálculo da média entre os rendimentos observados (componente econômico) e os rendimentos esperados (componente educacional);
3. Calcula-se, para cada título ocupacional, o *score* médio do *status* socioeconômico dos indivíduos. Tal *score* médio é aplicado para as

³⁰ Embora muitas pesquisas sobre escala de prestígio ocupacional mostrem estas sendo invariante em vários aspectos, considera-se que a idéia de prestígio carrega consigo certa relatividade, enquanto que a qualificação necessária para realizar algumas atividades e suas recompensas possuem um caráter mais objetivo (HODGE, 1981).

³¹ Ressalta-se que a mobilidade ocupacional medida através destes *scores* traduz indiretamente a mobilidade salarial.

³² Analfabeto, Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, 5ª ano Completo do Ensino Fundamental, Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Educação Superior Incompleta, Educação Superior Completa.

ocupações tal como definidas pela CBO no nível de classificação de 3 dígitos;

4. A partir dos *scores* de *status* socioeconômico das ocupações, definem-se os estratos sócio-ocupacionais agrupando os *scores* de maneira que se obtenha uma mínima variância intra-estrato dos valores dos *scores*, e o máximo de variação entre os estratos.

Sabe-se que ao longo do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, a divisão social do trabalho tornou-se cada vez mais complexa e diferenciada. A classificação das ocupações em nível alto, médio e baixo passaram a apresentar subdivisões que as diferenciam internamente. Por exemplo, pode-se considerar que proprietários e gerentes de empresas pertencem a um mesmo estrato ocupacional, contudo, o fato de um ser o proprietário e, com isso, ter a posse do capital e maior poder de decisão, o torna hierarquicamente superior aos gerentes. Sendo assim, uma simples divisão em estratos alto, médio, e inferior (ou manual) não refletem de maneira adequada as reais diferenciações existentes no mercado de trabalho.

Além disso, um dos importantes resultados ressaltados em estudos anteriores sobre mobilidade social no Brasil (Pastore, 1979; Scalón, 1999) é que parte considerável da mobilidade observada nos períodos estudados, seja mobilidade intergeracional e, principalmente, intrageracional, é de curta distância. De fato, faz sentido pensar que, ao observar a distância percorrida no processo de mobilidade em uma sociedade, é provável observar uma maior distância na mobilidade intergeracional que na mobilidade intrageracional. De uma geração para outra ocorrem transformações sociais, econômicas, educacionais e institucionais que podem alterar as chances de mobilidade entre pais e filhos. Os filhos podem adquirir um nível educacional diferente de seus pais e, com isso, mudar suas chances de ocupar posições de nível bastante diferente. Por sua vez, para uma mesma geração, fazer longos trajetos pelos estratos sócio-ocupacionais implicaria passar mais tempo se qualificando, o que levaria a custos de oportunidade por vezes inviáveis.

Diversos esquemas de estratificação sócio-ocupacional já foram utilizados em estudos anteriores sobre mobilidade social no Brasil. Em um dos estudos mais completos, Pastore (1979) utilizou os dados do suplemento de mobilidade social da PNAD 1973, para analisar os movimentos intra e intergeracionais em um esquema de seis estratos sócio-ocupacionais (alto, médio-superior, médio-médio, médio-inferior, baixo-superior, baixo inferior). Contudo, este esquema de estratificação foi considerado de grande agregação (Vale Silva, 1988; Ribeiro, 2007b), dada a heterogeneidade existente dentro de cada um desses estratos, o que, por sua vez, não permitiria a observação de um maior volume de mobilidade ocorrido no período.

Com o objetivo de criar estratos sócio-ocupacionais mais desagregados e, com isso, captar um maior volume de mobilidade decorrente da maior heterogeneidade das ocupações, Silva (1988) constrói um esquema de estratificação composto por 18 estratos ocupacionais mais homogêneos internamente que os seis estratos utilizados por Pastore (1979). Contudo, embora este esquema de 18 estratos reflita a maior diferenciação existente entre as ocupações, ao mesmo tempo torna a tabela de mobilidade muito complexa e sua análise quase impraticável.

Devido a esta complexidade, estudos posteriores fazem agregações desse esquema com o intuito de tornar as análises de mobilidade mais factíveis. Scalón (1999) faz uma agregação das dezoito categorias propostas por Silva (1988), reduzindo o esquema para nove estratos, sem perda de poder analítico, e destaca que a agregação das ocupações deve ser decida com base em pressupostos teóricos e empíricos, pois dependendo da modelagem utilizada, um número excessivo de estratos pode tornar a análise impraticável. Também por questões de análise empírica, Silva (2004) realizou uma agregação de forma a reduzir o esquema de dezoito estratos para oito.

Do ponto de vista teórico, o esquema CASMIN (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*), proposto por Goldthorpe e Erickson (1993), pode ser considerado a principal referência em estudos de mobilidade. Ribeiro e Scalón (2001) e Ribeiro (2003) utilizam este esquema de classe em suas análises de mobilidade social para o Brasil. Contudo, o fato do CASMIN ter sido um esquema desenvolvido para análise da mobilidade em países europeus de industrialização

avançada, faz com que sua adequação à realidade da divisão do trabalho em países menos desenvolvidos como o Brasil seja passível de ajustes.

O principal problema apontado no esquema CASMIN consiste nas muitas distinções entre as classes médias e de trabalho não manual e poucas distinções entre as de trabalho manual, o que limita as análises para o Brasil, onde o setor de trabalho manual ainda consiste numa parcela considerável da força de trabalho. Buscando adaptar o esquema CASMIN para a realidade brasileira, Ribeiro (2007b) desenvolve um esquema de 16 estratos sócio-ocupacionais, criado a partir do cruzamento do esquema CASMIN de 11 estratos com o esquema de 18 estratos de Silva (1988). Ao classificar os dados das PNADs 1973, 1982, 1988 e 1996 de acordo com este esquema, Ribeiro (2007b) verifica que um enorme contingente de trabalhadores (mais de 40%) se concentra nas classes de ‘trabalhadores manuais qualificados’ e ‘trabalhadores manuais não qualificados’, o que confirma a inadequação do esquema CASMIN para a realidade do mercado de trabalho brasileiro e a necessidade de maior desagregação do grupo de ocupações consideradas inferiores ou manuais.

Contudo, ao considerar a ocupação como o elemento socioeconômico que diferencia os indivíduos na sociedade, a estratificação sócio-ocupacional adotada aqui não segue o esquema CASMIN. Entre os motivos para isto, primeiramente, está o fato de que o esquema CASMIN foi desenvolvido para análises com enfoque sociológico, enquanto que a análise aqui desenvolvida possui uma ênfase econômica – na medida em que concentra a análise na relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e dinâmica territorial.

Além da inadequação à estrutura ocupacional no Brasil, do ponto de vista empírico, os scores sócio-ocupacionais calculados a partir da classificação CBO e dos dados da Rais-Migra não geraram uma diferenciação que permitissem chegar a um esquema de estratificação das ocupações em 11 grupos com diferenciações substanciais. Por todos estes motivos, também não serão adotados os esquemas de estratificação de 18 estratos proposto por Silva (1988), nem o de 16 estratos proposto por Ribeiro (2007b).

Ainda em relação à diferenciação entre os estratos, considera-se que não existem diferenças socioeconômicas substanciais entre, por exemplo, os estratos ‘trabalhadores ambulantes’ e ‘serviços gerais’ (feitas no esquema de 18 estratos), e os estratos ‘ambulantes’, ‘serviços domésticos’, e ‘não qualificados na indústria tradicional’ propostos no esquema de 16 estratos de Ribeiro (2007b); pois em termos de renda e nível educacional, os indivíduos nessas ocupações são bastante semelhantes. Mais que isso, uma vez que a Rais-Migra só registra empregados no setor formal, seria difícil captar, por exemplo, o estrato ‘trabalhadores ambulantes’ e muitas das ocupações que compõem o estrato ‘serviços gerais’, uma vez que a informalidade é muito grande nos mesmos.

Assim, a despeito da grande diferenciação existente entre as ocupações e da necessidade de um esquema de estratificação que capte a mobilidade de curta distância – uma vez que os dados explorados só permitem observar a mobilidade intrageracional – os procedimentos utilizados para gerar os *scores* socioeconômicos das ocupações geraram um gradiente de valores com relativamente pouca diferenciação, ou uma variação insuficiente para gerar tantos estratos quanto os dos estudos acima mencionados. Com os *scores* sócio-ocupacionais gerados para os 192 sub-grupos ocupacionais classificados pela CBO, a partir das médias dos rendimentos e escolaridade de cada subgrupos, foi possível identificar sete quebras estruturais que os dividem em sete estratos heterogêneos, e internamente homogêneos.

Tendo em vista que as ocupações são diferenciadas de acordo o nível de escolaridade e de renda, há uma ordem hierárquica empírica, na medida em que aquelas ocupações que exigem mais qualificação e oferecem maiores rendimentos são consideradas socioeconomicamente superiores àquelas que estão relacionadas a menores níveis educacionais e de renda. Assim, os sete estratos utilizados para medir a mobilidade sócio-ocupacional estão classificados na seguinte ordem hierárquica decrescente: alto-superior, alto-inferior, médio-superior, médio-médio, médio-inferior, baixo-superior e baixo-inferior.

Os subgrupos ocupacionais da CBO, juntamente aos seus respectivos *scores* sócio-ocupacionais e a divisão destes por estratos são apresentados no Anexo I. A próxima seção descreve as variáveis, os modelos e os procedimentos

econométricos utilizados para analisar as diferenças nas chances de mobilidade sócio-ocupacional entre migrantes e não-migrantes, e analisar como essas chances variam de acordo com hierarquias urbanas diferenciadas.

4.6 Variáveis e aplicação de modelos Logit Multinomial

Esta seção descreve a definição das variáveis e o procedimento econométrico utilizados para analisar as diferenças nas chances de mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos de acordo com as diferentes hierarquias urbanas de origem e destino, no Brasil, na última década (período de 2000-2009). As variáveis são definidas a partir da base de dados Rais-Migra, no formato 'PAINEL', que informa a posição geográfica, setorial e ocupacional dos indivíduos, no mercado formal de trabalho, ao final de cada ano.

Dessa forma, ao confrontar dois pontos no tempo, por exemplo, o ano 2000 e o ano 2001, é possível observar se, entre 2000 e 2001, um indivíduo mudou de município e/ou ocupação, ou se permaneceu, em 2001, no mesmo município e/ou ocupação que estava em 2000. Com estas informações, o banco de dados utilizado nesta tese é composto por todos os registros individuais³³ de mobilidade ou imobilidade espacial e/ou ocupacional, em cada uma das transições anuais ao longo do período de 2000-2009, para indivíduos entre 25 e 54 anos. Ou seja, a base é formada por todos os casos de mobilidade ou imobilidade observados em nove pontos do tempo: entre 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004, 2004-2005, 2005-2006, 2006-2007, 2007-2008 e 2008-2009. Com isto, tem-se um banco de dados que informa o volume de mobilidade ou imobilidade durante do período de 2000-2009.

Toda análise empírica aqui realizada se concentra nas diferenças de chances de mobilidade sócio-ocupacional, diante da mobilidade espacial entre hierarquias urbanas diferenciadas, de modo que a variável explicada é a mobilidade sócio-

³³ Ou seja, as observações registradas nesta base de dados consistem na situação ocupacional de cada indivíduo no que diz respeito à mobilidade – se realizou mobilidade ou não – em cada transição de ano.

ocupacional (MSO) dos indivíduos. A mobilidade sócio-ocupacional é uma variável categórica, que assume três categorias: -1, se o indivíduo realizou mobilidade sócio-ocupacional descendente de um ano para o outro; 0, se o indivíduo permaneceu na mesma ocupação (imobilidade sócio-ocupacional); e 1, se o indivíduo realizou mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

As variáveis explicativas de interesse são as variáveis de base territorial. Como já colocado na seção anterior, os municípios brasileiros estão divididos em seis recortes territoriais, seguindo a escala de hierarquia urbana estabelecida no Regic, a saber: 'São Paulo', 'Metrópole', 'Capital Regional', 'Centro Sub-regional', 'Centro de Zona' e 'Centro Local'. Desta forma, ao comparar a situação ocupacional dos indivíduos entre os anos t e $t + 1$, por exemplo, 2000 e 2001, a 'hierarquia de origem' será aquela onde ele trabalhava em 2000 e a 'hierarquia de destino' será aquela em que ele trabalhava em 2001; analogamente para o período 2001-2002, e assim em diante.

De acordo com os capítulos anteriores, dois aspectos são inerentes àqueles que realizam mobilidade espacial: 1) o indivíduo realiza mobilidade espacial na perspectiva de alcançar melhores condições socioeconômicas (REVENSTEIN, 1885; SINGER, 1976; BORJAS, 2000), e 2) existe seletividade positiva entre os migrantes, de modo que, aqueles que migram são, em geral, indivíduos mais motivados (SANTOS JUNIOR (2002)). Com isto, espera-se que as chances de mobilidade, relacionadas às variáveis de destino regional, apresentem valores positivos, tendo por hipótese que aqueles que realizam mobilidade espacial possuem mais chances de realizar mobilidade sócio-ocupacional ascendente do que aqueles que permanecem em seus locais de origem.

Além disso, espera-se observar maiores chances de mobilidade ascendente para aqueles que se destinaram a espaços urbanos hierarquicamente superiores a suas regiões de origem. E, considerando o caso específico do Brasil, que nos últimos anos tem apresentado um aumento expressivo na dinâmica dos municípios de médio porte, espera-se que tanto o volume de mobilidade espacial quanto as chances de mobilidade sócio-ocupacional sejam maiores e mais

significativas no nível hierárquico que engloba esses municípios ('Capital Regional')³⁴.

Além da variável dependente e das variáveis regionais de interesse, também são incluídas nos modelos variáveis de controle relativas aos indivíduos, como: nível de escolaridade, idade, experiência na ocupação e gênero. A inclusão destas variáveis tem por objetivo controlar por características observáveis ao nível do indivíduo e, com isso, dar melhor ajuste ao modelo. Espera-se, em relação à variável 'sexo', um valor positivo para as chances de mobilidade dos homens, tendo em vista que estes ainda apresentam participação no mercado de trabalho superior às mulheres (Oliveira, 1998).

Tomando por hipótese que mais tempo no mercado de trabalho implica mais experiência e, conseqüentemente, mais chances de se inserir em postos mais altos, espera-se que as chances de mobilidade possuam uma relação direta com as variáveis 'idade' e 'tempo de emprego no vínculo'. O mesmo espera-se para relação entre chances de mobilidade sócio-ocupacional e nível de escolaridade, tomando por hipótese que, quanto mais alta a escolaridade do indivíduo, maiores são suas possibilidades no mercado de trabalho. O quadro 01 apresenta e descreve cada uma das variáveis.

Quadro 1: Descrição das variáveis

Variável	Nome	Descrição
MSO	Mobilidade Sócio-ocupacional	Variável categórica que assume valor 1, se o indivíduo realizou mobilidade ascendente de um ano para o outro; 0 se o indivíduo permaneceu na mesma ocupação; e -1 se o indivíduo realizou mobilidade descendente.
Sexo	Sexo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo é do sexo masculino; e 0 se é do sexo feminino.
Fundamental Completo	Fundamental Completo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem nível de escolaridade fundamental completo; e 0 caso contrário.
Médio Completo	Médio Completo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem nível de escolaridade médio completo; e 0 caso contrário.

³⁴ Mais referências sobre este aspecto serão feitas no próximo capítulo.

Superior Completo	Superior Completo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem nível de escolaridade superior completo; e 0 caso contrário.
Idade 25-29 anos	Idade entre 25-29 anos	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem idade entre 25-29 anos; e 0 caso contrário.
Idade 30-34anos	Idade entre 30-34anos	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem idade entre 30-34 anos; e 0 caso contrário.
Idade 35-39 anos	Idade entre 35-39 anos	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem idade entre 35-39 anos; e 0 caso contrário.
Idade 40-44 anos	Idade entre 40-44 anos	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem idade entre 40-44 anos; e 0 caso contrário.
Idade 45-49 anos	Idade entre 45-49 anos	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo tem idade entre 45-49 anos; e 0 caso contrário.
Tempo de Emprego 13-48 meses	De 13 a 48 meses de tempo de emprego no vínculo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo está na mesma ocupação de 13 a 48 meses; e 0 caso contrário.
Tempo de Emprego 49-108 meses	De 49 a 108 meses de tempo de emprego no vínculo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo está na mesma ocupação de 49 a 108 meses; e 0 caso contrário.
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	109 ou mais meses de tempo de emprego no vínculo	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo está na mesma ocupação há 109 meses ou mais; e 0 caso contrário.
Destino 'ACP-SP'	Hierarquia de destino ACP-SP	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para ACP-SP; e 0 caso contrário.
Destino 'Metrópole'	Hierarquia de destino Metrópole	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para Metrópole; e 0 caso contrário.
Destino 'Capital Regional'	Hierarquia de destino Capital Regional	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para Capital Regional; e 0 caso contrário.
Destino 'Centro Sub-Regional'	Hierarquia de destino Centro Sub-regional	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para o Centro Sub-regional; e 0 caso contrário.
Destino 'Centro de Zona'	Hierarquia de destino Centro de Zona	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para o Centro de Zona; e 0 caso contrário.
Destino 'Centro Local'	Hierarquia de destino Centro Local	Dummy que assume valor 1 se o indivíduo migrou para o Centro Local; e 0 caso contrário.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Para variável 'idade', os indivíduos com idade entre 50-54 anos formam a categoria de referência; para variável 'tempo de emprego no vínculo', os indivíduos com 1-12 meses de tempo de emprego formam a categoria de referência; para variável escolaridade, os indivíduos sem escolaridade e com básico completo formam a categoria de referência.

Para estimar os diferenciais de chances de mobilidade sócio-ocupacional entre migrantes e não-migrantes, em regiões com hierarquias urbanas diferentes, utiliza-se modelos do tipo Logit Multinomial, pois estes são apropriados em casos onde a variável dependente é uma variável discreta que assume mais de duas categorias. As principais referências para a descrição do modelo aqui adotado estão em Wooldridge (2002), Cameron e Trivedi (2005) e Borooah (2002). De acordo com esses autores, os modelos Logit Multinomial incorporam apenas efeitos das características individuais, ou seja, incorporam apenas variáveis independentes que variam de acordo com os indivíduos, e não com as categorias assumidas pela variável dependente.

Considere uma variável dependente discreta, Y_i , que assume M alternativas ($j = 1, \dots, M$), para todo $i = 1, \dots, N$. Aqui, a variável dependente MSO_i é uma variável discreta que assume três categorias ($j = -1, 0, 1$), que representam, respectivamente, mobilidade sócio-ocupacional descendente, imobilidade, e mobilidade sócio-ocupacional ascendente. A utilidade que a i -ésima pessoa derivada da j -ésima alternativa pode ser representada por U_{ij} . Supondo que essa utilidade seja uma função linear de R fatores específicos aos indivíduos (variáveis independentes/determinantes), então a função utilidade deve ser escrita como:

$$U_{ij} = \sum_{r=1}^R \beta_{jr} X_{ir} + \varepsilon_{ij} \quad (4.2)$$

Onde, β_{jr} é o coeficiente associado à r -ésima característica ($r = 1, \dots, R$) para j -ésima categoria assumida pela variável dependente.

Um aumento em X_{ir} , no valor da r -ésima característica para a pessoa i , resultará em aumento na utilidade de i se $\beta_{jr} > 0$ e resultará em redução da utilidade se $\beta_{jr} < 0$. Como a relação entre a utilidade e as variáveis dependentes não é exata – pois existem fatores ausentes da equação ou medidos erroneamente – um termo de erro, ε_{ij} , é incluído na equação para captar a inexactidão da relação.

Assim, dado $j = 1, \dots, M$, a probabilidade de que $j = m$ para o indivíduo i é:

$$Pr(Y_i = m) = Pr(U_{im} > U_{ij}) \quad \forall \quad j = 1, \dots, M, j \neq m$$

$$Pr(\beta_{mr}X_{ir} + \varepsilon_{im} > \beta_{jr}X_{ir} + \varepsilon_{ij})$$

$$Pr(\varepsilon_{ij} - \varepsilon_{im} < \beta_{mr}X_{ir} - \beta_{jr}X_{ir}) \quad \forall (j = 1, \dots, M), j \neq m$$

Se os termos de erro ε_{ij} ($j = 1, \dots, M$) forem idêntica e independentemente distribuídos (iid), com distribuição $F(\varepsilon_{ij}) = \exp[\exp(-\varepsilon_{ij})]$, então a probabilidade de $j = m$ é dada por:

$$Pr(Y_i = m) = \frac{\exp(\beta_{mr}X_{ir})}{\sum_{j=1}^M \exp(\beta_{jr}X_{ir})} \quad (4.3)$$

Como as probabilidades $Pr(Y_i = j)$ somam 1 considerando todas as categorias (isto é, $\sum_{j=1}^M (Pr Y_i = j) = 1$), apenas $M - 1$ probabilidades podem ser determinadas independentemente, de modo que o modelo Logit Multinomial da equação 4.3 é indeterminado (Borooah, 2002).

Uma normalização conveniente, para resolver este problema, é considerar uma das categorias assumidas pela variável dependente Y_{ij} como categoria de referência. Substantivamente, considerando a categoria (-1) como categoria de referência, isto implica $\beta_{-1r} = 0$, $r = 1, \dots, R$. Para fins de simplificação, considere $Z_{ij} = \sum_{r=1}^R \beta_{jr}X_{ir}$, de modo que, de acordo com a normalização, $Z_{i(-1)} = 0$, e assim a equação 4.3 torna-se:

$$Pr(Y_i = -1) = \frac{1}{1 + \sum_{j=0}^1 \exp(Z_{ij})} \quad (4.4a)$$

$$Pr(Y_i = m) = \frac{\exp(Z_{im})}{1 + \sum_{j=0}^1 \exp(Z_{ij})}, m = 0, 1 \quad (4.4b)$$

Como estas não são relações lineares, os coeficientes destes modelos são estimados pelo método de máxima verossimilhança.

Das equações (4.4a) e (4.4b), o logaritmo da razão de probabilidade de $j = m$ em relação a $j = k$ é:

$$\log \left(\frac{Pr(Y_i=m)}{Pr(Y_i=k)} \right) = \sum_{r=1}^R (\beta_{mr} - \beta_{kr})X_{ir} = Z_{im} - Z_{ik} \quad (4.5)$$

Dessa forma, o logaritmo da Razão de Risco Relativo (RRR) (isto é, o logaritmo da razão de probabilidade relativa da categoria m em relação a k , ou $\log[Prob(Y_i = m)/prob(Y_i = k)]$ não depende das outras categorias que a variável Y_i possa assumir.

A Razão de Risco Relativo pode ser calculada tomando o exponencial. Novamente, tomando as categorias assumidas pela variável dependente desta tese (mobilidade sócio-ocupacional descendente (-1), imobilidade (0), e mobilidade sócio-ocupacional ascendente (1)), se, de (4.5), $k = -1$, o logaritmo da RRR é:

$$\begin{aligned} \log\left(\frac{Pr(Y_i=0)}{Pr(Y_i=-1)}\right) &= \sum_{r=1}^R \beta_{0r} X_{ir} = Z_{i0} \\ \log\left(\frac{Pr(Y_i=1)}{Pr(Y_i=-1)}\right) &= \sum_{r=1}^R \beta_{1r} X_{ir} = Z_{i1} \end{aligned} \quad (4.6)$$

E a RRR é calculada como:

$$\begin{aligned} \frac{Pr(Y_i=0)}{Pr(Y_i=-1)} &= \exp(\sum_{r=1}^R \beta_{0r} X_{ir}) = \exp(Z_{i0}) \\ \frac{Pr(Y_i=1)}{Pr(Y_i=-1)} &= \exp(\sum_{r=1}^R \beta_{1r} X_{ir}) = \exp(Z_{i1}) \end{aligned} \quad (4.7)$$

Para facilitar a interpretação da Razão de Riscos Relativos, a mesma será convertida em incremento percentual, que fornece as chances de mudança da categoria base para a categoria analisada em função das variações das características dos indivíduos, da seguinte maneira: $(RRR - 1) \cdot 100$. Em outras palavras, considerando o caso analisado nesta tese, o incremento percentual do coeficiente RRR deve ser interpretado como as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente dado que o indivíduo migrou para uma determinada hierarquia em relação às chances de mobilidade sócio-ocupacional descendente. As chances de mobilidade sócio-ocupacional serão calculadas a partir das sete equações descritas abaixo:

$$MSOi = \beta_{0i} + \beta_1 Mig_i + \varepsilon_i \quad (4.8)$$

Hierarquia de origem 'ACP de São Paulo'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_3 dest_METR_i + \beta_4 dest_CAP_i + \beta_5 dest_SUBREG_i + \beta_6 dest_ZONA_i + \beta_7 dest_LOCAL_i + \varepsilon_i \quad (4.9)$$

Hierarquia de origem 'Metrópole'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_2 dest_SP_i + \beta_4 dest_CAP_i + \beta_5 dest_SUBREG_i + \beta_6 dest_ZONA_i + \beta_7 dest_LOCAL_i + \varepsilon_i \quad (4.10)$$

Hierarquia de origem 'Capital Regional'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_2 dest_SP_i + \beta_3 dest_METR_i + \beta_5 dest_SUBREG_i + \beta_6 dest_ZONA_i + \beta_7 dest_LOCAL_i + \varepsilon_i \quad (4.11)$$

Hierarquia de origem 'Centro Sub-Regional'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_2 dest_SP_i + \beta_3 dest_METR_i + \beta_4 dest_CAP_i + \beta_6 dest_ZONA_i + \beta_7 dest_LOCAL_i + \varepsilon_i \quad (4.12)$$

Hierarquia de origem 'Centro de Zona'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_2 dest_SP_i + \beta_3 dest_METR_i + \beta_4 dest_CAP_i + \beta_5 dest_SUBREG_i + \beta_7 dest_LOCAL_i + \varepsilon_i \quad (4.13)$$

Hierarquia de origem 'Centro Local'

$$MSO_i = \beta_{0i} + \beta_1 X_i + \beta_2 dest_SP_i + \beta_3 dest_METR_i + \beta_4 dest_CAP_i + \beta_5 dest_SUBREG_i + \beta_6 dest_ZONA_i + \varepsilon_i \quad (4.14)$$

Onde:

MSO = mobilidade sócio-ocupacional;

Mig = *status* migratório;

MEsp = mobilidade espacial;

X_i = vetor de variáveis de controle para o indivíduo i ;

$dest_SP_i = dummy$ que assume valor um para os indivíduos que migraram para ‘ACP São Paulo’;

$dest_METR_i = dummy$ que assume valor 1 para os indivíduos que migraram para ‘Metrópole’;

$dest_CAP_i = dummy$ que assume valor 1 para indivíduos que migraram para ‘Capital Regional’;

$dest_SUBREG_i = dummy$ que assume valor 1 para indivíduos que migraram para ‘Centro Sub-regional’;

$dest_ZONA_i = dummy$ que assume valor 1 para os indivíduos que migraram para o ‘Centro de Zona’;

$dest_LOCAL_i = dummy$ que assume valor 1 para os indivíduos que migraram para o ‘Centro Local’;

ε_i = termo de erro aleatório;

β_{0i} = termo de intercepto;

β_1 = parâmetro para as variáveis de controle;

$\beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6$, e β_7 representam, respectivamente, as chances de mobilidade sócio-ocupacional para os migrantes com destino em ‘ACP-SP’, ‘Metrópole’, ‘Capital Regional’, ‘Centro de Sub-regional’, ‘Centro de Zona’ e ‘Centro Local’.

Assim, a equação (4.8) estima as chances de mobilidade sócio-ocupacional de migrantes em relação a não-migrantes. As equações 4.9 a 4.14 estimam as chances de mobilidade sócio-ocupacional dos migrantes em cada hierarquia de destino para cada hierarquia de origem.

O próximo capítulo apresenta a análise descritiva do comportamento da mobilidade sócio-ocupacional e da mobilidade espacial, bem como das demais variáveis presentes na análise. Em seguida apresenta e discute os resultados das estimativas obtidas para as chances de mobilidade sócio-ocupacional em diferentes destinos, dadas as hierarquias urbanas de origem.

5 CHANCES DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL, MOBILIDADE ESPACIAL E HIERARQUIA URBANA: APONTAMENTOS PARA UMA INTERAÇÃO

5.1 Introdução

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir dos dados e procedimentos econométricos descritos no capítulo 4. A próxima seção apresenta e discute algumas estatísticas descritivas referentes às principais variáveis envolvidas neste estudo. Esta análise proporciona informações importantes para o entendimento do padrão de comportamento das variáveis centrais que compõem o problema estudado e permite visualizar as mudanças ocorridas em relação a períodos anteriores. Além disso, ajuda a estabelecer algumas hipóteses e aponta para confirmação de outras, pré-estabelecidas no início da tese. A seção 5.3 apresenta e analisa as estimativas econométricas para os diferenciais de chances de mobilidade sócio-ocupacional, segundo o *status* de mobilidade espacial, para as hierarquias urbanas de origem e destino. O objetivo desta seção é identificar e analisar a relação entre mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial, e suas diferenciações nas escalas urbanas. Por fim, na seção 5.4 é feita uma análise das probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente de acordo com o nível de escolaridade e as hierarquias de origem e destino, com o objetivo de mostrar as diferenciações, entre as hierarquias urbanas, nas probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

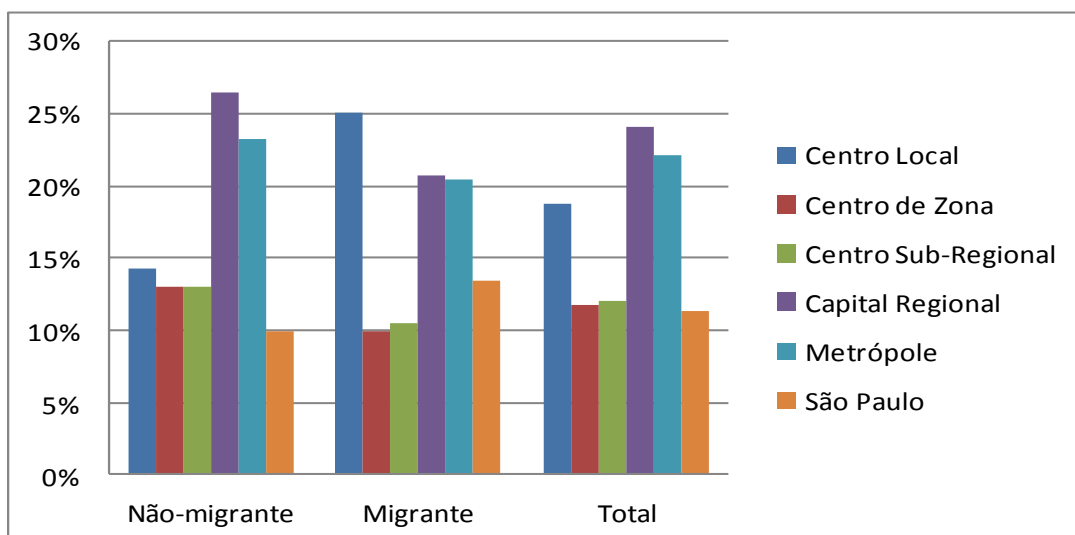
5.2 Perfil da mobilidade espacial e sócio-ocupacional no Brasil

Esta seção apresenta o perfil das mobilidades espacial e sócio-ocupacional no Brasil, no período 2000-2009. Tal análise possibilita a visualização do padrão de comportamento destas variáveis, o que ajuda na percepção da relação entre as mesmas e na análise de algumas hipóteses pré-estabelecidas. Iniciando a análise pela mobilidade espacial entre as hierarquias urbanas, observa-se, pelos GRAF. 1 e GRAF. 2, que o maior fluxo de trabalhadores formais está na hierarquia 'Centro

Local', seguido da 'Capital Regional' e 'Metrópole', respectivamente. Destaque para 'Capital Regional', que ao longo do período ultrapassou a 'Metrópole' (hierarquia imediatamente acima na escala urbana) na proporção de migrantes, o que indica um aumento no potencial atrativo de trabalhadores por parte desta escala urbana (GRAF. 2).

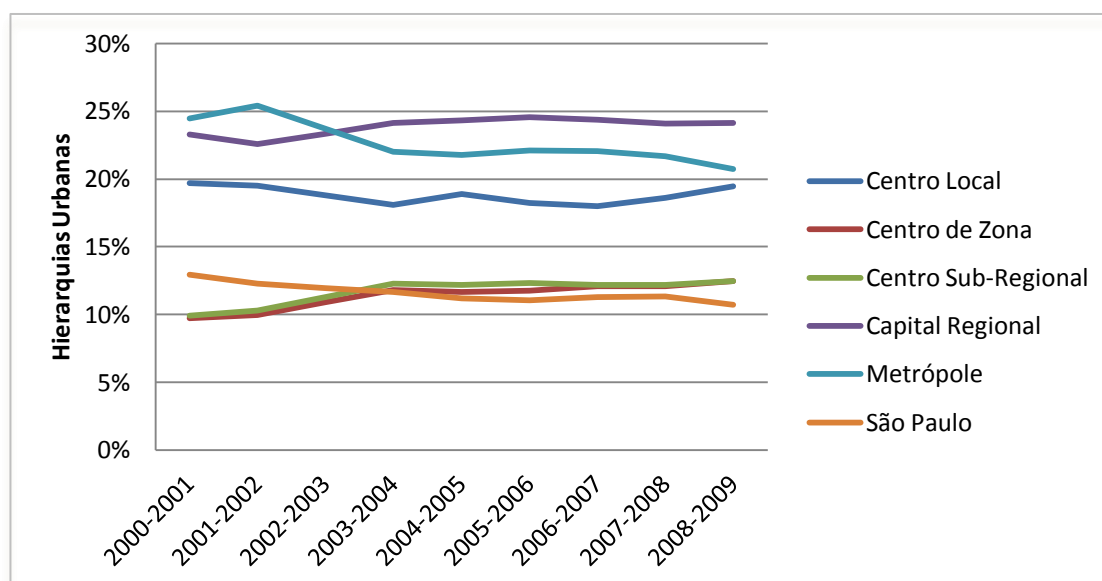
Também ganha destaque a ACP de 'São Paulo' que superava apenas as hierarquias 'Centro Sub-Regional' e 'Centro de Zona' em termos de participação relativa no número de imigrantes no início do período, mas ao longo do mesmo perde participação, sendo ultrapassada por ambas. Isto pode ser considerado uma evidência da perda relativa de atratividade da 'ACP-SP' como destino preferencial entre os trabalhadores. Pelo GRAF. 2 é possível notar a evolução da participação relativa de migrantes em cada hierarquia ao longo do período analisado. Destaca-se a progressiva redução do percentual de migrantes na 'ACP-SP', ao passo em que há crescente participação nos municípios que compõem as hierarquias 'Capital Regional', 'Centro Sub-Regional' e 'Centro de Zona'.

Gráfico 1: Distribuição dos Ocupados no Setor Formal por Hierarquia Urbana, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração Própria a partir dos da Rais-Migra 2000-2009.

Gráfico 2: Distribuição do Total de Migrantes por Hierarquia Urbana, Brasil, 2000-2009



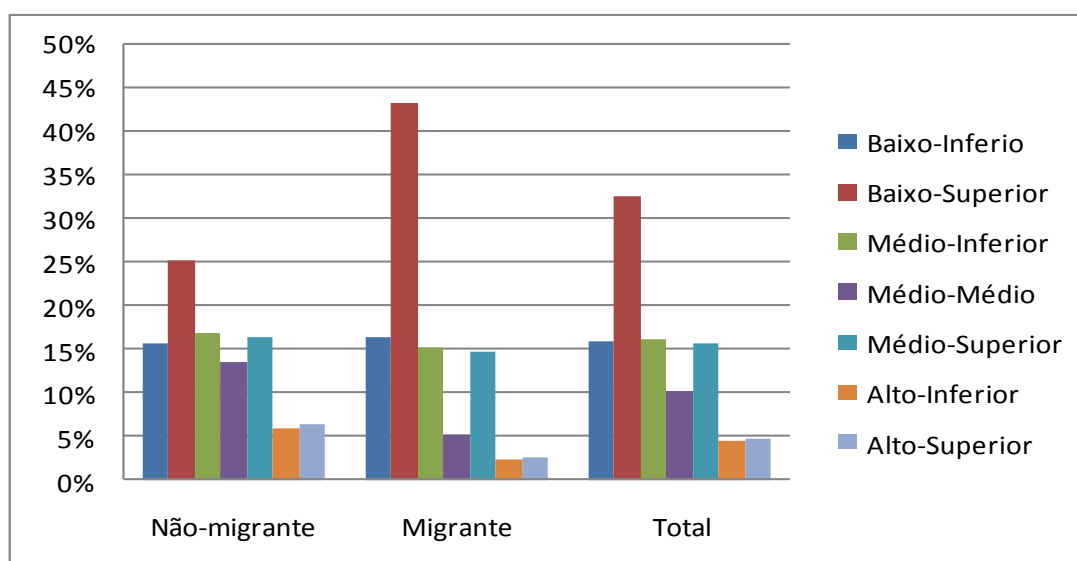
Fonte: Elaboração Própria a partir dos da Rais-Migra 2000-2009.

Em relação aos estratos sócio-ocupacionais, o GRAF. 03 destaca a forte participação de migrantes no estrato 'Baixo-Superior', representando mais de 40% do total. Destaque também para os estratos mais altos da escala sócio-ocupacional ('Alto-Superior' e 'Alto-Inferior'), como sendo os que apresentam menor participação de migrantes. No entanto, quando se observa a participação dos migrantes entre os estratos ao longo do período, destaca-se a progressiva queda destes nos estratos mais baixos da escala sócio-ocupacional ('Baixo-Superior', 'Baixo-Inferior' e 'Médio-Inferior'), ao passo que a participação nos estratos altos praticamente se manteve entre 2000 e 2009. Já nos estratos intermediários, a participação de migrantes aumentou progressivamente ao longo do período.

O fato da participação relativa de migrantes ter aumentado na 'ACP-SP' e ter reduzido em hierarquias intermediárias paralelamente à redução da participação de migrantes em estratos sócio-ocupacionais baixos e aumento nos estratos médios, aponta para mudanças no padrão de mobilidade espacial e sócio-ocupacional no Brasil. Nas décadas passadas, as oportunidades estavam concentradas nos aglomerados metropolitanos, especialmente São Paulo, e grande parte do contingente de migrantes era composta por trabalhadores rurais e com baixa qualificação, de modo que a grande parte da mobilidade sócio-

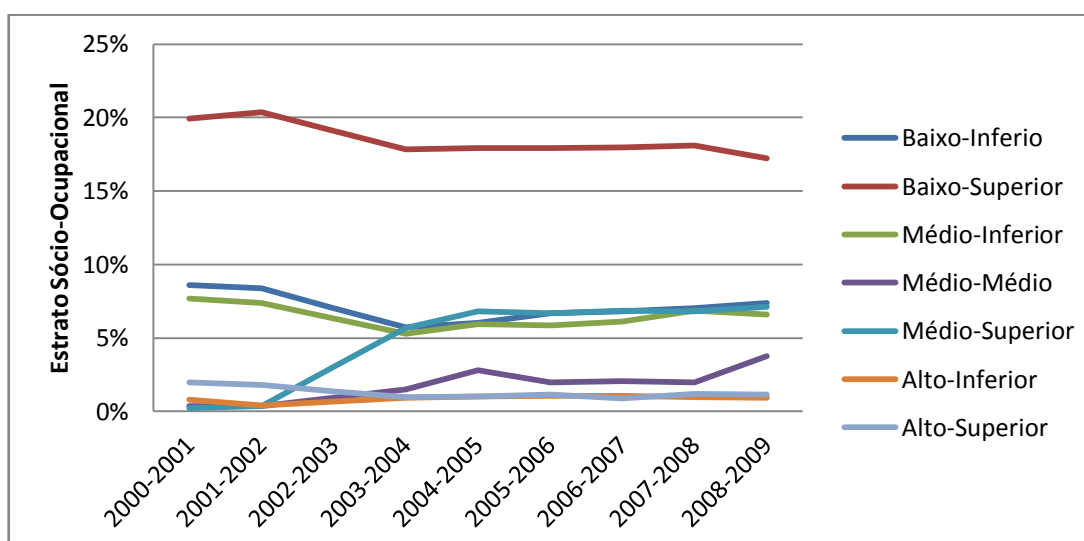
ocupacional consistia na saída de ocupações agrícolas para ocupações urbanas em estratos baixos. Contudo, o aumento da participação de migrantes em espaços de hierarquia urbana intermediária, somado ao aumento da participação de migrantes em estratos médios (e redução nos baixos), pode estar evidenciando que as oportunidades de progressão ocupacional estão sendo relativamente maiores nos novos espaços em desenvolvimento, e que exigem algum nível de qualificação.

Gráfico 3: Distribuição dos Ocupados no Setor Formal por Estrato Sócio-ocupacional, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração Própria a partir dos da Rais-Migra 2000-2009.

Gráfico 4: Distribuição do Total de Migrantes por Estratos Sócio-ocupacionais, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração Própria a partir dos da Rais-Migra 2000-2009.

A distribuição dos indivíduos entre as hierarquias urbanas de origem e destino é apresentada na TAB. 1. Como pode ser observado na diagonal principal desta tabela, os municípios que compõem a hierarquia 'Centro de Zona', seguidos dos que compõem as hierarquias 'Capital Regional' e 'Centro Sub-Regional', respectivamente, são os que apresentam maior taxa de imobilidade espacial no período. Em outras palavras, são os municípios que menos perderam trabalhadores, o que sugere maior capacidade de retenção de trabalhadores por partes destes em relação aos demais. Já o 'Centro Local' (último na hierarquia urbana), seguida da 'ACP-SP' (primeira na hierarquia urbana), são as que apresentam menor taxa de imobilidade (45,8% e 51,3, respectivamente), sendo, portanto, as hierarquias que mais perderam trabalhadores no período – do ponto de vista da origem espacial. Cabe ressaltar este resultado como uma das mais importantes revelações fornecidas pelos dados, indicando mudança no padrão dos fluxos migratórios.

Embora o 'Centro Local' – representando o espaço economicamente menos dinâmico – apresente perfil de forte perda de trabalhadores, a 'ACP-SP' – que há décadas era o principal destino – nos últimos anos não só apresenta forte saída de trabalhadores, como também não é mais o principal destino, indicando perda da capacidade de atração deste espaço. Além disso, o fato da 'Capital Regional', hierarquia intermediária na escala urbana, ter sido a que mais recebeu trabalhadores – enquanto a 'ACP-SP' foi a segunda que menos recebeu – confirma que, nesse período, houve uma tendência de maior fluxo em direção aos municípios de médio porte.

Durante todo processo migratório das décadas 1950-1970 no Brasil, o padrão predominante do fluxo era de origem na área rural e na região Nordeste, com destino concentrado nas grandes áreas metropolitanas em desenvolvimento, especialmente São Paulo. Tal padrão se manteve até a década de 1980, contudo, como mostram outros estudos (Diniz, 1993; Diniz e Crocco, 1996; Matos e Braga, 2001; Brito *et al.*, 2001; Silva e Rodrigues, 2009), a partir da década de 1990, fatores como o congestionamento dos grandes centros e a necessidade por parte do capital de buscar novos espaços de acumulação impulsionam o redirecionamento dos investimentos e, conseqüentemente, da população, para

idades que, mesmo num nível inferior na escala urbana, apresentam potencial de desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados da TAB. 2 mostram que esta tendência, que vinha sendo observada desde a década de 1990 em outros estudos, se confirma na década de 2000. Ou seja, o fluxo migratório apresenta uma tendência contrária a de décadas passadas, de modo que o destino migratório não mais se concentra no nível mais alto da escala hierárquica urbana, mas sim apresenta uma maior distribuição da força de trabalho entre os centros urbanos intermediários. Paralelamente, nota-se também nos padrões de distribuição econômica locacional, de modo que embora a 'ACP-SP' ainda represente o principal centro urbano do país, o aumento na dinâmica nos centros intermediários tem sido relativamente maior. Isto, juntamente com o esgotamento dos grandes centros, tem proporcionado uma maior distribuição do fluxo migratório nos últimos anos. Outro indicativo disto é que, dentre os que saíram do 'Centro Local' (localidade que mais perdeu trabalhadores e última na hierarquia da escala urbana), o principal destino não foi a 'ACP-SP', como tradicionalmente se observaria, mas as hierarquias 'Metrópole' (15,7%) e 'Capital Regional' (14,5%), respectivamente.

Tabela 2 - Mobilidade espacial entre hierarquias Urbanas, Brasil, 2000-2009 (em %)

Região de Origem	Região de Destino						Total
	Centro Local	Centro de Zona	Centro Sub-regional	Capital Regional	Metrópole	ACP-SP'	
Centro Local	45,8	7,4	6,5	14,5	15,7	10,1	100,0
Centro de Zona	11,2	65,4	5,6	8,8	5,9	3,2	100,0
Centro Sub-regional	10,0	5,4	63,5	10,4	7,7	3,1	100,0
Capital Regional	11,7	4,1	4,8	64,6	9,7	5,1	100,0
Metrópole	13,8	3,0	4,2	10,4	61,1	7,6	100,0
São Paulo	17,0	3,5	3,4	11,2	13,6	51,3	100,0
Total	18,8	11,7	12,0	24,1	22,1	11,4	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Mais um resultado diferente do padrão predominantemente observado em períodos anteriores é que, dentre os que saíram do topo da hierarquia urbana ('ACP-SP'), o principal destino foi a última hierarquia na escala urbana ('Centro Local'). Migrar hierarquia urbana superior para a inferior parece um resultado contra-intuitivo levando-se em consideração que os indivíduos migram em busca de locais onde possam ter maiores chances de melhorar suas condições

socioeconômicas (Ravenstein, 1885; Lee, 1966). Um dos possíveis fatores para explicar este resultado é a migração de retorno, pois, de acordo com alguns autores (Oliveira e Jannuzzi, 2005 e Siqueira *et al.*, 2008), este é um fenômeno que vem sendo bastante observado no Brasil, na última década. Contudo, a forma como os dados da Rais-Migra foram organizados para esta tese não permite identificar os movimentos dos mesmos indivíduos ao longo do tempo³⁵.

Desta forma, não é possível visualizar o primeiro local de origem dos trabalhadores (local de nascimento ou primeiro ponto de deslocamento) e, portanto, não é possível afirmar se os indivíduos que saíram da 'ACP-SP' em direção ao 'Centro Local' possuem origem na 'ACP-SP' ou são do 'Centro Local' e estão voltando para residência original. Mas dado o fato de que, nas décadas anteriores, muitos trabalhadores saíram das regiões mais atrasadas do país em direção a 'ACP-SP' e, atualmente, muitos estão fazendo o caminho de volta, este resultado mostrado na TAB. 2 pode estar captando parte dessa migração de retorno. Segundo Oliveira e Jannuzzi (2005) e Siqueira *et al.* (2008), dentre os principais motivos para a migração de retorno estão a dificuldade de inserção no mercado de trabalho no local de destino – o que indica um esgotamento dos grandes centros para absorver os trabalhadores – e a melhoria das condições de vida no local de origem, geradas, principalmente, pelos programas governamentais de transferência de renda, após 2002, além da complexificação da rede urbana brasileira.

A TAB. 3 mostra a distribuição dos trabalhadores entre estratos sócio-ocupacionais de origem e destino, no período 2000-2009. Os resultados mostram que a maior parte da mobilidade sócio-ocupacional ocorrida no período é de curta distância, para todos os estratos; o que já era esperado uma vez que se trata de uma análise de mobilidade intrageracional. Assim, a mobilidade sócio-ocupacional é maior em direção aos estratos vizinhos, e diminui gradativamente na medida em que os estratos vão se tornando hierarquicamente mais distantes. Embora o

³⁵ Como a Rais-Migra registra todos os movimentos dos indivíduos ao longo do tempo, é possível, usando esta base, realizar estudos longitudinais. Contudo, devido à abrangência temporal e espacial desta tese – a análise engloba 10 anos e todo território nacional – se tornaria operacionalmente inviável fazer uma análise em painel devido à enorme quantidade de observações.

volume de mobilidade sócio-ocupacional descendente, no período, tenha sido ligeiramente maior que volume de mobilidade sócio-ocupacional ascendente³⁶, a mobilidade é maior entre os estratos mais baixos, e menor entre os estratos altos. Por exemplo, o estrato que apresentou a menor taxa de imobilidade foi o 'Baixo-Inferior', o qual ao mesmo tempo também apresenta a maior taxa de mobilidade ascendente em direção um único estrato, a saber, do 'Baixo-Inferior' para o 'Baixo-Superior' (30,3%). Ao mesmo tempo, o estrato 'Alto-Superior' é o que apresenta maior taxa de imobilidade.

Tabela 3 - Mobilidade sócio-ocupacional, Brasil, 2000-2009 (em %)

Estrato Sócio-ocupacional de Origem	Estrato Sócio-ocupacional de Destino							Total
	Baixo-Inferior	Baixo-Superior	Médio-Inferior	Médio-Médio	Médio-Superior	Alto-Inferior	Alto-Superior	
Baixo-Inferior	53,7	30,3	7,5	2,6	5,7	0,1	0,1	100,0
Baixo-Superior	15,2	58,1	11,4	5,4	9,2	0,4	0,3	100,0
Médio-Inferior	7,2	22,9	54,0	6,6	8,5	0,3	0,4	100,0
Médio-Médio	3,9	16,7	9,0	54,1	12,9	2,0	1,5	100,0
Médio-Superior	5,9	19,3	9,3	8,1	53,8	1,7	2,1	100,0
Alto-Inferior	0,6	3,5	1,5	5,8	6,4	71,5	10,6	100,0
Alto-Superior	0,6	5,4	3,9	4,8	6,6	7,1	71,7	100,0
Total	16,0	32,7	16,1	10,2	15,7	4,4	4,8	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

O período de 2000-2009 foi um período de crescimento econômico, a despeito das crises ocorridas em seu início e no final. Tal aumento na dinâmica econômica provavelmente está entre os principais fatores que impulsionaram o maior volume de mobilidade entre os estratos mais baixos, e que manteve os que estavam nos estratos altos. Além disso, não só houve aumento do dinamismo econômico, como também este ganhou novos espaços, de modo que as oportunidades ocupacionais não mais se concentravam apenas nos grandes centros, mas também se expandiam para as áreas periféricas. Como mostra a TAB. 4, a magnitude da mobilidade sócio-ocupacional foi maior nas áreas hierarquicamente intermediárias do que no principal centro urbano do país.

³⁶ Mobilidade sócio-ocupacional descendente: 21,7%; imobilidade sócio-ocupacional: 57%; mobilidade sócio-ocupacional ascendente: 21,3%.

De acordo com a TAB. 4, a mobilidade sócio-ocupacional foi maior para aqueles que tiveram como destino a 'Capital Regional', e foi menor entre os que foram para 'ACP-SP'. São também 'Capital Regional', seguida da 'Metrópole', as únicas hierarquias onde houve maior mobilidade sócio-ocupacional ascendente do que descendente. Mais uma vez, estes números apontam para um maior dinamismo econômico dos centros intermediários, os quais vêm apresentando relativamente maiores oportunidades de inserção e ascensão sócio-ocupacional. Novamente, é possível perceber mudanças em relação ao padrão das décadas passadas, dada a reversão dos movimentos espaciais da força de trabalho, indicando diferenciação nas dinâmicas econômicas locais.

Tabela 4 - Mobilidade Sócio-ocupacional por Hierarquia Urbana de Destino - Brasil - 2000-2009 (em %)

	Região de Destino						Total
	Centro Local	Centro de Zona	Centro Sub-regional	Capital Regional	Metrópole	ACP-SP	
Mobilidade Sócio-ocupacional Descendente	22,4	9,5	9,8	22,0	23,4	13,0	100,0
Imobilidade Sócio-ocupacional	16,3	13,6	13,9	25,3	20,7	10,2	100,0
Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente	21,5	8,9	9,3	23,1	24,4	12,8	100,0
Total	18,8	11,7	12,0	24,1	22,1	11,4	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009

A partir deste ponto, as variáveis 'mobilidade sócio-ocupacional' e 'mobilidade espacial' serão analisadas por sexo, faixa etária, tempo de emprego e nível de escolaridade. Este é um ponto importante, tendo em vista o papel fundamental destas variáveis para a posição dos indivíduos no mercado de trabalho; além destas serem as variáveis de controle incluídas nos modelos estimados a serem apresentados na próxima seção. As TAB. 5 e a TAB. 6 mostram a distribuição da mobilidade espacial e sócio-ocupacional, respectivamente, por gênero. Confirmando o que já havia sido observado em estudos anteriores e as hipóteses estabelecidas na literatura, os homens tendem a migrar mais que do as mulheres. Comportamento semelhante se observa em relação à mobilidade sócio-ocupacional: é maior entre os homens do que entre as mulheres. Este resultado pode estar relacionado, entre outros fatores, ao fato de que muitos dos setores mais dinâmicos nos últimos anos, como por exemplo, o da construção civil,

emprega trabalhadores predominantemente do sexo masculino (RAIS, 2009). Além disso, existe uma rigidez no que diz respeito à inserção ocupacional por sexo, estando as mulheres mais vinculadas a algumas ocupações³⁷, tendo como resultado uma menor mobilidade.

Tabela 5 - Mobilidade Espacial por Gênero, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Mobilidade Espacial Descendente	26,2	73,8	100,0
Imobilidade Espacial	39,7	60,3	100,0
Mobilidade Espacial Ascendente	27,0	73,0	100,0
Total	34,3	65,7	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Tabela 6 - Mobilidade Sócio-ocupacional por Gênero, Brasil, 2000-2009 (%)

	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Mobilidade Sócio-ocupacional Descendente	31,0	69,0	100,0
Imobilidade Sócio-ocupacional	36,6	63,4	100,0
Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente	31,5	68,6	100,0
Total	34,3	65,7	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

A TAB. 7 e a TAB. 8 mostram a distribuição da mobilidade espacial e sócio-ocupacional, respectivamente, por faixa etária. Também de acordo com as hipóteses das teorias sobre migração, os resultados mostram que o volume da mobilidade espacial no período é maior e crescente entre as faixas etárias mais jovens, e começa a decrescer a partir da faixa '40-44 anos'. O mesmo comportamento se observa em relação à mobilidade sócio-ocupacional. Isto pode estar indicando que, à semelhança da mobilidade espacial, a mobilidade sócio-

³⁷ Ver Lavinhas (1997).

ocupacional é mais provável entre trabalhadores mais jovens e, consequentemente, com menos experiência no mercado de trabalho, para os quais os custos de iniciar numa nova ocupação podem ser menores e/ou mais facilmente recuperáveis. Além disso, existe neste resultado um efeito de ciclo vida, de modo que os mais jovens ainda estão construindo sua trajetória ocupacional – sendo, portanto, mais expostos à mobilidade.

Tabela 7 - Mobilidade Espacial por Faixa Etária, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Faixa Etária						Total
	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	
Mobilidade Espacial Descendente	16,2	19,1	19,7	18,8	15,7	10,5	100,0
Imobilidade Espacial	15,8	17,9	18,0	17,8	16,3	14,2	100,0
Mobilidade Espacial Ascendente	16,7	19,6	19,7	18,8	15,2	10,1	100,0
Total	16,1	18,5	18,7	18,2	16,0	12,6	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Tabela 8 - Mobilidade Sócio-ocupacional por Faixa Etária, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Faixa Etária						Total
	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	
Mobilidade Sócio-ocupacional Descendente	15,7	18,8	18,8	18,3	16,2	12,2	100,0
Imobilidade Sócio-ocupacional	16,2	18,3	18,4	18,0	16,1	13,1	100,0
Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente	16,1	18,8	19,3	18,7	15,5	11,7	100,0
Total	16,1	18,5	18,7	18,2	16,0	12,6	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

As TAB. 9 e TAB. 10 apresentam a distribuição da mobilidade espacial e da mobilidade sócio-ocupacional, respectivamente, por tempo de emprego no vínculo. Como pode ser observado, em relação à mobilidade espacial, não há muita variação entre a mobilidade ascendente e a descendente, sendo que para aqueles que estão a menos tempo nos vínculos a mobilidade, tanto para cima quanto para baixo, é maior que a imobilidade. Isto pode estar relacionado ao fato de que pessoas há menos tempo em seus vínculos podem ainda não ter

desenvolvido certa estabilidade e, por isso, possuem uma tendência maior a buscar trabalho em outros locais. O mesmo comportamento ocorre em relação à mobilidade sócio-ocupacional. Contudo, a mobilidade sócio-ocupacional ascendente, além de ser maior que a imobilidade, é ligeiramente maior que a mobilidade descendente para aqueles que possuem menos tempo de vínculo, o que mais uma vez mostra a maior tendência de mobilidade entre os que possuem menos tempo de emprego no vínculo.

Tabela 9 - Mobilidade Espacial por Tempo de Emprego no Vínculo, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Tempo de Emprego				Total
	1-12 meses	13-48 meses	49-108 meses	109 meses ou mais	
Mobilidade Espacial Descendente	28,7	31,3	19,3	20,7	100,0
Imobilidade Espacial	24,0	28,5	23,9	23,6	100,0
Mobilidade Espacial Ascendente	28,3	32,1	19,3	20,3	100,0
Total	25,9	29,8	22,0	22,3	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Tabela 10 - Mobilidade Sócio-ocupacional por Tempo de Emprego no Vínculo, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Tempo de Emprego				Total
	1-12 meses	13-48 meses	49-108 meses	109 meses ou mais	
Mobilidade Sócio-ocupacional Descendente	26,5	33,0	21,1	19,4	100,0
Imobilidade Sócio-ocupacional	24,9	27,4	22,8	24,9	100,0
Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente	27,7	33,1	20,9	18,3	100,0
Total	25,9	29,8	22,0	22,3	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

As TAB. 11 e TAB. 12 mostram a distribuição da mobilidade espacial e sócio-ocupacional, respectivamente, segundo o nível de escolaridade. De acordo com os dados, a magnitude da mobilidade, tanto espacial quanto sócio-ocupacional, está concentrada nos níveis mais altos de escolaridade (médio completo e superior completo). Tal resultado sugere uma mudança no perfil educacional dos

migrantes na última década, em relação aos migrantes do período 1950-1970. Como destacado anteriormente, o perfil do migrante, na fase de intensificação do processo de urbanização no país, era de indivíduos com origem na área rural, ou nas regiões mais atrasadas do país, que possuíam pouca ou nenhuma qualificação, e migravam para as áreas em expansão econômica como uma tentativa de melhorar suas condições de vida.

Por terem baixa qualificação e viverem em locais economicamente atrasados, a grande maioria dos migrantes daquele período também tinham origem ocupacional em estratos de nível baixo. Assim, migrar para áreas urbanas, onde as atividades econômicas se desenvolviam e novas ocupações surgiam, representava aumentar as chances de alcançar ocupações hierarquicamente superiores às suas ocupações de origem. Ainda assim, pelo fato de possuírem baixa qualificação, a ascensão ocupacional dos migrantes era, em grande parte, de curta distância, sendo muitas vezes uma mudança setorial, de uma ocupação agrícola para uma ocupação industrial pertencente a estratos inferiores.

Contudo, nos últimos anos, com os avanços tecnológicos do setor produtivo e o congestionamento dos grandes centros, o mercado de trabalho, principalmente nas hierarquias superiores da rede urbana, tem se tornado cada vez mais exigente em termos de qualificação. Dessa forma, as chances de inserção e ascensão ocupacional têm se tornado cada vez menores para aqueles trabalhadores com baixa escolaridade, que saem de centros urbanos inferiores em direção a localidades mais diversificadas. Atualmente, as chances de ascensão sócio-ocupacional, não só em grandes centros, mas também naqueles que estão em processo de diferenciação de suas funções urbanas, dependem fundamentalmente da qualificação dos indivíduos. Deste modo, para os menos qualificados, a migração, especialmente em direção aos grandes centros, já não representa mais um meio seguro de ascensão sócio-ocupacional, como aconteceu em décadas passadas.

A predominância de mobilidade espacial entre indivíduos mais qualificados também sugere auto-seleção positiva dos migrantes, fenômeno já comprovado em outros trabalhos (Borjas, 1987; Santos Júnior, 2002). Contudo, atualmente, as características de seletividade dos migrantes (motivação, habilidades) são

reforçadas por fatores como as crescentes exigências de qualificação do mercado de trabalho, especialmente nos centros superiores na rede urbana. Ou seja, diante das crescentes exigências do mercado de trabalho, a mobilidade espacial tem passado a ser cada vez mais uma prática entre aqueles trabalhadores que possuem algum diferencial em termos de qualificação profissional.

Tabela 11 - Mobilidade Espacial por Nível de Escolaridade, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Nível de Escolaridade					Total
	Sem Instrução	Básico Completo	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo	
Mobilidade Espacial Descendente	0,7	3,4	9,7	50,6	35,7	100,0
Imobilidade Espacial	6,4	12,1	17,4	35,8	28,4	100,0
Mobilidade Espacial Ascendente	0,7	3,3	9,2	50,8	36,1	100,0
Total	4,1	8,5	14,1	41,9	31,5	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Tabela 12 - Mobilidade Sócio-ocupacional por Nível de Escolaridade, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Nível de Escolaridade					Total
	Sem Instrução	Básico Completo	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo	
Mobilidade Sócio-ocupacional Descendente	1,3	5,5	12,5	47,7	33,0	100,0
Imobilidade Sócio-ocupacional	6,1	10,7	15,5	37,3	30,3	100,0
Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente	1,3	5,4	12,0	48,2	33,1	100,0
Total	4,1	8,5	14,1	41,9	31,5	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Por fim, outro dado que aponta para a mudança no perfil do destino e da escolaridade dos migrantes está apresentado na TAB. 13. Esta mostra a distribuição do nível de escolaridade dos migrantes por hierarquia de destino. Os números mostram que os migrantes com menor nível de escolaridade (sem instrução, básico completo e fundamental completo) concentram-se nos municípios que compõem as três últimas hierarquias da escala urbana. Por outro

lado, os migrantes mais qualificados (médio completo e superior completo), concentram-se nas hierarquias 'Metrópole' e 'Capital Regional'. Ou seja, além do contingente de migrantes na última década ser composto, predominante, por indivíduos mais qualificados, o destino destes migrantes não é mais concentrado na 'ACP-SP', mas em centros urbanos intermediários. Este cenário é bastante diferente daquele observado no período 1950-1970, marcado por intenso processo migratório, no qual grande parte dos migrantes possuía baixa qualificação e tinham como destino o principal centro urbano do país.

Tabela 13 - Nível de Escolaridade dos Migrantes, por Hierarquia Urbana de Destino, Brasil, 2000-2009 (em %)

	Região de Destino						Total
	Centro Local	Centro de Zona	Centro Sub-regional	Capital Regional	Metrópole	ACP-SP	
Sem Instrução	36,5	13,6	9,8	15,6	15,7	8,8	100,0
Básico Completo	37,1	13,0	10,4	17,8	13,6	8,1	100,0
Fundamental Completo	31,7	10,9	12,0	19,8	17,3	8,2	100,0
Médio Completo	23,6	10,1	11,0	21,5	20,7	13,2	100,0
Superior Completo	24,2	8,9	9,5	20,3	21,5	15,7	100,0
Total	25,1	9,9	10,5	20,7	20,4	13,4	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISMIGRA - 2000-2009.

Dado este quadro, considera-se importante entender como se dá a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenciação urbana dos locais de origem e destino – representados pelos níveis hierárquicos definidos pelo Regic. Assim, a próxima seção apresenta e discute as estimativas, obtidas através de modelos logit multinomial, para as diferenças nas chances de mobilidade sócio-ocupacional entre trabalhadores migrantes e não-migrantes, no setor formal, de acordo com as posições hierárquicas dos locais de origem e destino no sistema de cidades brasileiro.

5.3 Mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial: diferenciais de chances de acordo a diferenciação das hierarquias urbanas de origem e destino

Nesta seção busca-se encontrar resultados que mostrem a existência de diferenças nas chances de mobilidade sócio-ocupacional entre migrantes e os que permanecem em seus locais de origem, e como essas chances se

diferenciam de acordo com a diferenciação existente entre as hierarquias de origem e destino. Em outras palavras, busca-se analisar se indivíduos que migram possuem mais chances de ascender na escala sócio-ocupacional, e se essas chances se diferenciam de acordo com a posição na escala hierárquica urbana das localidades de origem e destino.

Antes de iniciar propriamente a análise, são apresentados, na TAB. 14, os resultados para as chances de mobilidade sócio-ocupacional de acordo com o *status* de mobilidade espacial dos trabalhadores. A variável dependente é a mobilidade sócio-ocupacional; uma variável categórica que assume valor 1, se o indivíduo realiza mobilidade ascendente; 0, se permanece na mesma ocupação; e -1, se realiza mobilidade descendente, sendo esta última a categoria de referência. A variável independente é o *status* migratório, também uma variável categórica, que assume valor 1, se o indivíduo é migrante; e 0, se é não-migrante.

Tabela 14 – Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Socio-ocupacional, de acordo com Status Migratório, Brasil, 2000-2009

Imobilidade socio-ocupacional		Mobilidade Socio-ocupacional Ascendente	
Migrante	0,223*** █(0,001)	Migrante	1,267*** █(0,010)
Constante	38,234*** █(0,000)	Constante	0,781*** █(0,000)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade socio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade socio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

Pseudo R² = 0,0171

N= 12.681.114

Os resultados mostram que se o indivíduo é migrante, ele possui 77,7% a menos de chances de cair na escala sócio-ocupacional em relação a permanecer na

mesma ocupação³⁸. E, se ele é migrante, possui chances de 26,7% de mobilidade ascendente, em relação à mobilidade descendente. Em outras palavras, as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente entre os migrantes são maiores que as chances de assumir uma posição inferior na hierarquia ocupacional. Este resultado aponta para confirmação da hipótese que migrantes possuem mais chances de fazer movimentos ascendentes na escala sócio-ocupacional que trabalhadores que permanecem em seus locais de origem.

No período entre as décadas 1950-1970 a migração representou um meio eficaz para realizar mobilidade social. Este período, de início e consolidação do processo de urbanização e industrialização no país, apresentou altas taxas de ascensão sócio-ocupacional entre aqueles que deixaram as áreas rurais e as regiões economicamente mais atrasadas e se destinaram aos centros urbanos em expansão econômica – especialmente São Paulo. Contudo, a forte concentração, econômica e populacional, em São Paulo, juntamente com a crise vivida na década de 1980, fizeram com que as altas taxas de mobilidade observadas até então se reduzissem. Mesmo assim, embora em menores proporções, os resultados apresentados na TAB. 14 mostram que a migração ainda está associada a chances de ascensão sócio-ocupacional. Isto porque, apesar do congestionamento nos grandes centros – para onde tradicionalmente os migrantes se destinavam e alcançavam melhores condições de vida –, atualmente novos espaços estão ganhando uma nova dinâmica econômica e, conseqüentemente, surgem como uma alternativa de novos destinos, onde é possível, para os trabalhadores, encontrar oportunidades de mudanças em suas condições sócio-ocupacionais.

Diante disto, considera-se relevante estimar as chances de mobilidade sócio-ocupacional dos migrantes de acordo com as diferenciações na estrutura urbana dos locais de origem e destino – que aqui serão representadas pela escala de hierarquia urbana definida na seção 4.3 –, de modo a analisar como essas chances mudam na medida em que as hierarquias se diferenciam. Tais

³⁸ Todos os resultados para os modelos logit multinomial apresentados nesta seção são interpretados em termos do incremento percentual da Razão de Riscos Relativos (RRR), calculado da seguinte forma: $(RRR - 1) \cdot 100$.

estimativas foram obtidas a partir das equações apresentadas no capítulo 4, e os resultados estão apresentados nas tabelas 15 a 20. A variável dependente é a mobilidade sócio-ocupacional, estabelecida da maneira descrita anteriormente. A primeira coluna das TAB. 15 a TAB. 20 contém a descrição das variáveis presentes nas equações – variáveis de controle por características de mercado de trabalho dos indivíduos e variáveis de hierarquia de destino dos migrantes. As demais colunas contém os resultados da razão de riscos relativos (RRR) para imobilidade e mobilidade sócio-ocupacional ascendente, respectivamente, *vis-à-vis* a mobilidade sócio-ocupacional descendente.

A TAB. 15 apresenta os resultados para aqueles que tiveram a ‘ACP-SP’ como hierarquia de origem. As variáveis: “Destino ‘Metrópole’”, “Destino ‘Capital Regional’”, “Destino ‘Centro Sub-Regional’”, “Destino ‘Centro de Zona’” e “Destino ‘Centro Local’” são variáveis *dummy* que assumem valor 0 se o indivíduo, em um determinado ano, estava na ‘ACP-SP’ e permaneceu nesta no ano seguinte; e 1 se o indivíduo tinha origem na ‘ACP-SP’ em um determinado ano e no ano seguinte migrou para alguma das demais hierarquias³⁹. Iniciando pela análise das chances relativas de imobilidade *vis-à-vis* às chances de mobilidade sócio-ocupacional descendente, para migrantes em relação a não-migrantes, os resultados mostram chances positivas e significativas não só para os que têm origem na ‘ACP-SP’, mas também para os que possuem origem em todas as demais classificações. No que diz respeito à hierarquia urbana, nota-se que não necessariamente é obedecida uma ordem, de modo que não se observam chances crescentes juntamente com a posição na escala urbana.

Por exemplo, entre aqueles que saíram da ‘ACP-SP’, as chances de permanecer na mesma ocupação *vis-à-vis* as chances de mobilidade descendente são maiores para os que migraram para as classificações ‘Centro Sub-regional’, ‘Centro de Zona’ e ‘Capital Regional’, respectivamente, à frente da ‘Metrópole’, que é a segunda na escala de hierarquia urbana. Isto pode ser uma indicação de que os maiores centros urbanos do país não mais, necessariamente, consistem

³⁹ Nas demais tabelas, que apresentam os resultados para as demais hierarquias de origem, as variáveis de destinos são determinadas de forma análoga.

os melhores destinos para aqueles que buscam, ao migrar, melhores oportunidades ocupacionais. Outro resultado que reforça esta indicação é que o 'Centro Local', última na hierarquia urbana, foi a localidade de destino que apresentou maiores chances de imobilidade – em relação às chances de mobilidade descendente – para os migrantes com origem em todas as demais hierarquias urbanas.

Embora aqui a ideia para sequência da análise dos modelos seja seguir a ordem decrescente da hierarquia urbana, é pertinente neste ponto destacar um outro resultado relacionado ao 'Centro Local', que também chama atenção. De acordo com os resultados apresentados na TAB. 20, dentre aqueles que saíram dos municípios pertencentes a esta hierarquia, as chances de imobilidade são maiores para os que tiveram como destino a hierarquia 'Centro de Zona' (450,4%) –imediatamente superior à 'Centro Local' na escala urbana – e vão decrescendo na medida em que vai se elevando o nível de hierarquia urbana, de modo que as chances são menores para àqueles que se destinaram a 'ACP-SP' (127,1%). Este é mais um resultado que chama atenção por apontar uma mudança no padrão da relação entre mobilidade espacial e mobilidade sócio-ocupacional no Brasil.

Durante o processo de intensa migração entre as décadas de 1950-1970, grande parte das altas taxas de mobilidade social registradas era atribuída a indivíduos que deixavam os locais mais atrasados (o que seria equivalente à última escala urbana), e migravam para os grandes centros, com destaque para São Paulo. Contudo, o que os resultados mostram é que, atualmente, para os migrantes com origem no 'Centro Local', o risco relativo de permanecer no mesmo estrato sócio-ocupacional *vis-à-vis* o risco de cair na escala ocupacional, em relação aos não-migrantes, decresce na medida em que os locais de destino sobem na hierarquia urbana. Em outras palavras, no que diz respeito ao risco relativo de imobilidade *vis-à-vis* à mobilidade sócio-ocupacional descendente, as melhores oportunidades ocupacionais parecem estar associadas à migração de curta distância, e em direção a centros de escala urbana intermediária.

Ainda em relação a este resultado, alguns aspectos merecem ser destacados. De acordo com os dados, entre 2000 e 2009, cerca de 20% dos trabalhadores formais migrantes 'sem instrução' e de 20% dos trabalhadores migrantes com

nível de escolaridade 'básico completo' tiveram origem no 'Centro Local'. Isto significa que grande parte dos trabalhadores menos qualificados saiu dos municípios que formam esta hierarquia urbana. Atualmente, o estágio de desenvolvimento da 'ACP-SP', e de outros centros metropolitanos, é bastante diferente do estágio de desenvolvimento vivido entre as décadas de 1950-1970. Aquele período consistia num momento de transformação da estrutura produtiva. O nível de especialização e sofisticação das atividades desenvolvidas naqueles locais era bastante inferior ao que pode ser observado atualmente, de modo que havia muito espaço para trabalhadores com pouca escolaridade e qualificação, e em ocupações que compõem os níveis mais baixos da escala sócio-ocupacional. Contudo, atualmente a estrutura ocupacional na 'ACP-SP' é composta por uma quantidade relativamente grande de ocupações, num grau de diversificação que exige alto nível de qualificação dos trabalhadores. Daí o fato dos resultados sugerirem que, nos últimos anos, trabalhadores com baixa qualificação parecem não mais possuir muitas chances de progressão funcional naquele grande centro.

Em relação à distância da migração é importante destacar que ao afirmar que a migração foi de curta distância, não necessariamente estar-se referindo a uma relação de vizinhança geográfica, e sim de vizinhança no que diz respeito à posição na hierarquia urbana. De modo que, ao migrar do 'Centro Local' para o 'Centro Sub-Regional', por exemplo, o indivíduo pode tanto está migrando para o município vizinho, como percorrendo uma grande distância, contudo tendo com destino um local vizinho ao seu local de origem na escala urbana. Assim, ao afirmar que os migrantes com origem no 'Centro Local' tendem a encontrar melhores oportunidades realizando mobilidade espacial de curta distância, pretende-se dizer que estes possuem melhores chances ocupacionais em locais próximos no nível de hierarquia urbana.

Os resultados para as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente *vis-à-vis* às chances de mobilidade sócio-ocupacional descendente, para migrantes em relação aos não-migrantes, confirmam as mudanças da última década, em relação ao padrão predominante nas décadas passadas. Antes de analisar os coeficientes regionais, é importante destacar que, no que se refere à RRR das chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente em relação à mobilidade

descendente, os resultados das estimativas de grande parte das variáveis de controle foram estatisticamente insignificantes. Apenas as três primeiras hierarquias na escala urbana apresentaram algumas variáveis de controle significantes, enquanto que nas três últimas hierarquias todas foram não significativas. Ou seja, ao acrescentar as variáveis de destino regional no modelo, estas se apresentaram mais significantes para as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

Este é um importante resultado para a análise proposta na tese, pois mostra que a mobilidade espacial possui relação com as chances de mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos, e que esta mobilidade se diferencia de acordo com as diferenciações das hierarquias de origem e destino. Mais que isso, mostra que, dentro deste contexto, as diferenças locais nos destinos dos migrantes são mais significativas para as chances de mobilidade ascendente que as características de mercado de trabalho dos indivíduos. Em outras palavras, este resultado mostra que a posição na rede urbana do local onde o indivíduo se insere importa para as chances de mobilidade sócio-ocupacional.

Analisando as diferenças nas chances de mobilidade ascendente para as diferentes origens e destinos, os resultados revelam padrões bastante diferentes dos observados em décadas anteriores. Considerando a 'ACP-SP' como localidade de origem, os resultados mostram que as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente *vis-à-vis* a mobilidade descendente, para os migrantes em relação aos não-migrantes, são estatisticamente insignificantes para aqueles que tiveram a 'Metrópole', 'Capital Regional' e 'Centro Sub-Regional' como destino. Já para os que se destinaram ao 'Centro de Zona' e 'Centro Local', os coeficientes foram significativos, porém negativos. Esses resultados indicam que, para aqueles que possuem origem na 'ACP-SP', a mobilidade espacial não necessariamente representa um meio para ascender na escala ocupacional. Isto pode estar relacionado ao fato da 'ACP-SP' ser a primeira na escala de hierarquia urbana, de modo que, sair deste local para qualquer outro implica mobilidade espacial descendente, ou seja, migração para um local hierarquicamente inferior. E, com isto, os indivíduos teriam menores chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

Tabela 15 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'ACP-SP', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,728*** (0,019)	0,607*** (0,017)	0,919*** (0,028)	0,935** (0,029)
Superior Completo	0,355*** (0,018)	0,235*** (0,012)	1,207*** (0,080)	1,248*** (0,084)
Médio Completo	0,337*** (0,017)	0,214*** (0,011)	1,163** (0,077)	1,206*** (0,081)
Fundamental Completo	0,588*** (0,035)	0,528*** (0,032)	1,044 (0,083)	1,053 (0,083)
Idade 25-29 anos	1,057 (0,051)	1,001 (0,049)	1,05 (0,060)	1,054 (0,060)
Idade 30-34 anos	0,936 (0,043)	0,849*** (0,039)	1,119** (0,057)	1,127** (0,060)
Idade 35-39 anos	0,902** (0,041)	0,804*** (0,037)	1,08 (0,059)	1,091 (0,058)
Idade 40-44 anos	0,911** (0,041)	0,825*** (0,038)	1,112** (0,055)	1,123** (0,060)
Idade 45-49 anos	0,895** (0,042)	0,828*** (0,039)	0,994 (0,034)	1,001 (0,055)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,853*** (0,028)	0,865*** (0,029)	0,914** (0,031)	0,913** (0,034)
Tempo de Emprego 49-108 meses	1,054 (0,038)	1,163*** (0,042)	0,972 (0,040)	0,962 (0,039)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,150*** (0,042)	1,288*** (0,048)	0,807*** (0,035)	0,797*** (0,034)
Destino 'Metrópole'		2,399*** (0,096)		0,961 (0,044)
Destino 'Capital Regional'		3,701*** (0,169)		0,931 (0,052)
Destino 'Centro Sub-regional'		4,027*** (0,310)		0,85 (0,084)
Destino 'Centro de Zona'		3,842*** (0,283)		0,662*** (0,067)
Destino 'Centro Local'		1,584*** (0,056)		0,909** (0,036)
Constante	6,605*** (0,028)	7,023*** (0,051)	0,884 (0,032)	0,88 (0,071)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=1.446.915

Contudo, ao observar os resultados para as demais regiões de origem, nota-se que, embora para aqueles que possuem origem na 'ACP-SP' a mobilidade espacial não se relacione a maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente, para aqueles que possuem origem em outras escalas urbanas, migrar para 'ACP-SP' também não está associado a significativas chances de ascensão na escala sócio-ocupacional, exceto para aqueles que possuem origem na 'Metrópole'. Ou seja, sair da 'ACP-SP' não está relacionado a chances de mobilidade ascendente, mas ter este local como destino também não leva a maiores chances de mobilidade ascendente. Sendo assim, em que locais estariam as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente?

Analisando aqueles que possuem origem na 'Metrópole' e migraram para locais de outra hierarquia urbana, nota-se que as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente são negativas e significantes em todas as demais hierarquias, exceto para os que foram para 'ACP-SP' (26,4%). Este resultado é análogo aos argumentos teóricos colocados no capítulo 2, ou seja, de que os indivíduos possuem mais chances de melhorar suas condições socioeconômicas migrando para regiões mais diversificadas que suas regiões de origem. Outro ponto que merece ser destacado é que os migrantes que tiveram a 'Metrópole' como local de origem são os únicos a apresentarem chances estatisticamente significativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente quando o local de destino foi a 'ACP-SP'.

Tabela 16 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'Metrópole', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,776*** (0,015)	0,678*** (0,013)	1,005 (0,023)	1,037 (0,024)
Superior Completo	0,312*** (0,011)	0,240*** (0,009)	1,008 (0,049)	1,068 (0,052)
Médio Completo	0,279*** (0,010)	0,206*** (0,008)	1,038 (0,050)	1,112** (0,054)
Fundamental Completo	0,429*** (0,018)	0,384*** (0,016)	0,999 (0,055)	1,024 (0,056)
Idade 25-29 anos	0,962 (0,032)	0,894*** (0,030)	1,019 (0,040)	1,031 (0,041)
Idade 30-34 anos	0,967 (0,031)	0,898*** (0,029)	1,049 (0,040)	1,062 (0,041)
Idade 35-39 anos	0,995 (0,032)	0,920** (0,030)	1,079** (0,042)	1,094** (0,042)
Idade 40-44 anos	0,99 (0,032)	0,920** (0,030)	1,066* (0,041)	1,082** (0,042)
Idade 45-49 anos	0,968 (0,032)	0,920** (0,031)	1,01 (0,040)	1,02 (0,041)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,856*** (0,021)	0,859*** (0,021)	0,915*** (0,026)	0,915*** (0,026)
Tempo de Emprego 49-108 meses	0,978 (0,025)	1,035 (0,027)	0,834*** (0,025)	0,820*** (0,025)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,102*** (0,025)	1,138*** (0,029)	0,788*** (0,024)	0,778*** (0,024)
Destino 'ACP-SP'		1,762*** (0,061)		1,264*** (0,037)
Destino 'Capital Regional'		2,941*** (0,095)		0,824*** (0,034)
Destino 'Centro Sub-regional'		3,194*** (0,156)		0,671*** (0,046)
Destino 'Centro de Zona'		2,458*** (0,131)		0,531*** (0,041)
Destino 'Centro Local'		1,444*** (0,038)		0,832*** (0,026)
Constante	7,593*** (0,029)	8,206*** (0,040)	0,955 (0,031)	0,945 (0,038)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=2.834.229

Este resultado pode estar relacionado à estrutura ocupacional na 'ACP-SP' e ao nível de qualificação, de um modo geral, dos trabalhadores migrantes das demais hierarquias. Atualmente, dado o estágio de desenvolvimento do mercado de trabalho na 'ACP-SP', as exigências em relação à qualificação dos trabalhadores tornaram-se maiores. Considerando que, em média, o nível de qualificação dos trabalhadores é menor quanto menor for sua hierarquia urbana de origem, é plausível pensar que estes trabalhadores não devem possuir chances significativas de ascensão ocupacional naquele centro. Por sua vez, como a estrutura ocupacional da 'Metrópole' é mais semelhante à da 'ACP-SP', relativamente às demais hierarquias urbanas, é possível que os trabalhadores que saem da 'Metrópole' em direção à 'ACP-SP', em média, possuam um nível de qualificação mais aproximado ao exigido pelo mercado do local de destino, do que os migrantes das demais hierarquias de origem.

Além disso, a inserção em uma nova localidade também está relacionada a questões culturais e à dinâmica de vida que o indivíduo possuía no local de origem. Por exemplo, indivíduos que deixam cidades como Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) (pertencentes à hierarquia 'Metrópole') e tentam se inserir no mercado de trabalho da 'ACP-SP' já possuem "ativos" no que diz respeito à dinâmica da vivência em uma localidade diversificada. O que não ocorre com indivíduos que deixam cidades como, por exemplo, Arapiraca (AL), Toledo (PR) e Diamantina (MG) (as duas primeiras na 'Capital Regional' e a última no 'Centro Local'), que possuem condições urbanas bastante diferentes das condições existentes na 'ACP-SP'. Estes indivíduos, ao chegarem em uma localidade como a 'ACP-SP', além de se depararem com os desafios relacionados ao mercado de trabalho, se deparam também com desafios no que diz respeito à adaptação ao estilo e condições de vida bastante diferentes do habitual em seus locais de origem. Isto, por sua vez, pode tornar sua inserção no mercado de trabalho mais difícil que para aqueles que já conhecem a dinâmica de funcionamento de um grande centro urbano.

O padrão da relação entre as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente e mobilidade espacial começa a apresentar mudanças quando o local de origem é a 'Capital Regional'. Para os que possuem origem nesta escala da

hierarquia urbana, apenas o destino 'Metrópole' apresenta coeficiente positivo. As chances de um indivíduo ascender na escala sócio-ocupacional *vis-à-vis* descender são de 10,4% para os migrantes com origem na 'Capital Regional' em relação aos que permanecem na origem. Já para os demais destinos essas mesmas chances são negativas, inclusive para 'ACP-SP'. No que diz respeito às hierarquias abaixo da 'Capital Regional', tal resultado está coerente com o argumento teórico de que os indivíduos encontram maiores chances de melhorar sua situação de mercado em níveis superiores de hierarquia urbana.

Tabela 17 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'Capital Regional', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,775*** (0,015)	0,698*** (0,014)	1,017 (0,024)	1,036 (0,025)
Superior Completo	0,312*** (0,012)	0,249*** (0,010)	0,947 (0,047)	0,977 (0,049)
Médio Completo	0,253*** (0,009)	0,196*** (0,007)	0,933 (0,045)	0,971 (0,048)
Fundamental Completo	0,385*** (0,016)	0,351*** (0,015)	0,869** (0,048)	0,885** (0,049)
Idade 25-29 anos	1,106*** (0,038)	1,024 (0,035)	1,102** (0,046)	1,108** (0,046)
Idade 30-34 anos	1,026 (0,034)	0,949 (0,032)	1,061 (0,043)	1,071* (0,043)
Idade 35-39 anos	1,015 (0,033)	0,938* (0,031)	1,119*** (0,045)	1,131*** (0,045)
Idade 40-44 anos	0,999 (0,033)	0,935** (0,031)	1,098** (0,044)	1,110*** (0,045)
Idade 45-49 anos	1,001 (0,034)	0,955 (0,033)	1,068 (0,044)	1,075* (0,045)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,885*** (0,021)	0,886*** (0,021)	0,998 (0,028)	0,995 (0,028)
Tempo de Emprego 49-108 meses	1,172*** (0,031)	1,252*** (0,033)	1,001 (0,032)	0,983 (0,031)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,448*** (0,039)	1,514*** (0,041)	1,101*** (0,036)	1,080** (0,035)
Destino 'ACP-SP'		2,144*** (0,093)		0,873** (0,048)
Destino 'Metrópole'		2,520*** (0,087)		1,104** (0,046)
Destino 'Centro Sub-regional'		2,208*** (0,097)		0,599*** (0,037)
Destino 'Centro de Zona'		2,502*** (0,123)		0,731*** (0,048)
Destino 'Centro Local'		1,451*** (0,041)		0,849*** (0,030)
Constante	9,569*** (0,024)	10,116*** (0,081)	0,962 (0,041)	0,961 (0,047)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=3.052.344

Contudo o resultado relacionado ao destino 'ACP-SP' surpreende uma vez que as chances relativas para os que se destinam a esta hierarquia também são negativas. Como a 'ACP-SP' está na posição mais alta da escala da hierarquia urbana, esperava-se que os resultados para as chances de ascensão sócio-ocupacional *vis-à-vis* a mobilidade descendente, para os que a tiveram como destino, fossem significativas e positivas, uma vez que todos que migram pra lá saem de localidades inferiores na escala urbana. Este resultado pode estar relacionado ao nível médio de qualificação destes migrantes – pois, como colocado, o mercado de trabalho na 'ACP-SP' é mais exigente em termos de qualificação profissional. Por outro lado, este resultado pode estar também relacionado ao aumento no dinamismo das cidades médias, que compõem a hierarquia 'Capital Regional'.

Para a hierarquia 'Centro Sub-Regional', novamente os resultados para as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente, para os que tiveram a 'ACP-SP' com destino, são estatisticamente insignificantes. Já para os que tiveram como destino a 'Metrópole' e a 'Capital Regional', as chances de ascender na escala sócio-ocupacional *vis-à-vis* às chances de descender são, respectivamente, de 38,86% e 32,06%, em relação aos que permaneceram na origem. Para aqueles com o 'Centro de Zona' como destino, as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendentes são estatisticamente insignificantes, o que faz sentido uma vez que está imediatamente abaixo na hierarquia urbana. Contudo, diferente do observado para as localidades de origem que estão acima do 'Centro Sub-Regional' na hierarquia urbana, para os que tiveram o 'Centro Local' como destino tais chances são de 16,33%, o que foge ao padrão estabelecido teoricamente, uma vez que esta localidade assume a última posição na hierarquia urbana. Isto talvez possa estar relacionado ao impacto das vultosas transferências do Governo Federal, por meio de programas sociais, que combinados à existência de redes de proteção sociais (relações de parentesco e amizade) podem permitir uma reinserção nos mercados de trabalho locais em posições superiores dos estratos sócio-ocupacionais face à redução dos níveis de miséria absoluta.

Tabela 18 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'Centro Sub-Regional', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,741*** (0,022)	0,636*** (0,019)	0,937* (0,034)	0,912** (0,034)
Superior Completo	0,364*** (0,020)	0,279*** (0,016)	1,01 (0,074)	0,965 (0,071)
Médio Completo	0,259*** (0,014)	0,188*** (0,010)	1,019 (0,071)	0,964 (0,068)
Fundamental Completo	0,439*** (0,027)	0,390*** (0,024)	0,97 (0,078)	0,95 (0,077)
Idade 25-29 anos	0,98 (0,052)	0,896** (0,048)	1,05 (0,069)	1,031 (0,068)
Idade 30-34 anos	0,890** (0,046)	0,807*** (0,042)	1,005 (0,064)	0,987 (0,063)
Idade 35-39 anos	0,797*** (0,041)	0,725*** (0,037)	0,977 (0,061)	0,961 (0,061)
Idade 40-44 anos	0,839*** (0,043)	0,770*** (0,040)	1,048 (0,066)	1,032 (0,065)
Idade 45-49 anos	0,837*** (0,044)	0,794*** (0,042)	0,926 (0,061)	0,915 (0,060)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,865*** (0,030)	0,873*** (0,031)	0,909** (0,038)	0,913** (0,038)
Tempo de Emprego 49-108 meses	1,234*** (0,049)	1,336*** (0,054)	0,926 (0,045)	0,941 (0,046)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,940*** (0,083)	2,007*** (0,087)	0,935 (0,050)	0,936 (0,050)
Destino 'ACP-SP'		2,185*** (0,182)		0,862 (0,094)
Destino 'Metrópole'		2,633*** (0,158)		1,389*** (0,100)
Destino 'Capital Regional'		2,909*** (0,155)		1,321*** (0,085)
Destino 'Centro de Zona'		2,945*** (0,206)		1,095 (0,097)
Destino 'Centro Local'		1,871*** (0,091)		1,163** (0,068)
Constante	14,046*** (0,052)	15,211*** (0,089)	1,196** (0,046)	1,217** (0,072)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=1.534.415

Para aqueles que tiveram origem no 'Centro de Zona', as chances de ascender na escala sócio-ocupacional *vis-à-vis* descender são de 22,53% para os que migraram para 'Capital Regional' e 75,19% para o que se destinaram à 'Metrópole', em relação aos que permaneceram na origem. Para os que tiveram a 'ACP-SP' e 'Centro Local' como destino os coeficientes foram estatisticamente insignificantes e para aqueles que migraram para o 'Centro Sub-Regional' tais chances foram significativas, porém negativas. Tais resultados foram semelhantes aos das hierarquias superiores, contudo esta é a primeira hierarquia na qual a mobilidade espacial em direção a uma hierarquia superior apresenta resultados negativos – com exceção da 'ACP-SP' que apresentou resultados negativos ou insignificantes.

Tabela 19 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'Centro de Zona', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,690*** (0,021)	0,601*** (0,019)	0,953 (0,036)	0,938* (0,036)
Superior Completo	0,342*** (0,018)	0,266*** (0,015)	0,98 (0,070)	0,949 (0,068)
Médio Completo	0,239*** (0,012)	0,179*** (0,009)	0,973 (0,066)	0,941 (0,065)
Fundamental Completo	0,436*** (0,026)	0,401*** (0,024)	0,963 (0,076)	0,956 (0,076)
Idade 25-29 anos	1,071 (0,057)	0,994 (0,054)	1,082 (0,073)	1,075 (0,072)
Idade 30-34 anos	0,886** (0,045)	0,810*** (0,041)	1,045 (0,066)	1,041 (0,066)
Idade 35-39 anos	0,900** (0,045)	0,823*** (0,042)	1,09 (0,068)	1,083 (0,068)
Idade 40-44 anos	0,883** (0,044)	0,815*** (0,041)	1,055 (0,066)	1,049 (0,066)
Idade 45-49 anos	0,956 (0,050)	0,916* (0,048)	1,002 (0,066)	1,000 (0,066)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,776*** (0,027)	0,779*** (0,028)	0,97 (0,042)	0,972 (0,042)
Tempo de Emprego 49-108 meses	1,159*** (0,047)	1,252*** (0,052)	0,986 (0,050)	1,000 (0,051)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,512*** (0,065)	1,594*** (0,069)	0,913* (0,050)	0,918 (0,050)
Destino 'ACP-SP'		2,173*** (0,177)		0,937 (0,098)
Destino 'Metrópole'		3,056*** (0,217)		1,752*** (0,145)
Destino 'Capital Regional'		2,591*** (0,142)		1,225*** (0,083)
Destino 'Centro Sub-regional'		2,768*** (0,185)		0,739*** (0,069)
Destino 'Centro Local'		1,657*** (0,075)		1,048 (0,058)
Constante	15,322*** (0,061)	16,408*** (0,081)	1,059 (0,048)	1,065 (0,077)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=1.482.422

Por fim, dentre os que saíram do 'Centro Local', as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente foram de 13,5% para os que migraram para 'Capital Regional' e 27,5% para os que tiveram a 'Metrópole' como destino. Nos demais destinos, as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente foram negativas para os que tiveram como destino o 'Centro Sub-Regional' e o 'Centro de Zona', e estatisticamente insignificantes para aqueles que tiveram a 'ACP-SP' como local de destino. Novamente um resultado que vai ao encontro ao estabelecido pela teoria, uma vez que se espera que, ao migrar para uma hierarquia superior na escala urbana, os indivíduos aumentem suas chances de progressão ocupacional.

Tabela 20 - Razão de Riscos Relativos de Mobilidade Sócio-Ocupacional, Hierarquia de Origem 'Centro Local', Brasil, 2000-2009

Imobilidade Sócio-Ocupacional			Mobilidade Sócio-Ocupacional Ascendente	
Sexo	0,800*** (0,017)	0,633*** (0,014)	0,994 (0,024)	0,986 (0,024)
Superior Completo	0,579*** (0,019)	0,348*** (0,012)	1,060 (0,042)	1,021 (0,042)
Médio Completo	0,505*** (0,016)	0,281*** (0,010)	1,072* (0,041)	1,031 (0,041)
Fundamental Completo	0,735*** (0,028)	0,569*** (0,022)	1,037 (0,048)	1,022 (0,047)
Idade 25-29 anos	1,019 (0,038)	0,912** (0,035)	1,041 (0,044)	1,032 (0,044)
Idade 30-34 anos	0,900*** (0,032)	0,787*** (0,029)	0,962 (0,040)	0,953 (0,039)
Idade 35-39 anos	0,871*** (0,031)	0,760*** (0,028)	0,995 (0,041)	0,988 (0,040)
Idade 40-44 anos	0,878*** (0,031)	0,775*** (0,029)	0,996 (0,041)	0,990 (0,041)
Idade 45-49 anos	0,905*** (0,033)	0,837*** (0,032)	0,963 (0,041)	0,960 (0,041)
Tempo de Emprego 13-48 meses	0,909*** (0,023)	0,899*** (0,023)	1,012 (0,029)	1,013 (0,029)
Tempo de Emprego 49-108 meses	1,220*** (0,034)	1,373*** (0,040)	1,027 (0,033)	1,034 (0,033)
Tempo de Emprego 109 meses ou mais	1,638*** (0,048)	1,867*** (0,057)	0,962 (0,034)	0,968 (0,034)
Destino 'ACP-SP'		2,272*** (0,080)		1,010 (0,039)
Destino 'Metrópole'		3,181*** (0,099)		1,275*** (0,044)
Destino 'Capital Regional'		3,888*** (0,127)		1,136*** (0,042)
Destino 'Centro Sub-regional'		4,728*** (0,215)		0,875** (0,050)
Destino 'Centro de Zona'		5,504*** (0,245)		0,899* (0,051)
Constante	3,696*** (0,035)	3,524*** (0,092)	0,969 (0,042)	0,969 (0,073)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAISMIGRA - 2000-2009

*** Coeficientes estatisticamente significativos a 1%

** Coeficientes estatisticamente significativos a 5%

* Coeficientes estatisticamente significativos a 10%

Variável dependente: mobilidade sócio-ocupacional

Categoria de base: mobilidade sócio-ocupacional descendente

Desvio Padrão entre parêntese

N=2.330.789

Este resultado pode estar relacionado a um aspecto peculiar da divisão regional estabelecida pelo Regic (e adotada neste estudo), o qual se torna importante chamar atenção. Como já colocado, as hierarquias urbanas que estão sendo comparadas não necessariamente constituem-se espaços contínuos. Além disso, sabe-se que, pelo Regic, a atribuição do papel de um Centro é dada em função da posição do mesmo em relação ao seu entorno. Isto significa que, Centros localizados em regiões menos densamente ocupadas (ou menos dinâmicas economicamente), mesmo que apresentem indicativos de centralidade mais fracos que Centros com maior densidade populacional e econômica podem, ainda assim, assumir o mesmo nível de hierarquia.

Dessa forma, por exemplo, um indivíduo com origem numa cidade classificada como 'Centro de Zona' pode migrar para uma cidade classificada como 'Centro Sub-Regional' e, mesmo assim, reduzir suas chances relativas de mobilidade ascendente, pois, dependendo do entorno das duas cidades, aquela que está como 'Centro de Zona' pode apresentar um nível de dinamismo relativamente superior àquela classificada como 'Centro Sub-Regional'. Isto pode explicar o fato de indivíduos saírem de uma hierarquia mais baixa para outra mais alta e, mesmo assim, apresentarem chances negativas ou insignificantes de mobilidade sócio-ocupacional ascendente; ou vice-versa. O que pôde ser observado pelos resultados para os que tiveram origem no 'Centro de Zona' e foram para o 'Centro Sub-Regional', e aqueles que saíram do 'Centro Local' e foram para o 'Centro de Zona' e 'Centro Sub-Regional'. Ou ainda para os que saíram do 'Centro Sub-Regional' e foram para o 'Centro Local'.

Esses resultados mostram uma mudança no padrão regional das oportunidades ocupacionais para os migrantes, o que reflete também uma mudança nas diferenças econômicas locais. Como se pode observar, ao contrário de décadas passadas, São Paulo parece não mais representar o melhor destino para aqueles que buscam melhores condições sócio-ocupacionais, especialmente para aqueles que têm origem em localidades mais atrasadas. Isso ficou demonstrado pelo fato de que, com exceção dos migrantes com origem na 'Metrópole', para os trabalhadores que possuem origem nas demais hierarquias, migrar para 'São

Paulo' não representa nenhuma diferença significativa nas suas chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente.

As hierarquias 'Metrópole' e 'Capital Regional' merecem destaque por serem as únicas que apresentaram chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente positivas e estatisticamente significativas, para migrantes de todas as hierarquias de origem (exceto a 'ACP-SP'). Estes resultados confirmam que a dinâmica econômica territorial está se expandindo e ganhando novos espaços, o que significa que, aqueles que deixam seus locais de origem possuem, atualmente, localidades alternativas na busca por maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional. Isto representa também modificação na distribuição espacial da força de trabalho, pois com novos espaços ganhando maior dinamismo econômico, a tendência é que os fluxos migratórios não mais se concentrem em São Paulo – como em períodos anteriores – mas que haja uma melhor distribuição, com parte considerável deste fluxo se destinando a centros de posição intermediária na hierarquia urbana.

A próxima seção irá analisar as probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendentes nas hierarquias de destino, por nível educacional, sexo e hierarquia de origem. Um fato estilizado importante na literatura sobre economia da educação é que a relação entre nível de escolaridade e retornos salariais e colocação no mercado de trabalho é direta e bastante significativa. Contudo, o que se observou dos resultados mostrados nas TAB. 15 a TAB. 20 é que os coeficientes das variáveis de nível de escolaridade, para as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente, foram significativos apenas em algumas hierarquias da escala urbana. Sendo assim, a próxima seção busca identificar as diferenças na probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional entre as hierarquias de destino, para cada um dos níveis de escolaridade.

5.4 Probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente: diferenças por nível de escolaridade, sexo e hierarquias de origem e destino

Esta seção tem o objetivo analisar mais especificamente a relação entre o nível de escolaridade e a probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional por

hierarquias urbanas de origem e destino. É um fato bem conhecido e comprovado na literatura que escolaridade e desempenho no mercado de trabalho são fatores que possuem uma relação positiva e significativa; de modo que quanto maior o nível de escolaridade dos indivíduos, mais altos, em média, são seus níveis de rendimentos do trabalho e a posição que ocupam. Contudo, os coeficientes das variáveis de nível de escolaridade para as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente foram quase todos insignificantes, em quase todas as hierarquias de origem; sendo significativos apenas 'superior completo' e 'médio completo' para os que possuem origem na 'ACP-SP', 'médio completo' para os que possuem origem na 'Metrópole', e 'fundamental completo' para os que tiveram origem na 'Capital Regional'.

Assim, diante da baixa significância das variáveis de escolaridade sobre as chances relativas de mobilidade sócio-ocupacional, mas entendendo que esta variável possui um papel fundamental para progressão ocupacional dos indivíduos, busca-se nesta seção mostrar as diferenças nas probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional entre os níveis de escolaridade, sexo e as hierarquias urbanas de origem e destino. Esta análise se apóia nas probabilidades preditas, calculadas a partir das estimativas dos parâmetros dos modelos apresentados na seção anterior. Os resultados são apresentados nos gráficos 5 a 16, para homens e mulheres, para todas as origens, em cada hierarquia de destino.

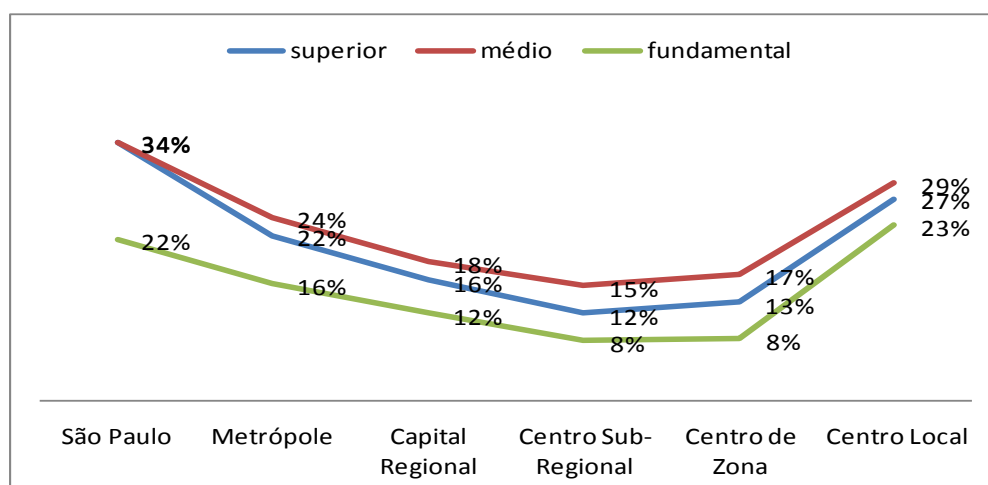
O comportamento das curvas é semelhante em todas as hierarquias de destino, tanto para homens como para mulheres. As diferenças, entre as hierarquias urbanas de destino, nas probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional, para cada nível de escolaridade, são observadas apenas em termos do nível da probabilidade de mobilidade. No que diz respeito às diferenças entre sexo, em todos os destinos, para todos os níveis de escolaridade, os homens apresentaram maior probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional que as mulheres.

Em todas as hierarquias de destino, para os indivíduos de todas as hierarquias de origem, aqueles que possuem nível de escolaridade 'médio completo' possuem maior probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional ascendente que aqueles que possuem escolaridade 'superior completo'; exceto aqueles que possuem

origem na 'ACP-SP', para os quais as probabilidades dos que possuem nível 'médio completo' e 'superior completo' são praticamente iguais, em todos os destinos, tanto para homens quanto para mulheres. Este resultado surpreende, uma vez que tradicionalmente indivíduos com escolaridade mais alta possuem melhores oportunidades no mercado de trabalho. Já para os indivíduos com escolaridade 'fundamental completo', os resultados estão dentro do esperado, tendo estes as menores probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente, para todas as origens e destinos, tanto para homens quanto para mulheres.

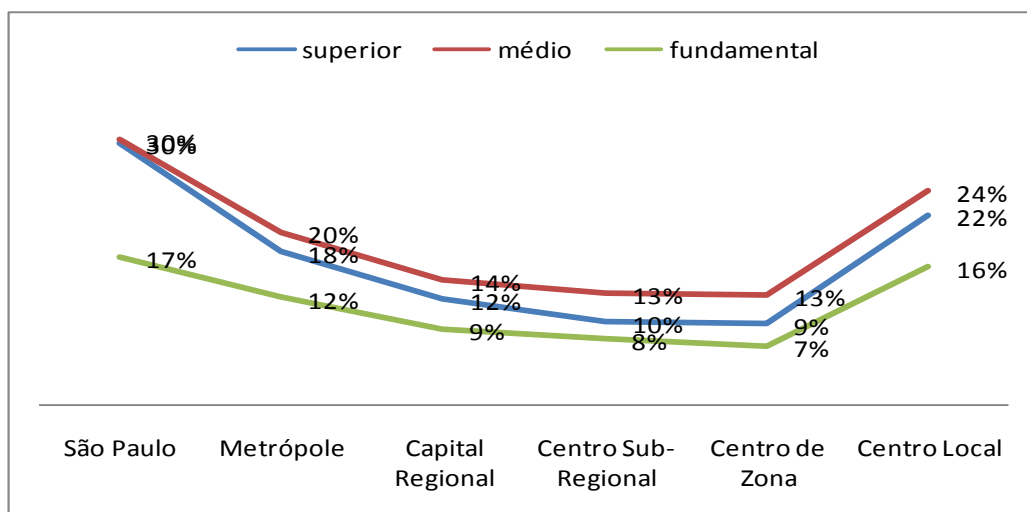
Analisando as probabilidades de mobilidade ascendente com foco nos destinos dos indivíduos, nota-se que para aqueles que possuem destino na 'ACP-SP' a probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional ascendente é maior para aqueles que possuem origem nesta hierarquia, e decrescem na medida em que a hierarquia de origem dos indivíduos diminui na escala urbana. Isto ocorre tanto para homens quanto para mulheres e para todos os níveis de escolaridade. Uma hipótese sobre o que pode estar por trás deste resultado é que indivíduos com origem em hierarquias urbanas inferiores, mesmo com o mesmo nível de escolaridade, podem se deparar com outras dificuldades, como, por exemplo, a adaptação aos costumes e a estrutura do mercado de trabalho.

Gráfico 5: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'ACP-SP', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

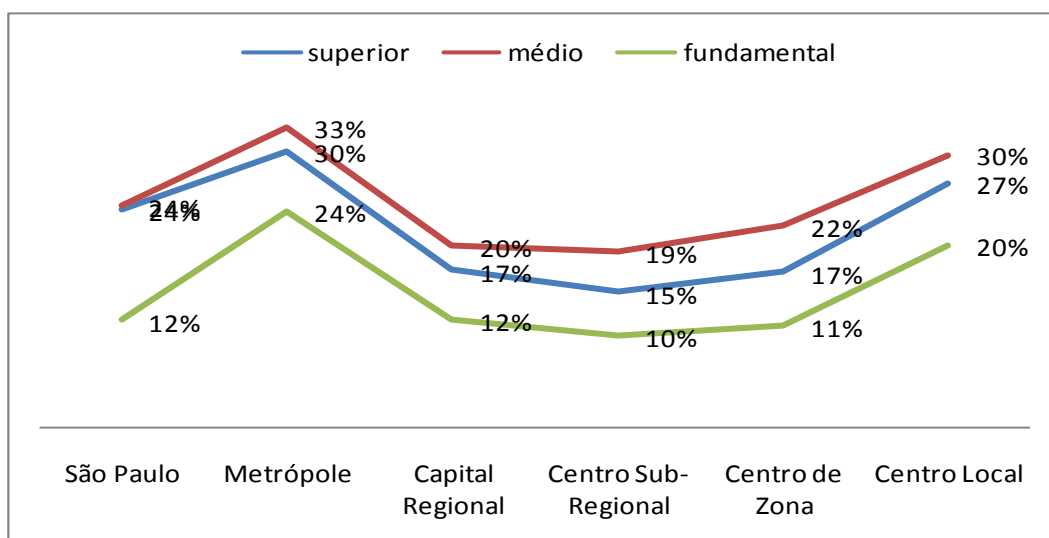
Gráfico 6: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'ACP-SP', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

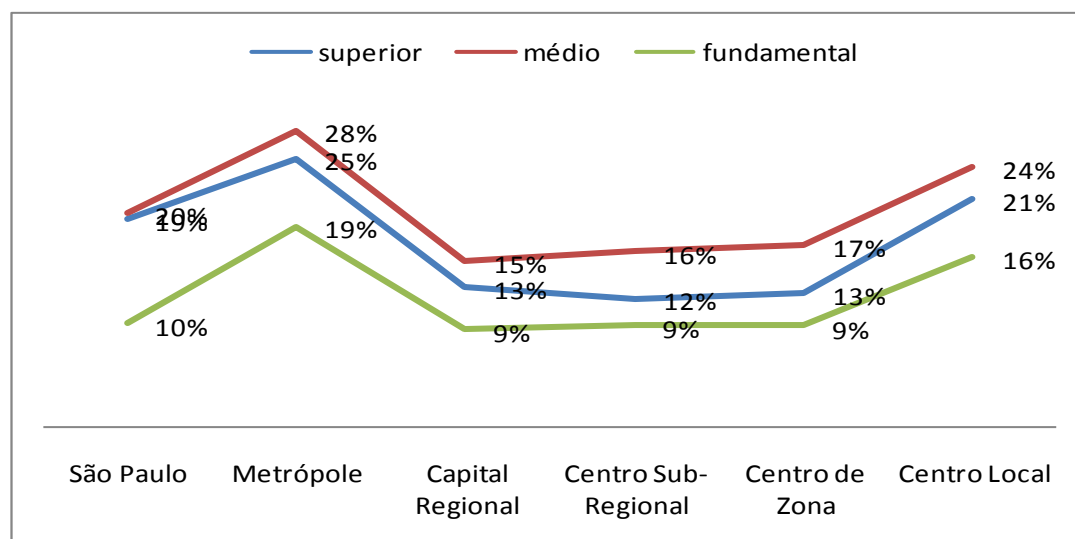
Para aqueles que possuem destino na 'Metrôpole', a probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional ascendente é maior, em relação ao destino 'ACP-SP', para os indivíduos de todas as origens, exceto aqueles com origem na 'ACP-SP'. Este resultado está de acordo com as estimativas dos modelos apresentados na seção anterior, mostrando que as cidades da segunda escala na hierarquia ofereceram mais chances de mobilidade ascendente, na última década, que o maior centro urbano do país.

Gráfico 7: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Metrôpole', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

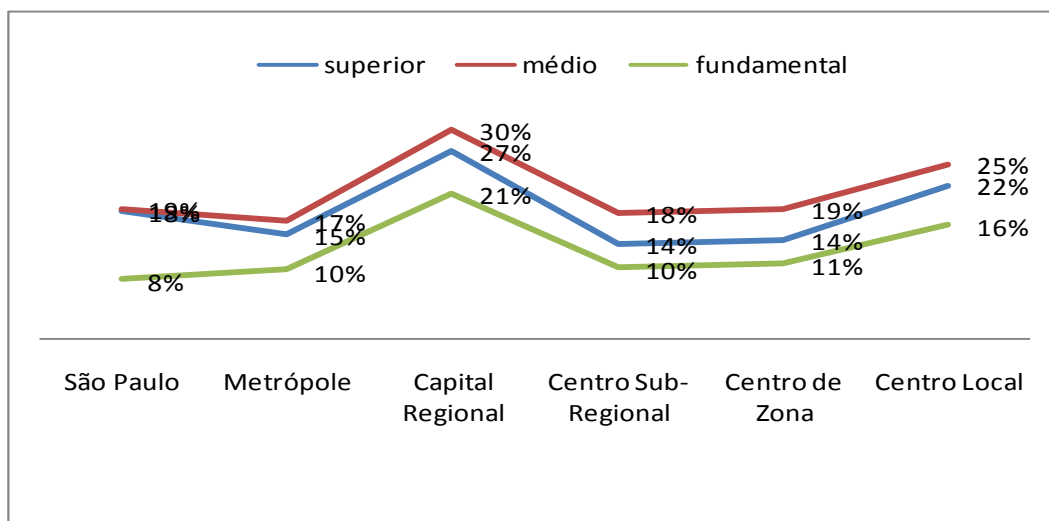
Gráfico 8: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Metrópole', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

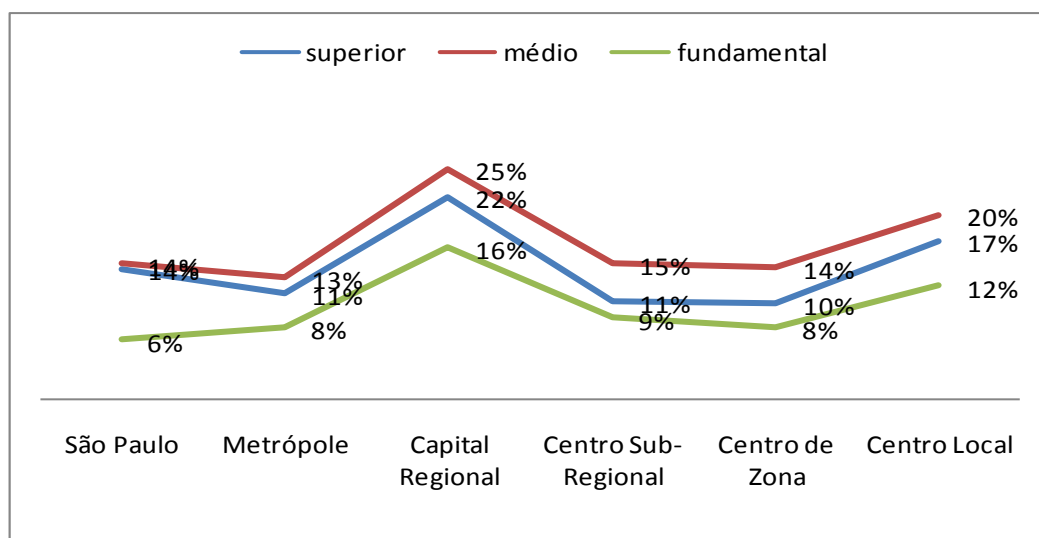
Para aqueles que tiveram como destino a 'Capital Regional', hierarquia intermediária na escala urbana, a probabilidade e mobilidade sócio-ocupacional ascendente para os que tiveram origem na 'ACP-SP' e na 'Metrópole' foi menor que probabilidade associada a essas hierarquias como destino. Contudo, para aqueles que possuem origem na 'Metrópole', a probabilidade de mobilidade ascendente é maior no destino 'Capital Regional' do que no destino 'ACP-SP', para todos os níveis de escolaridade. Para os que possuem origem no 'Centro Sub-Regional' e no 'Centro de Zona', a probabilidade é maior nos destinos 'Metrópole', 'Capital Regional' e 'ACP-SP', respectivamente, para todos os níveis de escolaridade. Mais uma vez estes resultados mostram que, nos últimos anos, as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendentes são maiores nos centros intermediários do que na 'ACP-SP'. Por fim, para os que possuem origem no 'Centro Local' a probabilidade de mobilidade é maior na 'Metrópole' que na 'Capital Regional', para todos os níveis de escolaridade, exceto o nível 'Fundamental Completo', que apresentou maior probabilidade no destino 'ACP-SP'.

Gráfico 9: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Capital Regional', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Gráfico 10: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Capital Regional', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009

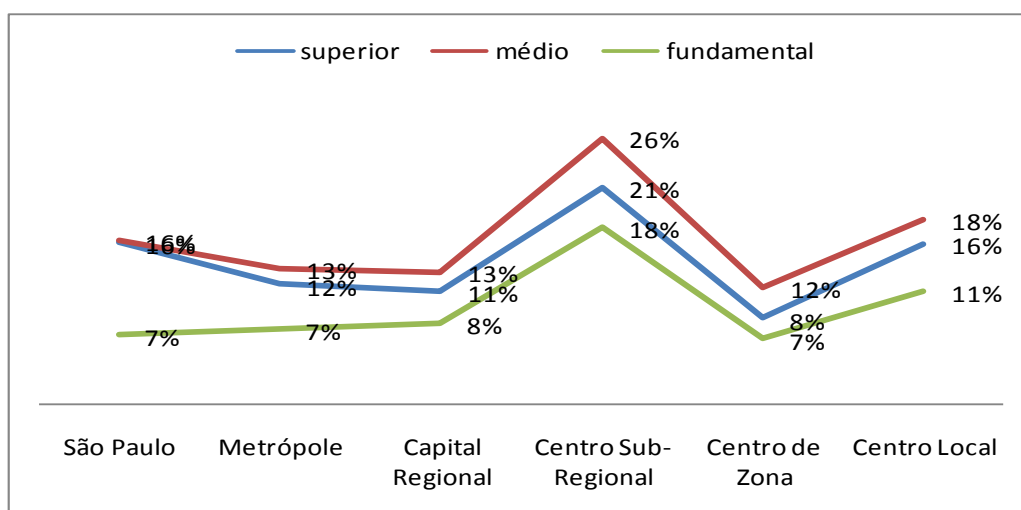


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Nos destinos 'Centro Sub-Regional' e 'Centro de Zona' os níveis da probabilidade de mobilidade sócio-ocupacional ascendente são menores que nos destinos acima destes na hierarquia urbana, tanto para homens quanto para mulheres, e para todos os níveis de escolaridade. Contudo, as probabilidades não diferem muito entre estes dois destinos; sendo para algumas origens ligeiramente maior no 'Centro Sub-Regional' (como para os que possuem origem na 'Metrópole'), e

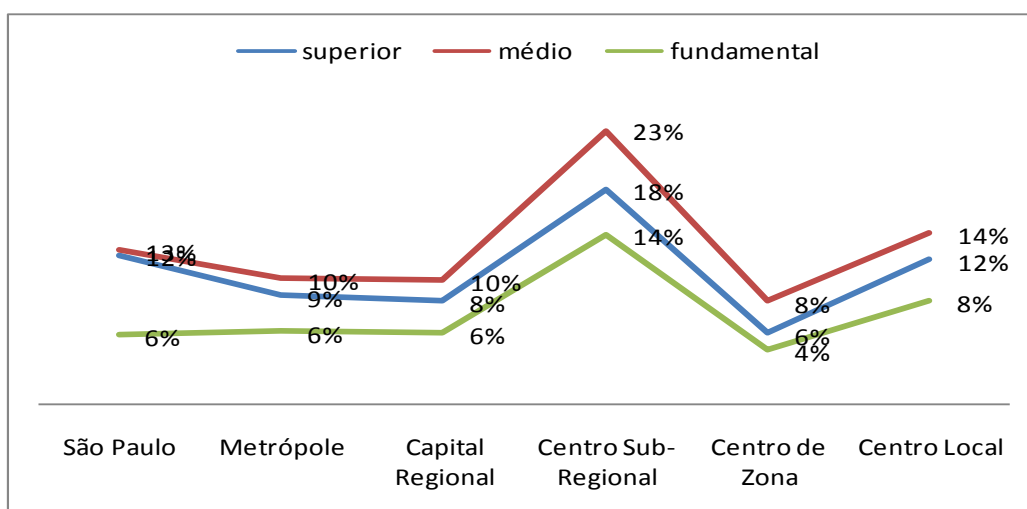
em outras é ligeiramente maior no 'Centro de Zona' (para os que possuem origem no 'Centro Regional'). Este resultado era esperado, uma vez que 'Centro Sub-Regional' e 'Centro de Zona' assumem posições inferiores na escala de hierarquia urbana, compreendendo, portanto, um conjunto de municípios menos estruturados e diversificados que aqueles que estão acima na escala urbana.

Gráfico 11: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro Sub-Regional', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



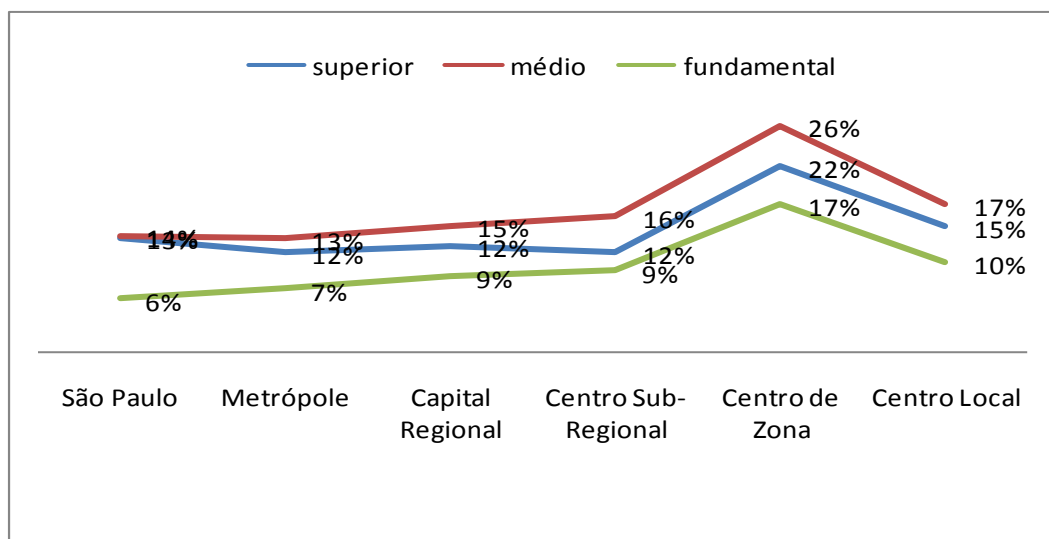
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Gráfico 12: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro Sub-Regional', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009



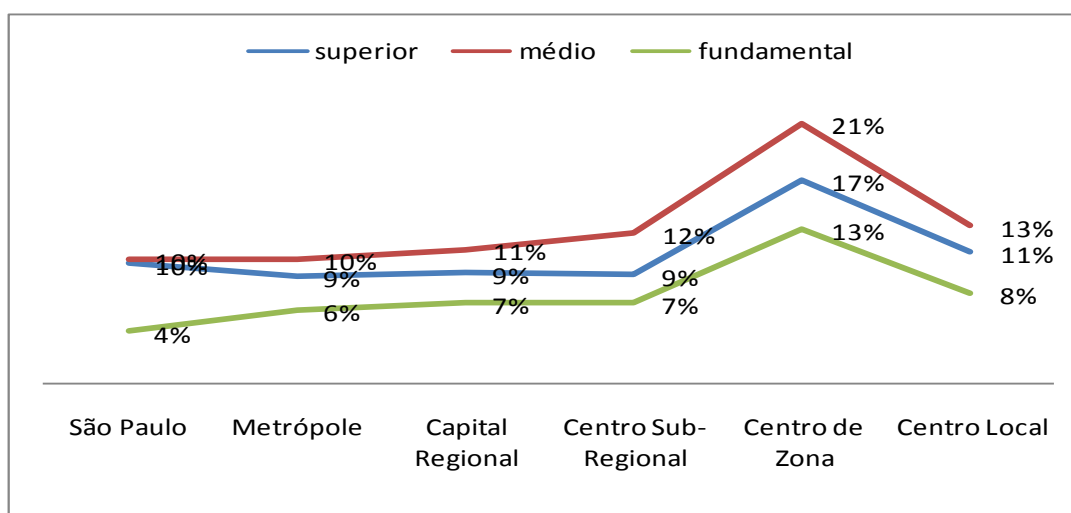
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Gráfico 14: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro de Zona', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Gráfico 15: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro de Zona', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009

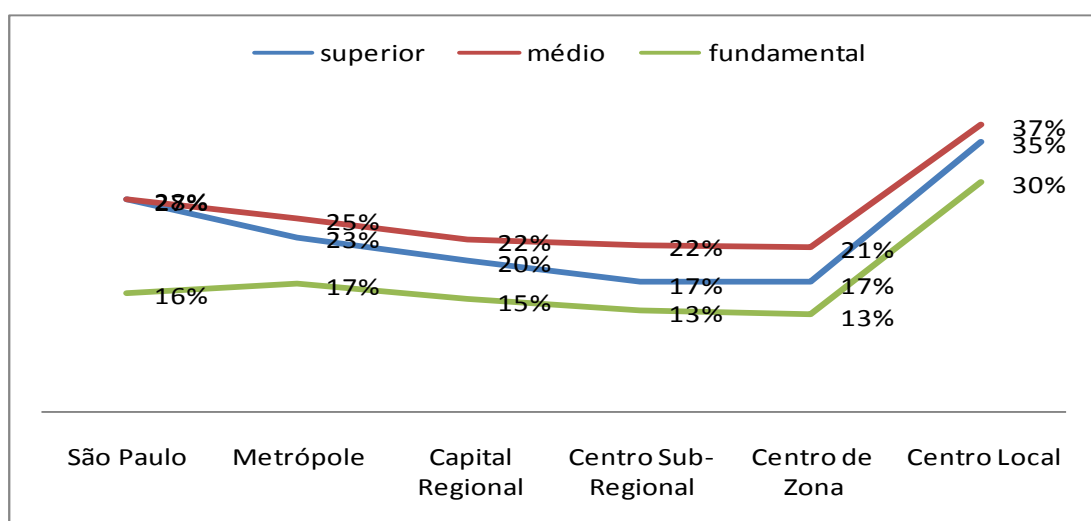


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Por fim, para aqueles que tiveram destino no 'Centro Local', último na hierarquia urbana, as probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendentes voltam a aumentar, para os indivíduos de todos os locais de origem e todos os níveis de escolaridade. Este resultado surpreende na medida em que se esperava maior probabilidade de mobilidade em locais mais diversificados e, portanto, localizados nas escalas superiores da hierarquia urbana. Contudo, este resultado pode não

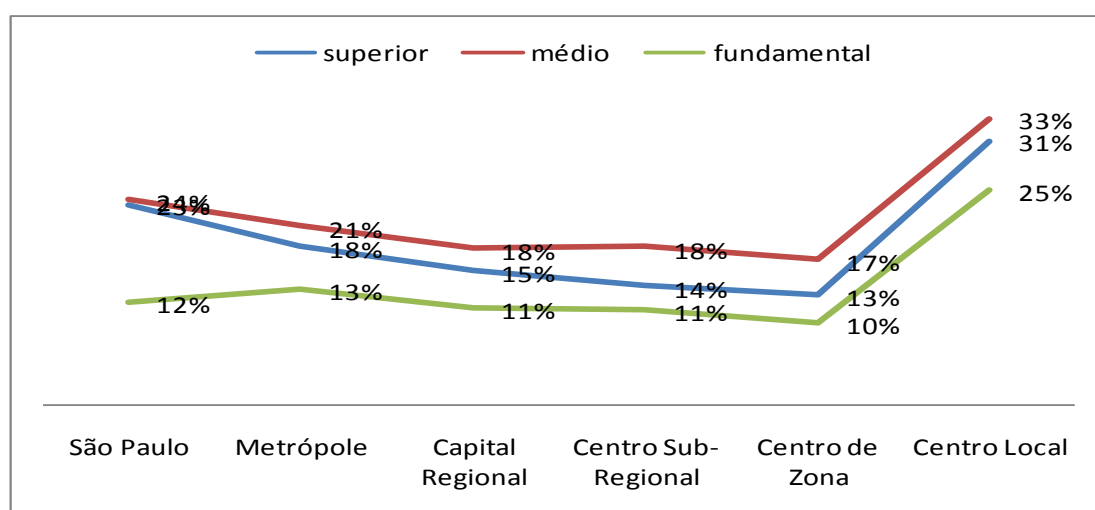
estar relacionado à estrutura urbana, mas sim a outros aspectos como, por exemplo, o nível de escolaridade dos indivíduos que se destinam ao 'Centro Local' e à carência de profissionais com algum grau de qualificação nesta hierarquia, de modo que é possível que sejam relativamente mais altas as chances de subir de posto num local que tenha menos profissionais qualificados.

Gráfico 16: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro Local', por Nível de Escolaridade, Homens, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Gráfico 17: Probabilidade de Mobilidade Sócio-ocupacional Ascendente, no destino 'Centro Local', por Nível de Escolaridade, Mulheres, Brasil, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais-Migra 2000-2009

Em suma, dos resultados encontrados, nota-se mais uma vez a dificuldade na ascensão profissional para aqueles que se destinam à 'ACP-SP', dificuldade esta que aumenta na medida em que suas hierarquias de origem se distanciam da hierarquia de destino. Destacam-se as hierarquias 'Metrópole' e 'Capital Regional' com aquelas onde as probabilidades relativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente são maiores, o que aponta para o surgimento destas hierarquias como espaços alternativos para expansão da atividade econômica e de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Outro resultado a ser destacado é a maior probabilidade de ascensão ocupacional apresentada pelos indivíduos de nível 'médio completo', e não 'superior completo', como se poderia esperar. Este resultado pode estar associado a maior flexibilidade de mobilidade daqueles que estão nos estratos ocupacionais 'Baixo-Alto' e nos estratos 'Médios', tendo em vista que nos estratos extremos as chances de mobilidade tendem a ser mais rígidas. Contudo, este resultado pode estar associado também ao estágio de desenvolvimento das localidades que oferecem mais chances de mobilidade, ou seja, as localidades intermediárias na escala urbana, que ainda não atingiram o nível de diversificação, complexidade e exigências no mercado de trabalho que possui, por exemplo, a 'ACP-SP'. Outra evidência disto é que as probabilidades de ascensão ocupacional para os que possuem nível 'superior completo' só supera as probabilidades dos que possuem 'médio completo' na 'ACP-SP', mais uma vez evidenciando o estágio diferenciado do mercado de trabalho nesta hierarquia em relação às demais.

A próxima seção apresenta as conclusões e sugestões para possíveis trabalhos a partir dos resultados e apontamentos aqui encontrados.

6 CONCLUSÃO

A revisão da literatura teórica e empírica aponta para o fato de que mobilidade espacial, mobilidade sócio-ocupacional e diferenças locais na distribuição das atividades econômicas e na estrutura urbana são fenômenos interligados. Tendo por base esta hipótese, o objetivo central desta tese foi analisar a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças econômicas locais no Brasil no período 2000-2009. Mais especificamente, buscou-se analisar como as chances de mobilidade sócio-ocupacional, dado o *status* de mobilidade espacial dos indivíduos, se diferenciam mediante as diferenciações da estrutura urbana de seus locais de origem e destino.

Para isto, fez-se uso da classificação ocupacional estabelecida na CBO-2002, no nível de desagregação de três dígitos, a qual foi estratificada em sete grupos ocupacionais internamente homogêneos e heterogêneos entre si, com base no valor de *scores* socioeconômicos atribuídos a cada ocupação. No que diz respeito às diferenciações locais, foram adotadas as escalas urbanas estabelecidas no Regic (IBGE, 2008). A justificativa para a escolha do Regic está no fato de que cada hierarquia apresenta condições urbanas, diversificação dos serviços ofertados e demanda por trabalho diferenciadas umas das outras, de modo que as condições locais de mercado de trabalho dos indivíduos se diferenciam de uma hierarquia para outra. Desse modo, os movimentos espaciais dos indivíduos foram registrados considerando as mudanças entre municípios que pertencem a níveis hierárquicos diferentes. Os microdados utilizados foram provenientes da Rais-Migra, através dos quais foi possível observar todos os casos de mobilidade ou imobilidade em nove pontos do tempo: 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004, 2004-2005, 2005-2006, 2006-2007, 2007-2008 e 2008-2009. Deste modo formou-se um banco de dados que informa o volume de mobilidade ou imobilidade durante do período de 2000-2009, comparando a situação ocupacional dos indivíduos entre os anos t e $t + 1$. Por exemplo, considerando os anos 2000 e 2001, a 'hierarquia de origem' foi aquela onde o indivíduo trabalhava em 2000 e a 'hierarquia de destino' aquela onde trabalhava

em 2001; analogamente para o período 2001-2002, e assim em diante. Para estimar a relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais recorreu-se à aplicação de modelos logit multinomial.

Os resultados encontrados confirmam a existência da relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenças locais (medidas pela hierarquia dos municípios na escala urbana), tendo em vista a significância dos parâmetros para as variáveis de destino, e o fato de que estes parâmetros apresentaram diferenças expressivas entre as origens e destinos espaciais. Alguns resultados confirmaram alguns padrões de relação entre mobilidade sócio-ocupacional, mobilidade espacial e diferenciações locais, enquanto que, por outro lado, outros resultados apontaram para padrões bastante diferentes daqueles observados em períodos anteriores ao período analisado.

Primeiramente, o fato dos resultados para a 'ACP-SP', quanto destino, terem sido negativos ou insignificantes – exceto para os que possuem origem na 'Metrópole' – aponta para conclusão de que, embora este ainda seja o maior centro urbano do país, o mesmo não mais configura o destino onde as chances de mobilidade ascendente são maiores. Não obstante, a análise por nível de escolaridade mostra que, para aqueles que possuem nível superior, as probabilidades de mobilidade sócio-ocupacional ascendente são maiores nesta hierarquia do que em qualquer outra hierarquia da escala urbana. A conclusão que se pode chegar a partir deste resultado é que, sair de outras escalas da hierarquia urbana em direção à 'ACP-SP' tem maior associação com as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente para aqueles que possuem alta escolaridade e já possuem experiência no mercado de trabalho de áreas metropolitanas, as quais possuem semelhanças com a dinâmica do mercado de trabalho da 'ACP-SP'.

Esta conclusão difere do padrão observado em períodos anteriores, quando migrantes de áreas estagnadas do país, inclusive os de baixa escolaridade, se destinaram para esta hierarquia e conseguiram alcançar posições superiores às suas posições de origem na escala ocupacional (Pastore, 1979; Scalon, 1999). Possivelmente isto está relacionado ao estágio de desenvolvimento da estrutura produtiva e do mercado de trabalho nesta hierarquia que, atualmente, encontra-se

num nível maior de complexidade e diversificação de seus produtos e serviços ofertados e, portanto, consiste agora num mercado de trabalho mais seletivo.

Do ponto de vista de políticas públicas, o novo direcionamento dos fluxos e as características dos indivíduos que compõem estes fluxos, especialmente no que diz respeito à escolaridade e qualificação, são aspectos importantes. Em relação à concentração dos fluxos migratórios, os resultados encontrados apontam para maior desconcentração territorial das atividades econômicas e das oportunidades ocupacionais, em relação ao período 1950-1970, tendo em vista o aumento da migração em direção a territórios periféricos. Neste sentido, é importante que as políticas de desenvolvimento, que por sua vez tornam os locais e regiões beneficiados mais atrativos para os trabalhadores, sejam territorialmente desconcentradas, de modo a não induzir a uma reconcentração das atividades econômicas, da demanda por trabalho e, conseqüentemente, dos fluxos migratórios.

Por outro lado, a 'Metrópole' e a 'Capital Regional' se apresentaram como as localidades onde as chances de mobilidade sócio-ocupacional são positivas e estatisticamente significativas para os indivíduos de todas as demais hierarquias urbanas (exceto 'ACP-SP'). O que se pode concluir deste resultado é que novos espaços urbanos dinâmicos estão surgindo e se apresentam como alternativa para aqueles que querem deixar seus locais de origem em busca de melhores condições de mercado. Ou seja, ao contrário de períodos passados, onde grande parte das melhores oportunidades de mercado estava concentrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, atualmente os resultados encontrados apontam para o surgimento de um novo dinamismo espacial das atividades econômicas, que parece estar resultando numa maior distribuição territorial destas atividades.

Além disso, é possível concluir que, embora os padrões para características como sexo, idade e experiência tenham se mostrado dentro do padrão esperado, a escolaridade – fundamental para posição do indivíduo no mercado – também apresentou suas variações de acordo com a escala urbana. Atualmente, quanto mais elevada à posição do município de destino na escala urbana, mais importante se torna o nível de escolaridade para as chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente. Estes apontamentos, além dos resultados que mostram

a interação entre as três dimensões analisadas, consistem a principal contribuição fornecida por esta tese para o conhecimento e discussão sobre a dinâmica populacional, espacial e do mercado formal de trabalho no Brasil, no período mais recente.

Embora esses resultados cumpram o objetivo proposto na tese, a base de dados utilizada e as tendências apontadas pelos resultados sugerem pertinentes extensões deste trabalho. Primeiramente, dada a necessidade de se comparar as hierarquias urbanas, a base de dados foi utilizada abordando todo o território nacional. Além disso, mediante as limitações de prazo de escopo da tese, foi necessário delimitar também o método empregado para se chegar aos resultados. Contudo, dada a complexidade e extensão desta base de dados é possível estender as questões levantadas e apontadas, a partir dos resultados obtidos aqui, para outros recortes espaciais e para aplicações de outros métodos econométricos. Por exemplo, é possível analisar, tendo em vista as chances positivas e significantes de mobilidade sócio-ocupacional ascendente na ‘Metrópole’ e na ‘Capital Regional’, qual é a velocidade dessa mobilidade para indivíduos com origens em outras hierarquias. Isto pode confirmar (ou refutar) a hipótese apontada de que quanto mais distante está a hierarquia de origem da hierarquia de destino, maior é a dificuldade do indivíduo em se inserir no mercado de trabalho.

Outra extensão para este trabalho pode partir dos resultados encontrados para a hierarquia urbana ‘Centro Local’ quanto destino. Por hipótese, por esta ser a última hierarquia na escala urbana, era de se esperar que as chances de mobilidade sócio-ocupacional neste destino fossem menores, ou mesmo negativas ou insignificantes. Contudo, os resultados encontrados mostram chances positivas e significativas para migrantes com origem nas duas hierarquias imediatamente acima desta. Uma hipótese levantada para este resultado é o possível impacto das transferências do Governo através de programas sociais e a existência de redes de proteção social que auxiliem a inserção ou reinserção deste trabalhador. A análise da trajetória individual pode mostrar se este imigrante do ‘Centro Local’ possui de fato origem em outra hierarquia urbana ou se está retornando ao seu local de origem, o que pode

reforçar a hipótese sobre a importância da proteção social para o êxito da migração em direção aos municípios que compõem esta hierarquia.

A questão das dimensões absolutas dos municípios que compõem as hierarquias também surge como uma nova questão pertinente a ser analisada. Como foi destacado, a classificação de um município para uma determinada hierarquia possui um caráter relativo, de modo que seu pertencimento a uma hierarquia em muitos casos não depende das condições absolutas da sua estrutura urbana, mas sim do seu papel no seu entorno. Isto pode explicar o fato de indivíduos saírem de uma hierarquia mais alta para outra mais baixa e, mesmo assim, apresentarem chances positivas e significativas de mobilidade sócio-ocupacional ascendente. Dessa forma, torna-se pertinente uma análise que compare não só as classificações hierárquicas, mas também àqueles municípios que possuem condições urbanas de fato semelhantes.

Por fim, de todas as informações extraídas deste estudo é possível concluir, de forma geral, que o padrão locacional de distribuição das atividades econômicas e o padrão de distribuição populacional apresentaram, no período analisado, um comportamento diferente do padrão observado nos períodos anteriores. Isto aponta para o surgimento de uma nova configuração espacial da distribuição da população e das oportunidades de mobilidade sócio-ocupacional. A mobilidade espacial permanece apresentando relação com a mobilidade sócio-ocupacional, e estas com as diferenças locacionais, contudo nota-se mudanças na magnitude e nos espaços urbanos nos quais estas relações ocorrem. A relação entre mobilidade sócio-ocupacional e mobilidade espacial não mais se dão de forma concentrada no grande centro urbano do país, mas sim de forma mais distribuída entre as demais hierarquias urbanas, o que mostra que a mobilidade espacial e a mobilidade sócio-ocupacional estão encontrando novas direções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Pamela. Women's social class identification: does husband's occupation make a difference? **Sociology**, 1987, v. 21, n. 1, p. 91-103.

ANGRIST, J.; KRUEGER, A. Empirical strategies in labor economics. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. **Handbook of labor economics**. Elsevier, 1999, v. 3A.

BLAU, P., DUNCAN, O. Measuring the *status* of occupations. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 1967, 3ª edição, 2008.

BORJAS, G. J. Economics of migration. Cambridge: **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, 2000 section nº 3.4, article nº 38. Disponível em: http://www.hks.harvard.edu/fs/gborjas/Papers/Migration_Encyclopedia_Article_Elsevier_Version.pdf Acesso em: 12/05/2011.

_____. Self-selection and the earnings of immigrants. **The American Economic Review**, 1987, vol. 77, nº 4, p. 531-553. Disponível em: <http://team.univ-paris1.fr/teamperso/DEA/Cursus/M1/Borjas%20AER.pdf>

BOROOAH, V. K. **Logit and Probit: ordered and multinomial models**. Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, 2001, n. 138. Thousand Oaks, CA: Sage.

BREEN, R. Individual level models for mobility tables and other cross-classifications. **Sociological Methods & Research**, 1994, vol. 23, nº 2, pp. 147-173.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf> Acesso em: 20/02/2012.

_____. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2006, n. 57, p. 221-236.

_____. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. 2007. Disponível em: <http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/FBrito.pdf> Acesso em: 12/05/2010

BRITO, F.; HORTA, C.; AMARAL, E. F. L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. 2002. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf Acesso em: 02/04/2012.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Econometrics: methods and applications**. Cambridge University Press, 2005.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995**. UNICAMP, 1998.

CARVALHO, José A. e FERNANDES, Fernando. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil**, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES **Estrutura, tábua de conversão e índices de títulos**. Brasília: MTE, 2002, Livro 03.

Chiswick, Barry R.; Lee, Y. L.; Miller, Paul W. **Longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: a test of the immigrant assimilation hypothesis**. 2002. Disponível em: <http://ecompapers.biz.uwa.edu.au/paper/PDF%20of%20Discussion%20Papers/2002/02-08.pdf>. Acesso em 26/11/2011.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southem Germany**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Indústria Brasileira – Edição Especial Nordeste**. Brasília: CNI, 2008.

CUNHA, José Marcos P. O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2002. (Texto para Discussão, 875)

DALE, A., GILBERT, G. N., ARBER, S. Integrating women into class theory. **Sociology**, 1985, v. 19, n. 3.

DAHRENDORF, R. Class and class conflict in industrial society. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 1959, 3º edição, 2008.

DAVIS, K., MOORE, W. E. Some principles of stratification. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 1945, 3º edição, 2008.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte: **Nova Economia**, v. 3, n. 1., 1993.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Belo Horizonte: **Nova Economia**, v. 6, n. 1., 1996.

ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. The CASMIN project and the American dream. **European Sociological Review**, n. 08, p. 283-306, 1992.

FEATHERMAN, D. L.; HAUSER R. M. Prestige or socioeconomic scales in the study of occupational achievement? 1976. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

_____. A refined model of occupational mobility. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. 1978. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

FERREIRA, R. N; MATOS, R. Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial de trabalhadores. Caxambu: **ABEP**, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1147.pdf Acesso em: 22/09/2010.

Freedman, R., Hawley, A. H. Migration and occupational mobility in the depression. **The American Journal of Sociology**, vol. 55, n. 02, p. 171-177, 1949. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2770895>. Acesso em: 03/12/2010.

FREGUGLIA, R. da Silva. **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-26012008-094208> Acesso em: 04/01/2011.

FUJITA, M., KRUGMAN, P. e VENABLES, A.J. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

GIDDENS, A. The class structure of the advanced societies. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. 1973. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

GOLDTHORPE, J. H.; HOPE, K. Occupational grading and occupational prestige. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. 1972. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

GOLDTHORPE, J. H. On economic development and social mobility. **British J. Sociology**, v. 36, n. 4, p. 549-573, 1986.

GOLDTHORPE, J. H. e ERICKSON, R. **The constant flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

GRUSKY, D. B. The past, present, and future of social inequality. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 2ª edição, 2003.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate data analysis**. EUA: Prentice-Hall, 1998.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. 1970. *In*: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: ETENE, 1980.

HAUSER, R. M.; WARREN J. R. Socioeconomic indexes for occupations: a review, update, and critique. 1997. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

Hazelrigg, L. E.; Garnier, M. A. Occupational mobility in industrial societies: a comparative analysis of differential access to occupational ranks in seventeen countries. **American Sociological Review**, v. 41, p. 498-511, 1976.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Primeira edição brasileira. Tradução de: The strategy of economic development. Yale University Press, 1958, New Haven, USA, 1961.

HODGE, R. W. The measurement of occupational *status*. 1981. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

IBGE Regiões de influência das cidades 2007 – Regic. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2008.

JANNUZZI, P. de. M. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. São Paulo. Campinas: Autores associados, 2000.

JUSTO, W. R.; FERREIRA, R. A.; LIMA, C. F.; MARTINS, G. N. **Os determinantes da migração e da migração de retorno intermunicipal no Brasil**. Salvador: ANPEC, 2010.

KRIEG, R. G. Occupational change, employer change, internal migration, and earnings. **Regional Science and Urban Economics**, v. 27, p. 1-15, 1997.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. Rio de Janeiro: **Dados**, V. 40, n. 1, 2010.

LEE, Everett S. **Uma teoria sobre a migração**. 1966. *In*: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: ETENE, 1980.

LOSCH, A. **The economics of location**. Yale U.P.: New Haven, 1954.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Rio de Janeiro: EPASA, 1946.

MARX, K. Classes in capitalism and pre-capitalism. 1964. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

_____. Ideology and class. 1970. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972. Terceira edição brasileira. Tradução de: Economic theory and under-developed regions. London: Duckworth, 1956.

NEGRI, J. A.; CASTRO, P. F.; SOUZA, N. R.; ARBACHE, J. S. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Brasília: **IPEA**, 2001. (Texto para discussão, 840)

OLIVEIRA, A. M. H. Indicadores da segregação ocupacional por sexo no Brasil. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a227.pdf> Acesso em: 13/12/2011.

OLIVEIRA, C.W.A.; GUIMARÃES NETO, L. Emprego organizado e regiões nos anos 90. Brasília: **IPEA**. Série Seminários n. 18, 1997.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste – padrões etários, por sexo e origem/destino. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 04, p. 134-143, 2005.

OSÓRIO, R. G. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda**. Dissertação de Mestrado. 2003. Brasília: Departamento de Sociologia, UnB.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. USP, 1979.

_____. Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 11, n. 1, 1981.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. 1885. *In*: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: ETENE, 1980.

RIBEIRO, C. A. C. Casamento ou trabalho? a opção social das mulheres. **Insight Inteligência**, v.38, p. 42-65, 2007a.

_____. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2007b.

_____. **Classe, raça e mobilidade social no Brasil**. 2006. Disponível em: www.iuperj.br/site/carloscr/textos/raca.pdf Acesso em: 27/10/2010.

_____. Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996). Brasília: **IPEA**. Prêmio IPEA-CAIXA 2005, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/premio_ipeacaixa2005/mono_carlosantonio.pdf Acesso em: 27/10/2010.

_____. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. 2003. In: VALLE SILVA, N.; HASENBALG, C. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks.

RIBEIRO, C. A. C. e SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classes no Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, n. 44, 2001.

_____. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. São Paulo: ARGUMENTVM, 2009.

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. São Paulo: **Estudos Avançados**, n. 20, v. 57, 2006.

SANTOS JUNIOR, E. R. **Migração e seleção**: o caso do Brasil. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado. 2002.

SANTOS JUNIOR, E. R.; MENEZES FILHO, N.; FERREIRA, P. C. **Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F10.pdf> Acesso em: 02/02/2011.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil – padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

Scudder, R.; Anderson, C. A. Migration and vertical occupational mobility. **American Sociological Review**, Vol. 19, n. 3, pp. 329-334, 1954. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2087766> Último acesso: 03/12/2010.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Érica T.; RODRIGUES, Juciano M. **Mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras**: tendências dos movimentos intrametropolitanos. 2009 Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_C0500809.pdf Acesso em: 12/05/2011.

SILVA, Nelson do Valle. Uma Classificação Ocupacional para o Estudo da mobilidade e da Situação do Mercado de Trabalho no Brasil”, s.d. (mimeo), 1988.

_____. Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999). 2004. Disponível em:

http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/15346/sps89_lcl2163.pdf. Acesso em: 13/10/2010.

SILVA, M. V. B.; SILVEIRA NETO, R. Dinâmica da concentração da atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica. São Paulo: **Economia Aplicada**. V. 13, n. 02, p. 299-331, 2009.

SILVEIRA NETO, R. Concentração industrial regional, especialização geográfica e geografia econômica: Evidências para o Brasil no período 1950- 2000. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**. V. 36, n. 03, p. 189–208, 2005.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. 1976. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: ETENE, 1980.

SIQUEIRA, L. B. O.; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R. Perfil do migrante de retorno no Brasil: evidências a partir do Censo de 2000. Caxambu: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1241.pdf Acesso em: 14/11/2011.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. 1962. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: ETENE, 1980.

SOROKIN, P. A. **Social and cultural mobility**. Nova York: Harper and Brothers, 1927.

STAMM, C.; WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R. São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional? Santa Cruz do Sul: **REDES**, v. 15, n. 02, p. 66-91, 2010.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. 1969. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: ETENE, 1980.

TREIMAN, D. J. Occupational prestige in comparative perspective. 1976. In: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

TUMIN, M. M. Some principles of stratification: a critical analysis. 1953. In: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3ª edição, 2008.

VALLE SILVA, Nelson do e PASTORE, J. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Editora, 2000.

VALLE SILVA, Nelson do. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

_____. Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999). Naciones Unidas: **Cepal**, 2004 (Series Politicas Sociales).

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Chicago: Chicago University Press, 1969.

WEBER, M. Class, *Status*, Party. 1958. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3º edição, 2008.

_____. *Status* groups and classes. 1975. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3º edição, 2008.

_____. Open and closed relationships. 1968. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3º edição, 2008.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

WRIGHT, E. O. A general framework for the analysis of class structure. 1984. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective**. Colorado: Westview Press, 3º edição, 2008.

ANEXOS

ANEXO A: Sub-grupos ocupacionais da CBO 2002 e respectivos scores socioeconômicos

Sub-Grupo Ocupacional	Score	Ponto de Corte	Estratos Sócio-ocupacionais
Advogados do poder judiciário e da segurança pública	100,00	58,33	Alto-Alto
Profissionais de investigação criminal	65,69		
Físicos, químicos e afins	59,61		
Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial	58,30		
Engenheiros, arquitetos e afins	54,26		
Auditores fiscais públicos	53,69		
Matemáticos, estatísticos e afins	53,08		
Diretores gerais	52,23		
Pesquisadores	51,17		
Profissionais da biotecnologia e metrologia	50,82		
Diretores de produção e operações	50,64		
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	50,45		
Agrônomos e afins	46,37	36,27	Alto-Médio
Diretores de áreas de apoio	43,46		
Profissionais da eletromecânica	38,98		
Profissionais da informática	36,19		
Profissionais da medicina, saúde e afins	34,73		
Professores do ensino superior	34,56		
Cientistas sociais, psicólogos e afins	34,56		
Biólogos e afins	34,28		
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	32,32		
Técnicos em mineralogia e geologia	31,96		
Profissionais de organização e administração de empresas e afins	31,57		
Gerentes de áreas de apoio	28,67	24,19	Médio-Alto
Técnicos de nível médio em operações financeiras	28,36		
Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétricas)	28,08		
Outros professores de ensino não classificados anteriormente	27,80		
Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento	27,52		
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde ou de educação	26,60		
Técnicos das ciências administrativas	25,81		
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	24,78		
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	24,62		
Supervisores da produção de utilidades	24,06		
Profissionais da comunicação e da informação	24,05		
Operadores de robôs e equipamentos especiais	23,53		
Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais	23,47		
Supervisores da fabricação de celulose e papel	23,10		
Supervisores da transformação de metais e de compósitos	22,90		
Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas e afins	22,69		
Escriturários contábeis e de finanças	22,48		
Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas	22,09		
Professores do ensino médio	21,84		
Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica	21,61		
Profissionais da educação física	20,89		
Técnicos em necrópsia e taxidermistas	20,88		
Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins	20,59		

continua

Sub-Grupo Ocupacional	Score	Ponto de Corte	Estratos Sócio-ocupacionais
Supervisores de vendas e de prestação de serviços	20,01	18,33	Médio-Médio
Profissionais de espetáculos e das artes	19,80		
Membros de cultos religiosos e afins	19,70		
Supervisores de serviços administrativos (exceto de atendimento ao público)	19,58		
Dirigentes e administradores de organização de interesse público	19,49		
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	19,06		
Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial	18,91		
Técnicos de nível médio em operações industriais	18,84		
Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos	18,75		
Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissionalizante	18,58		
Gerentes de produção e operações	18,49		
Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas	18,38		
Técnicos em construção civil, de edificações e obras de infraestrutura	18,33		
Técnicos em metalmecânica	18,11		
Desenhistas técnicos e modelistas	17,97		
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica	17,96		
Técnicos em laboratório	17,78		
Técnicos de nível médio em operações comerciais	17,57		
Professores e instrutores do ensino profissional	17,46		
Técnicos em informática	17,28		
Técnicos em transportes (logística)	17,25		
Técnicos em eletroeletrônica e fotônica	17,05		
Técnicos em operação de emissoras de rádio e sistemas de televisão	16,97		
Supervisores de atendimento ao público	16,66		
Técnicos da produção agropecuária	16,02	12,91	Médio-Baixo
Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas e afins	15,69		
Técnicos em operação de câmara fotográfica, cinema e de televisão	15,56		
Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão	15,39		
Técnicos em operação de equipamentos e instrumentos de diagnóstico	15,24		
Técnicos em biologia	15,00		
Atletas, desportistas e afins	14,62		
Professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante	14,02		
Técnicos de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa	13,88		
Supervisores da extração mineral e da construção civil	13,69		
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	13,66		
Decoradores e vitrinistas	13,60		
Técnico em ciências físicas e químicas	13,59		
Técnicos da ciência da saúde animal	13,58		
Instrutores e professores de escolas livres	13,51		
Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins	13,18		
Eletricistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial	13,12		
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicações	12,98		
Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos	12,98		
Trabalhadores da preparação de pasta de papel	12,77		
Auxiliares de serviços de biblioteca, documentação e correios	12,62		
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	12,41		
Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular	12,29		
Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos	12,28		
Operadores de operação unitária de laboratório	12,17		
Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais	12,15		
Supervisores dos serviços	12,10		
Técnicos de serviços culturais	12,10		
Supervisores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	12,07		

continua

Sub-Grupo Ocupacional	Score	Ponto de Corte	Estratos Sócio-ocupacionais
Mantenedores eletromecânicos	11,96	12,91	Médio-Baixo
Técnicos da ciência da saúde humana	11,86		
Outros técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	11,79		
Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem	11,71		
Trabalhadores da extração mineral	11,67		
Técnicos de bioquímica e da biotecnologia	11,63		
Trabalhadores da fabricação de papel	11,31		
Supervisores na exploração agropecuária	11,28		
Trabalhadores da produção gráfica	11,05		
Operadores de utilidades	11,05		
Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas (segunda)	10,92		
Montadores e ajustadores de instrumentos de precisão	10,90		
Inspetores de alunos e afins	10,81	8,53	Baixo-Alto
Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular	10,69		
Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas (primeira)	10,66		
Chefes de pequenas populações	10,63		
Técnicos em operação de aparelhos de sonorização, cenografia e projeção	10,61		
Vendedores a domicílio, ambulantes e em bancas	10,49		
Trab. de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	10,28		
Artistas de artes populares e modelos	10,27		
Trab. de tratamento térmico e de superfícies de metais e de compósitos	10,02		
Mecânicos de manutenção veicular	9,93		
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	9,90		
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	9,85		
Outros trabalhadores na reparação e manutenção de equipamentos	9,69		
Montadores e instaladores de equipamentos eletroeletrônicos em geral	9,56		
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	9,56		
Trabalhadores de conformação de metais e de compósitos	9,54		
Trabalhadores dos serviços de saúde	9,51		
Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo	9,37		
Trabalhadores de montagem de móveis e artefatos de madeira	9,02		
Despachantes	9,00		
Trabalhadores da mecanização florestal	8,96		
Trabalhadores de informações ao público	8,88		
Montadores e ajustadores de instrumentos musicais	8,70		
Vendedores e demonstradores	8,68		
Trabalhadores da mecanização agropecuária	8,61		
Caixas, bilheteiros e afins	8,59		
Confeccionadores de produtos de papel e papelão	8,31		
Joalheiros e ourives	8,22		
Trabalhadores das indústrias têxteis	8,19		
Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios	8,16		
Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras ornamentais	8,10		
Trabalhadores da irrigação e drenagem	7,94		
Trabalhadores de instalações e equipamentos de material de construção, cerâmica	7,91		
Trabalhadores da carpintaria veicular	7,91		
Marceneiros e afins	7,89		
Embaladores e alimentadores de produção	7,78		
Instaladores de produtos e acessórios	7,77		
Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas	7,76		
Vidreiros, ceramistas e afins	7,73		
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	7,62		
Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros	7,59		

continua

Sub-Grupo Ocupacional	Score	Ponto de Corte	Estratos Sócio-ocupacionais
Trabalhadores artesanais das atividades têxteis, do vestuário e das artes gráficas	7,53	8,53	Baixo-Alto
Trab. da transformação da madeira e da fabricação do mobiliário	7,51		
Entrevistadores, recenseadores e afins	7,49		
Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais	7,46		
Trabalhadores do tratamento de couros e peles	7,45		
Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos	7,34		
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	7,32		
Outros trabalhadores de serviços diversos	7,22		
Trabalhadores em acabamento de madeira e de mobiliário	7,22		
Trabalhadores de acabamento de obras	7,17		
Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário	7,09		
Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas	7,09		
Trabalhadores elementares da manutenção	7,03		
Trabalhadores da confecção de roupas	6,90		
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	6,87		
Trabalhadores da confecção de calçados	6,83		
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	6,68	6,06	Baixo-Baixo
Outros trabalhadores da conservação e manutenção (exceto trabalhadores elementar	6,63		
Produtores agrícolas	6,59		
Produtores em pecuária	6,42		
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	6,25		
Trabalhadores da preparação da madeira	6,13		
Trabalhadores na pecuária	6,13		
Ajudantes de obras	5,95		
Produtores agropecuários em geral	5,89		
Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção	5,84		
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	5,65		
Supervisores na exploração florestal e pesca	5,62		
Operadores na preparação de fumo e na fabricação de charutos e cigarros	5,51		
Trabalhadores agrícolas	5,49		
Fonte: Elaboração própria a partir das informações da CBO-2002 e dos dados da RAISMIGRA 2000-2009			